

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**HELENA DE PAIVA LIGABUE**

**A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE  
SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**FRANCA  
2016**

**HELENA DE PAIVA LIGABUE**

**A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE  
SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.**

**Orientadora: Profa. Dra. Adriana Giaqueto**

**FRANCA  
2016**

Ligabue, Helena de Paiva.

A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social / Helena de Paiva Ligabue.  
– Franca : [s.n.], 2016.

181 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.  
Orientadora: Adriana Giaqueto.

1. Serviço social - Orientação profissional. 2. Bem-estar social  
3. Assistentes sociais. I. Título.

CDD – 361.2

**HELENA DE PAIVA LIGABUE**

**A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE  
SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Adriana Giaqueto**

**Examinador:** \_\_\_\_\_

**Examinador:** \_\_\_\_\_

**Franca, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.**

**Aos meus pais que com muito amor e luta  
dedicaram suas vidas à formação de suas  
filhas, nos talhando com valores lindos e  
essenciais.**

## AGRADECIMENTOS

*Gratidão à vida com seus encontros  
À ternura que nos acolhe e engrandece  
Às pedras do caminho e as lutas que nos transcendem  
Ao amor em sua colheita e ainda semente bruta  
À flor do asfalto, ao sopro que nos encanta e faz dançar.  
À vida da forma que for. E que seja em sua essência!*

*Helena Ligabue*

### **Sob essa inspiração, agradeço...**

À Profa. Dra. Adriana Giaqueto, orientadora e amiga querida, pela admirável inteligência e sabedoria. Por toda delicadeza e respeito ao meu processo de aprendizado, sabedoria essencial que me construiu até aqui. Namastê!

Aos meus pais por todo apoio, amor incondicional, por acreditarem em mim e me constituírem forte!

Às irmãs do coração pela compreensão e por alegrarem meus dias!

Ao Eduardo Yuri Tatai, meu amor. Obrigada pelo cuidado, encorajamento e por todo amor! A vida contigo soa no mantra do meu espírito em Deus.

A toda família extensa amada: tios, primos, cunhados, sogros, tios distantes, tios avós, sobrinha, as madrinhas das minhas irmãs, vizinhos, cachorros e gatinhos: obrigada por fazerem parte da minha vida e pelo carinho indispensável!

A todos os colegas e amigos que sempre apareceram no momento exato, na medida certa, como anjos: Evelim, Fernanda Feitas, Jaíne, Joice, Laís, a Casa das Marias (são lindas e muitas), Maicow, Tina, Mayara, Miriam, Micaela, Laís Helena, Juliana, Mariana Costa, Elaine Narciso, Fabiana, Aline B., Aline Queiroz, Luzia, Ellen, Ana Flávia, Família Reikiana, Família “Anjas” do Amanhecer, Família

A.E.E., Família Portal, Família "Estadis Unidis", Academia da Mente, GEDUCAS, CRAS de Itobi e de São Mateus: meu imenso obrigada!

Aos professores queridos da UNESP e professores convidados: obrigada por me mostrarem os caminhos teóricos e por reacenderem a luz do meu conhecimento! Especialmente aos professores da banca de qualificação e de defesa da dissertação.

A todos os mestrandos que compartilhei ideias e experiências...

Aos profissionais assistentes sociais sujeitos da pesquisa de campo.

A toda a equipe e funcionários da UNESP.

Aos usuários da política de assistência social que sempre me inspiraram...

Gratidão, gratidão, gratidão !!!

Helena de Paiva Ligabue

***"Ando com fome de coisas sólidas e com ânsia de viver só o essencial. Pessoalmente, penso que chega um momento na vida da gente, em que o único dever é lutar ferozmente por introduzir, no tempo de cada dia, o máximo de eternidade".***

***Guimarães Rosa***

**Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda.**

**Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é a patologia do amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.**

**Como ato de valentia, não pode ser piegas; como ato de liberdade, não pode ser pretexto para a manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor.**

**Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido.**

**Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.**

**Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante.**

**[...] Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?**

**[...] A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perde, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta muito a caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.**

LIGABUE, Helena de Paiva. **A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

## **RESUMO**

O presente trabalho objetiva investigar a expressão da dimensão educativa do Serviço Social na política de assistência social. Pretende estudar como a função pedagógica inerente ao trabalho do assistente social tem se efetivado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando essa dimensão imersa no conceito de instrumentalidade do Serviço Social. Para tanto foi realizado um debate teórico sobre as seguintes categorias inerentes aos objetivos desse trabalho: dimensão educativa do Serviço Social; instrumentalidade do Serviço Social; trabalho profissional; e política de assistência social. É uma investigação em pesquisa de campo, buscando compreender a visão dos assistentes sociais acerca da dimensão educativa materializada em seus trabalhos no CRAS, em quais perspectivas se realiza essa dimensão, e a visão do profissional sobre como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem orientado a função pedagógica do Serviço Social no CRAS.

**Palavras-chave:** dimensão educativa do Serviço Social. instrumentalidade do Serviço Social. trabalho profissional. política de assistência social.

LIGABUE, Helena de Paiva. **A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

### **ABSTRACT**

This dissertation intends to investigate the expression of educational dimension of Social Work in the social assistance policy. Intends to study how the pedagogy function, inherent at the functions of social worker, has been applied in the "CRAS-Centro de Referência de Assistência Social" (Social Assistance Reference Centers), considering this dimension as immersed in the concept of instrumentality of Social Work. For this purpose has been made a theoretical debate about the following categories inherent to the objectives of this thesis: educational dimension of Social Work, instrumentality of Social Work; professional work; and social assistance policy. Also, a research in the field in order to understand the comprehension of social workers about the educational dimension materialized in their functions at the CRAS, in which perspectives this dimension is realized and the comprehension of social worker about how national social assistance policy has been guiding the pedagogy function of Social Work in the CRAS.

**Keywords:** educational dimension of Social Work. instrumentality of Social Work. professional work. social assistance policy.

## LISTA DE SIGLAS

CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CE	Código de Ética
CEAS	Centro de Estudos e Formação Profissional de São Paulo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DRADS	Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEB	Movimento de Educação de Base
MPC	Modo de Produção Capitalista
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
OSCIPS	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>TRABALHO PROFISSIONAL E A INSTRUMENTALIDADE DO</b>	
<b>SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 O trabalho no seu sentido ontológico e o ser social .....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 O trabalho na sociedade do capital .....</b>	<b>26</b>
1.2.1 O capitalismo em seu processo histórico: crises e reorganizações .....	30
<b>1.3 Questão Social: a institucionalização do Serviço Social.....</b>	<b>38</b>
1.3.1 A instrumentalidade do Serviço Social .....	45
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Considerações sobre a dimensão educativa do Serviço Social .....</b>	<b>54</b>
<b>2.2 Funções pedagógicas do assistente social.....</b>	<b>59</b>
2.2.1 Pedagogia da ajuda: a psicologização e cristalização da questão social.....	60
2.2.2 Pedagogia da Participação: o projeto desenvolvimentista e os rebatimentos no Serviço Social .....	62
2.2.3 Pedagogia emancipatória: as lutas pelas classes subalternas e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social.....	65
<b>2.3 Tendências atuais da dimensão educativa do Serviço Social frente ao contexto do reordenamento do capital: reatualizações de perfis conservadores e a pedagogia emancipatória .....</b>	<b>71</b>
2.3.1 Reflexões sobre a pedagogia emancipatória na atualidade .....	77
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>87</b>
<b>3.1 Recuperações históricas da política pública de assistência social .....</b>	<b>88</b>
<b>3.2 A política pública de assistência social no contexto neoliberal: entre garantia de direitos e contradições.....</b>	<b>95</b>
3.2.1 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): configuração e análise crítica .....	103

3.2.1.1 <i>O trabalho do assistente social no SUAS: reflexões frente à função pedagógica emancipatória do Serviço Social</i> .....	112
--	-----

## **CAPÍTULO 4**

<b>A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	<b>119</b>
---	------------

<b>4.1 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): contextualizando a pesquisa de campo</b> .....	<b>120</b>
--	------------

<b>4.2 A expressão da dimensão educativa no CRAS</b> .....	<b>125</b>
--	------------

4.2.1 Compreensão do tema pelos participantes da pesquisa .....	125
---	-----

4.2.2 Demanda Institucional e a dimensão educativa do Serviço Social.....	131
---	-----

4.2.3 Subsídios teóricos orientadores da dimensão educativa no trabalho profissional.....	135
---	-----

4.2.4 Objetivos e perspectivas da dimensão educativa materializados nos trabalhos do CRAS.....	147
--	-----

4.2.5 Perspectiva profissional e a dimensão educativa do Serviço Social .....	151
---	-----

4.2.6 Dificuldades na materialização da dimensão educativa e aspectos positivos em sua expressão nos trabalhos do CRAS .....	153
--	-----

4.2.7 A dimensão educativa e a PNAS .....	158
---	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>161</b>
-----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>168</b>
--------------------------	------------

## **APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A - Perguntas orientadoras da pesquisa de campo</b> .....	<b>176</b>
---	------------

<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	<b>177</b>
--	------------

## **ANEXOS**

<b>ANEXO A - Parecer Consubstanciando do CEP</b> .....	<b>179</b>
--	------------

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho objetiva compreender a expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando o contexto da instrumentalidade do Serviço Social.

Essa dimensão põe em evidência dois sujeitos - assistentes sociais e usuário dos seus serviços -, que ao longo da trajetória histórica do Serviço Social, estabeleceram uma relação pedagógica nos espaços de trabalho da profissão, configurada em intervenções autoritárias e subalternas, mas também de enfrentamento e resistência, na perspectiva de defesa dos interesses dos sujeitos.<sup>1</sup>

Por meio da dimensão educativa, o assistente social instrumentaliza ações de cunho pedagógico que compreendem um nexo orgânico com determinada cultura e sociabilidade, reproduzindo elementos do modo de produção capitalista ou contrapondo-a, na perspectiva de uma nova cultura, em defesa da população e de uma sociedade emancipada do capital.

A discussão proposta nessa pesquisa visa contribuir para o debate da dimensão educativa do Serviço Social, o que se torna muito relevante, em vista dos embates que as políticas sociais enfrentam atualmente frente à cultura neoliberal e pelo profissional vislumbrar possibilidades de atuação em uma perspectiva emancipatória. Além disto, existem poucos estudos referentes ao tema que busquem compreender a manifestação dessa dimensão nos espaços de trabalho da política de assistência social. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica sobre as categorias inerentes à dimensão educativa, esse trabalho se propôs realizar uma pesquisa de campo, constituindo seu universo, três CRAS do estado de São Paulo, a fim de investigar a manifestação dessa dimensão.

O CRAS foi definido como campo de investigação da pesquisa, pois, além de ser um importante espaço onde se concentra grande parte dos profissionais assistentes sociais da política pública de assistência – os quais materializam em seu cotidiano de trabalho a dimensão educativa do Serviço Social -, o CRAS foi o espaço onde surgiram as primeiras inquietações para a pesquisadora a respeito do tema; questionamentos estes, emergidos nas experiências em dois CRAS pertencentes a

---

<sup>1</sup> Essa questão – a função pedagógica do assistente social - é desenvolvida nos estudos de Abreu (2011a) e é retratada nesse trabalho no capítulo dois.

territórios distintos no que se refere ao porte dos municípios (pequeno porte um e o segundo CRAS, localizado em uma metrópole)<sup>2</sup>.

Nesse sentido: “[...] o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.” (CRUZ NETO, 1999, p. 53).

Lócus de entrada das demandas sociais da política pública de assistência social, no CRAS verifica-se a função pedagógica do assistente social, uma vez que tal função, inerente ao trabalho do assistente social, reconhece-se pelo fato do profissional por meio de sua atuação, proporcionar mudanças nas características subjetivas dos sujeitos em relação à forma como vivem e conhecem a realidade. Não só, pela questão da subjetividade, mas interfere no conhecimento dos sujeitos, que constroem novos saberes nesta relação.

Sendo o CRAS um espaço<sup>3</sup> em que o profissional realiza orientações, encaminhamentos, oferece informações, viabiliza reflexões com os usuários da política em relação as suas demandas, refletiu-se, portanto, que este lócus de trabalho poderia trazer uma riqueza na compreensão sobre “a expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social”.

Sobre a amostragem, inicialmente pretendeu-se investigar cinco CRAS. O número apontado refere-se aos tipos de porte/tamanho<sup>4</sup>, denominação designada pela política de assistência social, sendo esses cinco tipos: pequeno porte 1, pequeno porte 2, médio porte, grande porte e metrópole.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 é considerado município de pequeno porte um, aqueles com a população de até 20.000 habitantes. Metrôpoles são municípios com população superior a 900.001 habitantes. (BRASIL, 2005a).

<sup>3</sup> Sobre as funções do CRAS e o trabalho desempenhado pelo profissional nesse espaço, esses itens serão detalhados no capítulo quatro.

<sup>4</sup> A PNAS organiza a sua rede socioassistencial de acordo com a realidade do território (suas diversidades e especificidades), com a capacidade de gerenciamento e de arrecadação do município, de acordo com a modalidade de proteção que necessitará afiançar (básica e/ou especial), com o número potencial de usuários que dela irá requerer proteção, entre outros. Para efetivar suas ações, a política criou como referência uma “medida de desigualdade intraurbana”, a partir de indicadores socioterritoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somado ao porte demográfico dos municípios, concluindo que: “[...] quanto maior a concentração populacional, maior será a necessidade de considerar as diferenças e desigualdades existentes entre os vários territórios de um município ou região.” (BRASIL, 2005a, p. 45).

<sup>5</sup> Municípios pequenos 1: com população até 20.000 habitantes; Municípios pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; Municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes; Municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes; Metrôpoles: com população superior a 900.000 habitantes (BRASIL, 2005a, p. 16).

Segundo a política, o porte dos municípios além de representarem a quantidade de habitantes existentes em cada cidade, relaciona-se diretamente com a questão da territorialidade onde esses CRAS se inserem.

Na escolha da amostragem dessa pesquisa, ao abranger os cinco tipos, acreditou-se que poderia haver uma riqueza maior de informações obtidas e também de análise dos seus dados. Uma vez que os serviços prestados pelo assistente social do CRAS aos sujeitos usuários da política de assistência, relacionam-se com o porte do município, com suas vulnerabilidades, com sua estrutura, sua história, aos acessos a outras políticas públicas, ao fluxo de demanda pelos serviços do CRAS, ou seja, além do porte, ao realizar a pesquisa em mais de um CRAS, poderia haver uma variedade trazida pela questão da territorialidade.

Portanto, ao diversificar os territórios, acreditamos que seriam encontradas formas variadas de trabalhos realizados, fluxos diferentes de atendimento, mais números de depoimentos e informações dos assistentes sociais participantes da pesquisa, enriquecendo-se, assim, as análises da pesquisa de campo, em termos da pesquisa qualitativa. Sobre a definição da amostragem, Minayo (1992 apud DESLANDES, 1999, p. 43) aponta:

[...] a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Isto posto, quanto mais diverso esse universo, mais rica seria a pesquisa e as análises dos dados obtidos. Em relação à abordagem qualitativa tratada nessa pesquisa, Minayo (1999, p. 25) considera: “Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou ‘objetos sociais’ apresentam.”

Para a escolha dos CRAS do estado de São Paulo, definiu-se escolher uma das 6 regiões que compõem o território administrativo da política de assistência social do estado de São Paulo. As 6 regiões são: Região Metropolitana, Macrorregião I, Macrorregião II, Macrorregião III, Macrorregião IV e Macrorregião V.

Ainda, cada macrorregião subdivide-se em Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), compostas pelos seus respectivos municípios.

Assim, decidiu-se como universo da pesquisa a DRADS Mogiana, inserida na Macrorregião I, pois a mesma representa o território na qual a pesquisadora se insere, verificando maiores condições para realização da pesquisa de campo, uma vez que residindo nessa região a pesquisadora possuía mais facilidade de acesso (locomoção) aos respectivos CRAS.

Com sede em São João da Boa Vista (SP), a DRADS Mogiana compreende 20 municípios, sendo 8 municípios de pequeno porte 1 (Águas da Prata, Caconde, Divinolândia, Estiva Gerbi, Itobi, Santo Antônio do Jardim, São Sebastião da Gramma e Tapiratiba), 6 municípios de pequeno porte 2 (Aguai, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú e Vargem Grande do Sul), 5 municípios de médio porte (Itapira, Mococa, Mogi-Mirim, São João da Boa Vista e São José do Rio Pardo) e 1 município de grande porte (Mogi-Guaçu). Essa DRADS não possui município com o porte de metrópole.

Foi realizado um sorteio escolhendo um CRAS de cada porte (pequeno porte 1, pequeno porte 2, médio porte e grande porte), totalizando o universo da pesquisa, inicialmente, 4 CRAS dos municípios sob administração da DRADS Mogiana.

Porém o CRAS de grande porte, o único da DRADS Mogiana, não quis participar da pesquisa. Segundo o contato realizado com a Secretária de Assistência Social, o setor jurídico do município não liberou. A mesma não quis dar maiores informações além dessa, dificultando o diálogo.

Importante ponderar uma discussão sobre a autonomia profissional e a relevância da pesquisa de campo surgida com esse impasse. Sabe-se que a realização de pesquisas e investigações sobre uma determinada realidade é essencial para os avanços e desenvolvimento dos estudos na área do Serviço Social. Essa questão está defendida no Código de Ética (CFESS, 1993) profissional e também na Lei n. 8.662 (BRASIL, 1993).

A forma como tal situação foi resolvida – a não participação do município na pesquisa -, revelou a falta de autonomia dos profissionais do CRAS nas decisões pertinentes ao exercício profissional do assistente social, assim como revelou a não valorização da investigação e pesquisa na realidade escolhida como universo deste trabalho. A situação necessitou passar pelo crivo da Secretária de Assistência Social que reconduziu ao setor jurídico da prefeitura, ao invés do próprio coordenador do

CRAS junto com sua equipe técnica decidir sobre essa questão (como ocorreu em outros municípios)<sup>6</sup>.

Diante dos fatos, reflete-se sobre os obstáculos para a realização da pesquisa de campo, e também sobre a questão da autonomia profissional. O quão é inconcebível essa situação perante os pressupostos profissionais que compreendem a pesquisa e a investigação como essenciais ao Serviço Social (parte da práxis profissional), e visto que a pesquisa poderia contribuir com novas reflexões na equipe profissional do CRAS, como também com o enriquecimento dos estudos na área do Serviço Social:

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. (GUERRA, 2009, p. 1).

Assim, o número de CRAS investigados nessa pesquisa foi três e os nomes dos municípios não serão revelados a fim de manter os princípios éticos (sigilo e discrição) da pesquisa de campo.

Desta forma, compõem o universo dessa pesquisa os CRAS seguindo os respectivos nomes fictícios: o CRAS de pequeno porte 1 (CRAS 1); o CRAS de pequeno porte 2 (CRAS 2); e o CRAS de médio porte (CRAS 3).

Importante relatar algumas dificuldades da pesquisa de campo, visto que o processo de definição dos CRAS se delongou em relação ao cronograma da pesquisa, pois, após o sorteio e o contato com os CRAS, houve algumas desistências o que necessitou novos sorteios e contatos.

Em cada contato realizado, foi necessário aguardar a decisão de coordenadores, secretários, da equipe técnica que necessitavam se reunir para definir se participariam ou não da pesquisa.

Como o relato acima, às vezes o setor jurídico das prefeituras interviu nesse processo (fato que ocorreu em mais de uma prefeitura). Enfim, um processo que levou mais de cinco meses até chegar nos CRAS participantes da pesquisa.

---

<sup>6</sup> Segundo a Secretária - que não se dispôs ao diálogo -, era preciso obedecer o parecer do setor jurídico da prefeitura. Ou seja, o setor jurídico foi quem analisou a proposta da pesquisa na área de Serviço Social e ele mesmo resolveu vetar, sem abrir diálogos e trocas para maiores explicações, decisão essa acatada e reproduzida pela Secretária de Assistência Social.

Os participantes da pesquisa são os assistentes sociais que compõem a equipe técnica dos CRAS. Os mesmos são os trabalhadores “linha de frente” dessa política e se relacionam diretamente com as categorias em análises.

O termo acima utilizado se refere ao fato destes profissionais atuarem com as demandas complexas dos usuários que requisitam a PNAS por meio dos CRAS. Demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho profissional de forma fragmentada, imediata, muitas vezes em caráter emergencial. A partir da decodificação das demandas postas, os profissionais fazem as mediações necessárias, articulando-se a outras políticas e à rede de serviço socioassistencial conveniada, quando necessário, buscando uma efetivação das questões requisitadas pela população.

O número de participantes investigados para coleta foi de acordo com a equipe existente nos CRAS. Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do SUAS (BRASIL, 2006), o CRAS de pequeno porte 1 é composto por 1 assistente social. O pequeno porte dois possui dois assistentes sociais. Médio e grande porte possui pelo menos dois ou mais assistentes sociais.

Na realidade da pesquisa de campo foi encontrado o seguinte número de trabalhadores: CRAS 1 - um assistente social (Assistente Social A); CRAS 2 - dois assistentes sociais (Assistente Social B e Assistente Social C); CRAS 3 - dois assistentes sociais (Assistente Social D e Assistente Social E). Portanto, fará parte dessa pesquisa 5 profissionais do Serviço Social.

Em relação a apreensão dos dados empíricos, foi planejado trabalhar grupos focais em cada CRAS, com os assistentes sociais que compõem suas equipes e nos casos em que houvesse somente um assistente social no CRAS, seria utilizada como técnica a entrevista semiestruturada, com as mesmas perguntas orientadoras<sup>7</sup> utilizadas no grupo focal, para que não houvesse dificuldades no tratamento e análise dos dados.

O grupo focal, assim como a entrevista, buscou compreender as percepções dos assistentes sociais relacionadas aos seguintes objetivos específicos: Investigar qual a compreensão do assistente social acerca da dimensão educativa no trabalho realizado nos respectivos CRAS do estado de São Paulo;

---

<sup>7</sup> As perguntas orientadoras da pesquisa de campo estão localizadas no item “APÊNDICE A” desse trabalho.

Conhecer como os assistentes sociais expressam a dimensão educativa do Serviço Social nos CRAS (principais ações, técnicas, sob quais perspectivas, quais dificuldades); Investigar a partir dos elementos trazidos pelos profissionais, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta o trabalho educativo no trabalho do assistente social no CRAS.

No grupo focal realizado, a presença da pesquisadora foi de facilitadora e de estimuladora da discussão:

Fazer a discussão fluir entre os participantes é sua função, lembrando que não está realizando uma entrevista com o grupo, mas criando condições para que este se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para a qual foi convidado a conversar coletivamente [...]. (GATTI, 2012, p. 9).

Em relação à entrevista semiestruturada, o intuito foi de promover um diálogo aberto sobre o assunto para que o assistente social expressasse de forma livre suas considerações a respeito do tema.

Sendo assim no CRAS 1 foi realizada uma entrevista semiestruturada com o assistente social (Assistente Social A). No CRAS 2 havia duas profissionais, porém, não foi possível organizar o grupo focal devido a disponibilidade de horário das profissionais, sendo aplicada a entrevista semiestruturada com cada profissional (Assistentes Sociais B e C) em horários diferentes. O grupo focal só foi realizado no CRAS 3, com dois profissionais (Assistentes Sociais D e E) mais a participação da pesquisadora como facilitadora da discussão.

Retomando o percurso metodológico da pesquisa, inicialmente foi realizado o levantamento teórico acerca da dimensão educativa do Serviço Social. Foram pesquisados livros, artigos e outros trabalhos referentes ao assunto. Também foram analisadas as outras categorias inerentes ao desenvolvimento desse tema: trabalho profissional, a instrumentalidade do Serviço Social e política de assistência social. Por meio desse estudo, pode-se cumprir com a fase inicial (bibliográfica) da pesquisa que subsidiou todos os capítulos desse trabalho.

Sendo assim, no primeiro capítulo buscou-se compreender o trabalho profissional do assistente social. Foi analisada a categoria trabalho em dois momentos, em suas concepções ontológicas e ele inserido no modo de produção

capitalista. A partir disso, foi feito um debate sobre a institucionalização do Serviço Social, também sobre questões relacionadas ao trabalho profissional, e uma reflexão sobre a instrumentalidade do Serviço Social.

No segundo capítulo analisou-se a dimensão educativa do Serviço Social. Primeiro foi trabalhada a compreensão sobre o significado da mesma. Após esse momento, foram analisadas suas funções ao longo da trajetória histórica do Serviço Social na sociedade brasileira. Finalizando, foi debatida a construção da perspectiva emancipatória da função pedagógica profissional e como essa convive na atualidade com funções conservadoras que se reatualizam na prática profissional.

No terceiro capítulo analisou-se a política de assistência social. Foi compreendido seu surgimento nos primórdios do capitalismo monopolista brasileiro e como essa se configura a partir do Sistema Único de Assistência Social, no contexto das políticas neoliberais. Também foi realizada uma reflexão sobre como se expressa a dimensão educativa no trabalho do assistente social, a partir da perspectiva da emancipação humana, inserida no contexto da política de assistência social.

Por fim, no quarto capítulo, realizou-se um encontro com a realidade. Primeiramente foi situada a pesquisa de campo no universo a ser investigado, o CRAS. Foi debatido a respeito da função do CRAS na Política de Assistência Social e as atribuições dos assistentes sociais nesse espaço. Por último, foram apresentadas as análises da pesquisa de campo realizadas nos CRAS(s).

A pesquisa de campo buscou compreender através do olhar dos assistentes sociais do CRAS, como a dimensão educativa tem se expressado em seu espaço de trabalho? Por meio de que práticas e ações, sob quais perspectivas? Como a PNAS orienta essa dimensão?

Importante considerar que o método utilizado para a construção da pesquisa foi o materialismo-histórico-dialético, uma vez que por esse método é permitido construir uma síntese da realidade investigada, por meio dos elementos teóricos que subsidiam a análise da pesquisa de campo, em uma relação dialética.

## **CAPÍTULO 1**

### **TRABALHO PROFISSIONAL E A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

## 1.1 O trabalho no seu sentido ontológico e o ser social

Para se chegar ao trabalho do assistente social na política pública de assistência social, é preciso inicialmente, compreender o trabalho no seu sentido ontológico, como constituinte do ser social. Dessa forma poderemos verificar como as categorias ontológicas do trabalho estão subvertidas na atual ordem e como essas se perdem e se invertem no cotidiano de trabalho do assistente social, fazendo com que o mesmo vivencie condições opostas ao seu projeto ético-político profissional<sup>8</sup>.

Assim, consideramos que antes de tudo, é importante refletirmos sobre o trabalho, em seus aspectos ontológicos e fundamentais e como categoria fundante do ser social.

Em todo o mundo natural o trabalho é realizado pelo homem, somente o mesmo pode fazê-lo. Através do trabalho o homem irá satisfazer suas necessidades e também de outros homens, assim é essencial para sua vida, a sua sobrevivência. E ao realizar trabalho, o homem além de transformar a si, transforma a natureza segundo algo que determinou anteriormente, subordinado a sua vontade, realizando um produto de acordo com que imaginou.

Aí está a dimensão teleológica do trabalho: a capacidade do homem em realizar algo inicialmente planejada em seu pensamento. Nas palavras de Marx (1996, L. 1, v. 1, p. 298) explicando sobre a atividade trabalho destinada a um fim:

Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de se subordinar sua vontade.

---

<sup>8</sup> Desde a década de 1960 está em construção um projeto de profissão voltado a atender, entre outros aspectos, no contexto da contradição capital x trabalho, os interesses da classe trabalhadora. Nesse processo, a profissão tem buscado romper com o conservadorismo da prática profissional, por meio de um trabalho interventivo e político na realidade a favor da classe trabalhadora. Na década de noventa, assiste-se a afirmações históricas desse projeto profissional, com o Código de Ética do Assistente Social de 1993 que vem afirmar valores humano-genéricos de sociabilidade, assim como a efetivação da Lei de Regulamentação da Profissão, do mesmo ano, e as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996. Compreende-se que apesar de hegemônico, a sua materialização representa ainda uma luta para a categoria dos assistentes sociais, visto as contradições e determinantes da sociabilidade vigente.

Já podemos compreender o valor de uso<sup>9</sup> do produto, uma vez que o trabalho, no caso o trabalho concreto, foi objetivado em um produto que irá satisfazer uma necessidade do homem, ou seja, terá uma função social importante para este.

Também fazem parte do processo de trabalho os meios para a realização do mesmo - as ferramentas utilizadas pelo homem para transformar a natureza em produto. Os meios de trabalho costumam mostrar a época de uma sociedade, como ela se organiza e se divide. Sobre o processo de trabalho Marx (1996, L. 1, v. 1, p. 297) reflete:

[...] o processo de trabalho deve ser considerado de início, independentemente de qualquer forma social determinada. Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida [...].

Através do trabalho, portanto, os homens constroem formas de satisfazer suas necessidades, constrói novas necessidades, meios e ferramentas. Por ele há o desenvolvimento de mediações<sup>10</sup> que permitirá os homens se diferenciarem dos outros seres da natureza. Portanto, ele é central na vida dos homens e “[...] é o fundamento ontológico-social do ser social.” (BARROCO, 2003, p. 26).

Assim, podemos dizer que o trabalho, o processo de produção que o envolve, é um ato social, pois no processo de trabalho os homens se relacionam, estabelecem vínculos sociais, transformando a natureza e a si.

O trabalho institui o novo na humanidade. A sociedade se complexifica e há um salto para níveis cada vez maiores de sociabilidade. Lukács, segundo Lessa (1996, p. 11), argumenta que existe uma estreita ligação entre as categorias trabalho e sociedade, que ambas só existem conjuntamente. Fala que todo o ato de objetivação-exteriorização advindo do trabalho, implica em atos objetivos (algo novo foi produzido e está posto na realidade) e subjetivos (houve uma mudança na

<sup>9</sup> Sobre o valor de uso no “O Capital” (1996, L. 1, v. 1, p. 300), Marx explica: “No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado [...]”

<sup>10</sup> Barroco (2003) explica que essas mediações são autoconstruídas pelo trabalho no processo histórico da sociedade, sendo elas: a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.

individualidade) no homem. E é por esse complexo objetivação-exteriorização que mediações entre o trabalho e a sociedade são feitas, resultando em processos em que os atos objetivos e subjetivos do homem tornam-se generalizados.

A objetivação é o momento que o homem pré-concebe em sua consciência algo, tornando-a real, construindo um novo objeto, com uma nova história. Nesse processo de construção do objeto e de transformação da natureza, há um processo de aprendizado do indivíduo, que necessita se apropriar de elementos da natureza na qual deseja operar. Por isso o indivíduo ao realizar trabalho, além de transformar a natureza ao redor, também cria novas habilidades e conhecimentos.

Ocorre também nesse processo de trabalho a exteriorização do sujeito. O mesmo fará uma transformação na realidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento que lhe foi conferido enquanto parte de um específico período histórico, demonstrando nesse processo, o grau de desenvolvimento de uma época.

O complexo objetivação-exteriorização é a característica ontológica do ser social. É o que o distingue homem da natureza, nas palavras de Lessa (1996, p. 11): “Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades reais; eles incorporam determinações que emergem do fato de ter um pôr teleológico na sua gênese”.

Essa característica teleológica do homem é o que diferencia do mundo da natureza, pela processualidade que a consciência do homem é capaz de fazer, transformando a situação em um movimento para si, em um significado, podendo nesse salto ontológico que o distingue da natureza, o homem ser capaz de construir uma nova história:

Contudo, por ser a causalidade posta tão objetiva quanto a causalidade dada, não significa que entre a objetividade do mundo dos homens e a da natureza não haja um salto ontológico. Acima de tudo, porque a reprodução social, tendo por insuperável mediação atos teleologicamente postos, possibilita a gênese e o desenvolvimento de um ser-para-si ontologicamente impossível à natureza. O que os homens pensam a respeito de si próprios, do momento histórico em que vivem, das tarefas que têm pela frente, as suas expectativas, esperanças e desejos acerca do futuro etc., exerce sempre um papel importante na reprodução social — podendo, como é o caso dos momentos revolucionários, ser deles o momento predominante. (LESSA, 1996, p. 12).

Os atos humanos, além de se distinguirem da natureza, ao serem lançados, repercutem na realidade não exatamente da mesma forma como o homem

idealizou inicialmente. Isso ocorre devido aos diversos acasos existentes, também aos processos e nexos que as objetivações desencadeiam a partir do momento que passam a existir, e por último, a cada exteriorização posta pelo movimento da objetivação, é acrescido algo no sujeito que o realizou, adquirindo mais conhecimento e propriedade se comparado ao momento da pré-ideação.

O homem, em sua particularidade, ao participar nos processos da totalidade, adquire uma dimensão genérica, uma vez que incorpora os atos históricos daquele momento e também reage, em sua particularidade com essa totalidade.

Os atos singulares também alteram não somente a totalidade, mas todos ao redor serão sujeitos naquela nova situação, sofrendo suas consequências e respondendo por ela. Portanto, cada novo produzido remete a objetivações futuras que incidirão sobre o todo existente, repercutindo não somente na totalidade, mas também nos sujeitos, e em toda a humanidade. Dessa forma, conhecimentos específicos e singulares tornam-se genéricos e universais.

Portanto, todo processo de objetivação-exteriorização é necessariamente único e genérico. Único, pela simples razão de a história jamais se repetir. E genérico porque ele incorpora, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, determinações genéricas que correspondem ao desenvolvimento efetivamente alcançando pela humanidade a cada momento histórico. Em suma, ele é concomitantemente um processo que possui uma insuperável dimensão individual (mesmo o trabalho mais alienado no interior de uma linha de produção não perde por completo esse seu caráter singular) e é sempre determinado socialmente. Por isso, trabalho e sociabilidade são categorias que só existem conjuntamente, enquanto determinações reflexivas. (LESSA, 1996, p. 15).

Posto isso, após essas explicações, pode-se compreender que o trabalho é central na vida dos homens, visto que cumpre em atender necessidades humanas de sobrevivência e também espiritual, correspondendo o valor de uso do trabalho à capacidade teleológica do ser humano em realizar algo que pré-determinou. E é a partir do trabalho que o mesmo se funda enquanto ser social, pois o trabalho implica relações sociais e construção de modos de produções para a reprodução do ser.

Sendo assim, verifica-se que o processo de trabalho traz elementos para a construção do sujeito histórico. No processo de trabalho, o sujeito cria, reproduz, se relaciona, se realiza, e ao mesmo tempo esse sujeito recebe determinações históricas de uma dada sociedade, autoconstruindo-se nesse processo posto pelo

trabalho. Processo no qual relações sociais, ideias, vivências, experiências são acumuladas e incorporadas, são dadas aos sujeitos e feitas por ele.

Portanto, além desse processo de criação do ser que é único, também é genérico, ou seja, nesse mesmo desenvolvimento, o ser incorpora em suas dimensões objetiva e subjetiva, determinações históricas.

## **1.2 O trabalho na sociedade do capital**

O trabalho inserido na economia capitalista ganha outra conotação muito distante das suas categorias ontológicas que o define como trabalho concreto, produtor de valor de uso somente.

O processo de trabalho encontrado em toda a economia simples - atividade voltada a um fim, objeto e meio -, na sociedade do capital sofrerá substancial mudança visto que sua objetividade-exterioridade historicamente tem se constituído de forma alienante, devido aos nexos estabelecidos com a totalidade dos processos sociais do modo de produção capitalista, subvertendo o trabalho no seu sentido ontológico em formas que objetivam a acumulação de riquezas.

Posto isso, o processo de trabalho na sociedade do capital não se encerra no produto e em seu valor de uso, vai além. O produto do trabalho também irá adquirir outra conotação, o valor de troca.

Isso ocorre porque nessa sociedade a força de trabalho será submetida ao capitalista, assim como os meios de trabalho serão de sua propriedade. O dono do capital cuidará para que o trabalho e os meios de trabalho atendam os seus interesses.

O produto produzido também não pertencerá ao trabalhador e sim ao capitalista. O mesmo pagará a força de trabalho do operário para que esse produza a mercadoria desejada, atendendo suas exigências. Ou seja, nesse momento o trabalhador, sua força, terá um valor de uso, assim como a mercadoria, e ambas pertencerão ao dono do capital. E o processo de trabalho só poderá ocorrer porque o capitalista é quem fornece os meios de produção, ficando, assim, o trabalhador submetido a essa ordem, uma vez que necessitará trabalhar em troca de salário para obter um patamar mínimo de sobrevivência.

Na mercadoria produzida, além do valor de uso que a mesma encerra, de utilidade para as necessidades humanas, também haverá valor de troca: <sup>11</sup> quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, e que será representado por um valor, um equivalente socialmente adotado, o dinheiro. Este processo dará à mercadoria a capacidade de ser trocada por outra, pois existe algo que iguala todas as coisas: o trabalho socialmente necessária advindo da quantidade de força de trabalho para a produção de mercadorias (trabalho abstrato)<sup>12</sup>.

Nesse processo, não só a mercadoria será igualada pelo processo do trabalho abstrato, mas também o trabalhador, pois o mesmo venderá sua força de trabalho por um equivalente (o dinheiro em forma de salário), que igualará pelo valor de troca e o trabalho abstrato, todas as coisas. Assim, trabalhador pode ser trocado facilmente por outro trabalhador, pois ambos terão a mesma função no processo de trabalho: “Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem se desfazer do outro.” (MARX, 1996, L. 1, v. 1, p. 311). Compreende-se, pois, que a força de trabalho também se institui como mercadoria, uma vez que será igualada, comprada e vendida como coisa.

No processo de valorização temos então a depreciação do trabalho concreto pelo trabalho abstrato, o valor de uso submetido pelo valor de troca e a construção da mais-valia<sup>13</sup> - excedente de trabalho apropriado pelo capitalista que

---

<sup>11</sup> Sobre essas duas facetas do trabalho representado na mercadoria, Marx (1996, L. 1, v. 1, p. 308) observa: “Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência, representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado. São apenas a materialização de uma hora, de duas horas, de um dia de trabalho social.”

<sup>12</sup> Sobre o trabalho abstrato Paulo Netto (2008, p. 105) explica que: “[...] como no MPC (Modo de Produção Capitalista) a lógica mercantil se universaliza, também se universaliza a redução do trabalho concreto em trabalho abstrato. Ora, é essa redução que permite a homogeneização de todas as formas de trabalho a uma forma geral (abstrata, despida de suas determinações concretas): o capitalista compra a foça de trabalho enquanto trabalho abstrato, que pode ser mensurada e quantificada. E o trabalho abstrato, medido enquanto trabalho médio em condições históricas precisas, constitui o que já apresentamos ao leitor como trabalho socialmente necessário; por isso, Marx observa que é o trabalho, na sua “[...] qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato”, que “gera o valor da mercadoria (Marx, 1983, I, 1:53).”

<sup>13</sup> Sobre a mais-valia, como a mesma surge - pela exploração e intensificação do trabalho do operário -, Paulo Netto (2008, p. 100), explica: “Mas a força de trabalho possui uma qualidade única, um traço que a distingui de todas as outras mercadorias: ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ele na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso.”

lhe conferirá a construção da sua riqueza (socialmente produzida e apropriada pelo mesmo).

Sobre esse processo Marx (1996, L. 1, v. 1, p. 305) reflete:

Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca. E para o nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais se adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

A mercadoria posta na esfera da circulação irá promover o processo de formação de valor que ocorreu na produção. Também irá reificar as relações sociais do modo de produção capitalista. Ou seja, todo esse momento da exploração do trabalhador desaparecerá na esfera do consumo, na compra e venda da mercadoria. Como se a mercadoria, a troca e o dinheiro encerrassem em si suas lógicas, desaparecendo ali todo o processo de trabalho ocorrido, todas as relações sociais vivenciadas para que aquela mercadoria existisse, para que o capitalista faturasse a mais valia.

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto, em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo. (MARX, 1996, L. 1, v. 1, p. 312).

Portanto, o valor não é simplesmente um número, de propriedade da mercadoria. Ele representa o trabalho socialmente necessário para ser produzido (seu aspecto quantitativo) e também no seu aspecto qualitativo, expressa “[...] relações sociais de produção entre as pessoas.” (RUBIN, 1980, p. 83). Esse valor, fruto do trabalho abstrato, representa, portanto, uma forma social (de modo de produção capitalista) e como as pessoas se relacionam: como produtores independentes que são e que possuem relações de subordinação (no caso dos trabalhadores) ou de propriedade (o capitalista).

Nas explicações de Rubin (1980, p. 85):

O valor é uma “relação social tomada como uma coisa”, uma relação de produção entre pessoas que toma a forma de uma propriedade das coisas. As relações de trabalho entre os produtores de mercadorias, ou o trabalho social, estão “materializadas” e “cristalizadas” no valor de um produto do trabalho. Isto significa que uma determinada forma social de organização do trabalho é compatível com uma particular forma social do produto do trabalho.

Independentes e autônomos porque o trabalhador tem algo a vender e o capitalista também. Existe, portanto, uma relação entre ambos, revestido como produtores mercantis iguais, já que o ato da troca é uma relação de igualdade – todos tem liberdade de comprar e vender. Porém, a desigualdade ocorre no fato do trabalhador ter sua força expropriada pelo capitalista e este possuir os meios de produção.

Nesse sentido, além da teoria do valor exposto aqui, também permearam os estudos de Marx sobre a sociedade do capital, a teoria do fetichismo. Por ela, como já apontado, compreende-se como todas as coisas na sociedade do capital aparecem invertidas do fenômeno que realmente são e esta se objetiva não no campo da abstração somente, mas possui uma materialidade na realidade, que a indica e a explica.

Marx conseguiu observar na relação entre as coisas, relações humanas do modo de produção capitalista e que o homem acaba atribuindo às coisas propriedades que na verdade surgem nos relacionamentos do processo de produção e que no processo da troca, passam a ser compreendidas como mercadorias, com características naturais. Esse revestimento pode criar uma ilusão na cabeça dos homens e que se reproduz no cotidiano de suas vidas. Mas, com um olhar atento e profundo, percebe-se as relações sociais existentes e reificadas nas mesmas.

Outra questão apontada por Rubim em relação à teoria social de Marx sobre o fetichismo, é que além do exposto (que as relações sociais são explicadas através das mercadorias), verifica-se que inevitavelmente, as relações sociais na sociedade capitalista acabam obrigatoriamente se apresentando através das coisas:

Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre as coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas [...]. Marx descobriu as bases econômicas objetivas que regem o fetichismo da mercadoria. A ilusão e o erro na mente dos homens transformam

categorias econômicas reificadas em “formas objetivas” (pensamento) das relações de produção de um modo e produção historicamente determinado: a produção mercantil. (RUBIN, 1980, p. 20).

Como consequência, todas as relações de qualidades humanas passam a ser atravessadas pela mesma medida das coisas (fetichismo), imprimindo naturalizações às divisões sociais, já que o fetichismo da mercadoria-produto também é da mercadoria-homem e conseqüentemente das relações sociais derivadas desse processo, negando o caráter histórico do sujeito social.

Sendo assim, por esses apontamentos – processo de trabalho e de valorização (e todas as implicações decorrentes dessas categorias, como o fetichismo e a alienação), verificam-se a inversão do trabalho do seu sentido ontológico e como novas mediações e estruturas se institucionalizam e se constroem para possibilitar a reprodução do sistema capitalista, sobrepondo mediações e categorias que potencializem as capacidades humano genéricas, e impossibilitando condições de construção do sujeito histórico.

Porém contraditoriamente, é na análise dialética da realidade, é na própria contradição capital x trabalho, que se verificam as possibilidades de construção de um novo sujeito e de uma nova sociedade. Visto que o homem é um ser histórico. Ao mesmo tempo em que é determinado, também constrói a humanidade.

### 1.2.1 O capitalismo em seu processo histórico: crises e reorganizações

Uma sociedade está consumindo e produzindo constantemente, criando o novo, fazendo história, por conseguinte, se reproduzindo. No caso do capitalismo - uma forma de produção com sua objetividade na acumulação de riquezas -, a sua reprodução na história seguirá essa mesma funcionalidade, tanto em suas bases materiais (produção de mais valia) quanto também em suas relações sociais. Aliás, o seu modo de produção é também de reprodução de relações sociais.

Sua finalidade supõe sempre criação de mais valor, o que lhe fornece uma dinâmica peculiar - o seu caráter expansionista e processual que se desenha na história da sociedade.

Assim, durante a história econômica da sociedade até os dias atuais, o capitalismo vivenciou diversas fases e passou por crises que pela natureza do

sistema, são cíclicas. A cada crise, o mesmo se reestrutura. Vestindo novas roupagens como mecanismo para fortalecer sua objetividade de acumulação que sempre se dará na exploração da força de trabalho.

[...] o capitalismo passa a se desenvolver ciclicamente, apresentando as seguintes fases: “estabilidade, animação crescente, prosperidade, superprodução, craque, estagnação, estabilidade, etc”. (Marx, 1980, v.3, p.146). Ou seja, os ciclos capitalistas “desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo de outro” [...]. (MONTANÓ; DURIGUETTO, 2011, p. 181).<sup>14</sup>

Torna-se precedente para sua permanência na história, mecanismos de acumulação cada vez maiores para o investimento em seu modo de produção, sobrevivendo assim, as grandes corporações que conseguem promover uma concentração de capital maior comparado com suas concorrentes que naufragaram.

Também, ao longo da história, mostrou-se vitoriosa a centralização capitalista, inaugurando a fase do capital monopolista, se fortalecendo mediante aos cartéis, trustes e holdings. Todas essas medidas pressupõem uma alta concorrência e disponibilidade de capitais, colocando em cheque a livre concorrência e a livre iniciativa.

Em consequência dessa crescente acumulação do capital, recrudescer também a pauperização da classe trabalhadora, visto que se houve acumulação, houve também a exploração do trabalhador - já que é pela intensificação da força de trabalho que se cria a mais-valia.

Conforme o processo de reprodução do capital tanto em suas bases materiais quanto em sua representação social, torna-se mais latente o abismo e o antagonismo entre as classes. Portanto, assiste-se a uma concentração da riqueza e consequentemente da pobreza e da desigualdade social.

Sobre essa desigualdade, Marx (1996, L. 2, v. 2, p. 274, grifo nosso) explica sua razão:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas

---

<sup>14</sup> Ainda sobre a crise do capital, autores explicam que segundo Mendel (1977) essa é imanente ao sistema. Ela faz parte da dinâmica desse sistema, pois visa cumprir as respectivas funções: “a) em primeiro lugar, a crise é um resultado, uma consequência intrínseca do próprio desenvolvimento capitalista; b) em segundo lugar, a crise é a causa, o motor da recuperação econômica, da retomada da taxa de lucro.” (MONTANÓ; DURIGUETTO, 2011, p. 182).

mesmas causas que a força a expansiva do capital. A grandeza proporcional da reserva industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa dos suplícios de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.

Mesmo decorrido muito tempo dessa formulação, ainda é evidente esse constructo histórico que se estabelece na relação entre as classes sociais fruto do sistema capitalista. E hoje a conhecemos como questão social, possuindo sua gênese, portanto, na lei geral da acumulação capitalista e que vai ganhando novas roupagens conforme a acumulação do capital.

Situando o capitalismo na história da humanidade de forma breve até os dias atuais, temos sua primeira fase conhecida como o capitalismo comercial ou mercantil que vai do século XVI até meados do século XVIII. Como assinala Paulo Netto e Braz (2008), essa fase iniciou com o domínio do capital no processo de construção de mercadorias e também no processo de trabalho, fortalecendo uma classe que ficou conhecida como burguesia. Esta, como mostra a história, irá disputar o poder político junto à nobreza fundiária. Na época, seus interesses também representavam em alguns aspectos o da população. Irá lutar contra o Antigo Regime a fim de liberar os impedimentos que esse sistema impunha ao seu crescimento.

Em meados do século XVIII com a Revolução Burguesa e também com a Industrial, temos o estágio do capitalismo concorrencial que irá até o último terço do século XIX. Nessa fase assiste-se à tomada do poder do Estado pela burguesia e também mudanças técnicas com o desenvolvimento das indústrias. Expande o modo de produção capitalista na Europa ocidental, submetendo a sua dinâmica relações sociais, econômicas e políticas. Além da urbanização, inicia-se também nesse processo, a busca por matérias-primas em outros continentes, criando assim o mercado mundial.

Também se destacam nessa época as lutas sociais de classe, devido ao acirramento das desigualdades sociais advindas da questão social que se impunham pela intensificação do capitalismo. Eram lutas inicialmente “grosseiras” se tornando mais politizadas conforme os enfrentamentos vivenciados pelos trabalhadores (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 173).

O Estado, nesse contexto, atendia somente as necessidades dos capitalistas, uma vez dirigido por eles, ficando os operários desprotegidos de direitos sociais. Porém, conforme as lutas foram tomando corpo e os operários constituindo-se classe para si, o Estado cedeu a algumas reformas, porém não ultrapassando o limite da propriedade privada dos meios de produção.

Em seguida, entre o fim do século XIX e início do século XX, vemos o surgimento do terceiro estágio do capitalismo, como Paulo Netto e Braz (2008), o estágio imperialista ganhando destaque nessa época, o capital monopolista e também o financeiro.

Além do movimento dos monopólios – que ocorre pela concentração de capitais e também pelo processo de centralização -, também se desenvolveu nessa fase o setor bancário que amplia seu papel e passa a funcionar como sistema de crédito, tendo um papel central para o desenvolvimento do capitalismo na época, já que fornecia empréstimos para os investimentos do setor. Além desse sistema de crédito, o banco também sofrerá os movimentos de concentrações (monopolizações).

Nessa fase, os monopólios de indústrias e banco irão concentrar todo o poder econômico, tendo também influência, devido a esse fato, o setor político. Na questão da mundialização do capital, como mostram Netto e Braz (2008), o capital monopolista se expandirá de duas formas: concedendo empréstimos aos outros países (com cobrança de juros) ou pelo capital produtivo, em que há a implantação de indústrias (e o capital criado é repatriado posteriormente). Estabelecendo sempre uma relação de “domínio e exploração” (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 182) nesses países e uma interdependência entre os países.

Além dessas características, também nessa fase inicial dos monopólios (clássica), temos como características os super-lucros advindos de vários aspectos como a mais-valia obtida através de grupos não monopolizados pelo grande capital, acesso dos monopólios às inovações tecnológicas, interesses do capital defendidos pelo Estado, dentre outros. E como consequência também há a superacumulação e produção, emergindo novas pressões no cenário econômico. Um retrato desse cenário foi a crise de 1929 nos Estados Unidos e a intervenção do Estado na economia legitimada pelas ideias keynesianas (teórico inglês).

Dentre o fim da Primeira Guerra e até início de 1970 temos os anos dourados do capitalismo monopolista imperialista. Esta fase foi marcada pelas crises

cíclicas do capital que foram atenuadas pela intervenção do Estado na economia, gerando um bom resultado para o capital em termos de crescimento econômico. O Estado, através de políticas públicas, manterá a força de trabalho em potencial, tirando essa responsabilidade do capital. Esse Estado “protetor” das políticas sociais e que valoriza o capital monopolista, ficará conhecido com o modelo de Estado de Bem-Estar Social.

Também nessa fase é levado a cabo o desempenho da organização do trabalho no sistema fordista-taylorista que se inicia na fase clássica dos monopólios e se desenvolve nesse período, caracterizando-se pela produção em massa e em série. A mão-de-obra não necessariamente precisaria ser altamente capacitada devido à segmentação do trabalho que era cronometrado para que se obtivesse um alto rendimento, o que para o trabalhador era repetitivo e desgastante.

No entanto, nos anos 1970, a época de ouro do capitalismo, com suas altas taxas de lucros, entra em crise: inflação, preço alto das mercadorias, baixo consumo, a taxa de lucro passou a cair, desaceleramento da economia, choque do petróleo, dentre outras questões. Sob esse contexto instaura-se uma recessão nas grandes potências capitalistas e como consequência a reorganização do capitalismo que se deu como afirma Paulo Netto e Braz (2008, p. 214) “[...] sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal.”

Em relação à reestruturação no modo de produção capitalista, temos uma flexibilização do mesmo com novas formas que atendam aos padrões de mercado e também à produtividade. Assim, o toyotismo, o novo modelo de produção, substitui o modelo fordismo-taylorismo, caracterizando-se por, como assinala Antunes (2007, p. 25): gestão participativa, o *just in time* (um meio de aproveitar todo o tempo possível), círculos de controle de qualidade (qualidade total do produto) em que alia “[...] um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, artesanais.” Também se caracteriza pela flexibilidade dos processos de trabalho e do mercado, produzindo conforme a demanda (estoque mínimo) e requisições do mercado.

Também flexível tornou-se a vida do trabalhador nessa nova fase. Nesse sentido, os direitos trabalhistas sofreram uma redução em relação ao que foi garantido através de lutas históricas, e novas formas de trabalho vem atender essa nova fase. Desenvolve-se um setor de serviços para atender aos movimentos desse

novo modelo de produção flexível, como também o trabalho em casa, o teletransporte, o trabalho informal, dentre outras mudanças que afetaram a materialidade da classe trabalhadora (seu modo de ser).<sup>15</sup>

Isto posto, mostra-se como o movimento de resistência dos trabalhadores representado pelos sindicatos enfraqueceu-se, evidenciado, entre outros fatores<sup>16</sup>, pela cooptação e manipulação do trabalhador a esse novo modelo, que insere o mesmo no mundo da gerência, da participação, dos treinamentos para que assumam o controle de qualidade do produto. “Em verdade, é a nova forma de apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital.” (ANTUNES, 2007, p. 182).

Esse movimento alienou parte dos que ainda trabalhavam, e repercutiu de forma coletiva na classe trabalhadora, abalando a resistência e a luta construída historicamente, configurada nos direitos trabalhistas. Surgiu, assim, em relação à organização dos trabalhadores, o sindicato de empresa, o sindicalismo de participação que atua e negocia sob as pautas neoliberais.

Manipulação e cooptação, pois como evidencia Antunes (2007), a era Toyota ilude o trabalhador sobre sua suposta participação nos processos de modo de produção capitalista. Na verdade, esse sistema está fazendo com que o mesmo se entregue fisicamente e espiritualmente ao processo, porém não de forma crítica, mas persuadindo-o, pois, ainda o resultado desse processo é o estranhamento, já que o trabalhador é alheio ao todo, tolhido de sua liberdade sobre o que produzir e como:

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica de integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão de que e como produzir

---

<sup>15</sup> Como revela Antunes (2007, p. 182-183) em relação a heterogenização e complexificação da classe trabalhadora: “Há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, esses postos de trabalho foram preenchido pelos imigrantes [...]. Mas hoje sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista.”

<sup>16</sup> Como aponta Paulo Netto (2008, p. 215), também é fator para a desmobilização das lutas dos trabalhadores: “[...] o capital atribuindo às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos como as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às suas demandas salariais. Nos finais dos anos setenta, esse ataque se dá por meio de medidas legais restritivas, que reduzem o poder de intervenção do movimento sindical; nos anos oitenta, o assalto do patronato toma formas claramente repressivas - de que são exemplos as ações dos governos Thatcher (Inglaterra) e Regan (Estados Unidos).”

não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. (ANTUNES, 2007, p. 42).

Ainda sobre o trabalho, o desenvolvimento tecnológico implicou em um excedente da força de trabalho reduzindo o trabalhador fabril, assim como intensificou a exploração da sua força, visto que para extração da mais-valia de forma que atendesse aos interesses do modelo, o operário tornou-se polivalente - um trabalhador passou a realizar diversas tarefas (para isso passou-se a ser exigida alta capacidade do mesmo) e horas extras de trabalho. Nesse sentido, reduziu-se o número de proletariados e intensificou o seu trabalho<sup>17</sup>.

Sobre os rebatimentos da reestruturação produtiva, percebe-se que o desemprego tornou-se inevitável. Segundo Antunes (2007, p. 50), sobre a classe que vive do trabalho e vivencia a exploração:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória, que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora.

Conclui-se assim, que a reestruturação produtiva do capital - a reorganização capitalista - para sair de uma crise e recuperar novamente seu ciclo com altas taxas de lucro, resultou na agudização das expressões da questão social, visto que trouxe severas consequências para a classe trabalhadora<sup>18</sup>, sendo nefastas as mudanças no mundo do trabalho nas quais o desemprego e suas consequências tornaram-se estruturais e não mais uma oscilação como era na época dourada monopolista:

---

<sup>17</sup> Cabe ressaltar, como aponta Paulo Netto (2008, p. 217), ao mesmo tempo em que se exige um trabalhador altamente capacitado, verifica-se outro movimento: “muitas atividades laborativas são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento. Assim, no conjunto dos trabalhadores, encontra-se uma parte extremamente qualificada, que em geral consegue um mínimo de segurança no emprego, e uma grande parcela de trabalhadores precarizados.”

<sup>18</sup> Antunes (2007, p. 184) ao caracterizar a mesma em relação às mudanças citadas, aponta: “Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.”

Uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é a exponenciação da questão social (também esta continua sendo naturalizada, mas acrescida da criminalização do pauperismo e dos pobres – donde a repressão expandida, das exigências da “tolerância zero” ao crescimento das soluções carcerárias). Aquilo que parecia estar sob o controle nos “anos dourados” adquire, na terceira fase do estágio imperialista, magnitude extraordinária e explícitas dimensões que, antes, eram mais discretas. (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 220).

Essa mudança no mundo do trabalho foi acompanhada por uma política econômica que permitiu e incentivou esse processo (de mudança) no cenário das sociedades (desde os países centrais com sua social democracia e o estado de bem-estar social, como nos países periféricos como o Brasil) rompendo e desconstruindo as proteções sociais existentes que emergiram através de lutas sociais.

As políticas neoliberais, ao representarem o poder político dos grandes grupos econômicos através do Estado, investiram no slogan do não intervencionismo estatal, porém, ao se constatar a realidade, percebe-se que estrategicamente isso não ocorreu na área social, com as políticas de cortes sociais: primeiro com a desregulação das leis trabalhistas e depois com as “reformas” no campo da seguridade social.

As intervenções e formas de proteger a economia pelo Estado, garantindo a ordem do capital, sempre foram bem aceitas, como as privatizações, medidas para aquecer a economia e incentivar o consumo, políticas fiscais, dentre outros movimentos que buscam garantir o desenvolvimento do capital. Pois, o que se pretende com tal ideário é o máximo de liberdade para o capitalismo se expandir (principalmente quebrando as barreiras de proteção nacional dos países periféricos) e menos entraves possíveis para o seu desenvolvimento, assegurado pelo Estado.

Antunes (2007, p. 176) analisa que essas duas combinações - reestruturação produtiva do capital e políticas neoliberais -, têm trazido consequências sem precedentes para a história da humanidade:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se um monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Após essas observações, chegamos ao contexto do capitalismo contemporâneo no qual será balizada – nos próximos capítulos - a conversa do trabalho profissional do Serviço Social na política de assistência social, contextualizada no respectivo cenário: questão social agudizada, tendo em vista a reestruturação produtiva do capital e todos os rebatimentos na sociedade (a força humana de trabalho destruída/precarizada); desemprego estrutural visto como algo natural segundo as ideias neoliberais que concebem a desigualdade social como um bem necessário ao desenvolvimento da riqueza (ou seja, uma ideologia do individualismo, irracional, que atravessa instituições e categorias humanas); e políticas públicas de mínimos sociais.

### **1.3 Questão Social: a institucionalização do Serviço Social**

O Serviço Social brasileiro configurar-se-á como profissão com o desenvolvimento do capitalismo no país nas décadas de 1920 e 1930, emergindo também com esse processo as expressões advindas da questão social.

Em relação à organização social do Brasil na década de 1930, teremos nesse cenário, uma classe trabalhadora em formação e também de uma burguesia que inicia o seu processo de acumulação, acompanhando o movimento político-econômico da sociedade brasileira, na transição de uma economia agroexportadora para uma economia interna, conhecida sua classe representativa como “autocracia burguesa”.

A economia brasileira até então, voltada à agricultura, inicia seu desenvolvimento, principalmente após a I Guerra Mundial, com as indústrias subsidiárias das grandes empresas estrangeiras que se instalarão no país. Ao mesmo tempo, temos o crescimento das cidades e o processo de urbanização.

A questão social irá emergir e tornar-se latente no país a partir do momento que se tem um grupo formado por trabalhadores livres, os quais possuem como única forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho a outro grupo – a recém burguesia industrial brasileira - esta, proprietária dos meios de produção. E assim, submetem-se a esse proprietário que disporá de um mercado de trabalho com mão de obra excedente, podendo, dessa forma, explorar como quiser o trabalhador para obtenção de maiores rendimentos.

É nesse contexto que o trabalhador irá se organizar e lutará por melhores condições de vida, contra a exploração do seu trabalho pelo proprietário, por melhores salários, para que tenha garantido um patamar mínimo de sobrevivência, tendo em vista que o poder aquisitivo obtido por horas de trabalho, na maioria das vezes extenuantes, ainda não supria devidamente as necessidades de sua subsistência. Sobre essa realidade que se instaura no Brasil, Iamamoto (2006, p. 129) retrata:

Historiadores e sociólogos que estudaram a situação do proletariado nesse período são concordes em que essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e segurança e muito frequente os acidentes. [...] O preço da força de trabalho será constantemente pressionada para baixo daquele nível, pela progressiva constituição de um relativamente amplo exercito industrial reserva.

Tornando-se uma ameaça para os setores ligados ao capital brasileiro, impõe-se a necessidade do controle social. Porém, ao mesmo tempo, serão também atendidas algumas das reivindicações dos trabalhadores, contra a exploração do seu trabalho: “A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado.” (IAMAMOTO, 2006, p. 126).

Os grupos sociais da classe dominante se posicionam, tendo na figura do Estado e da Igreja, parceiros que auxiliarão no controle do problema que se instaura a partir do processo de industrialização brasileira. O Estado emerge nesse contexto e o mesmo amplia suas funções diante da questão social que se eclode e que é retratada na luta dos trabalhadores que vivenciam suas expressões, dado o cenário de expansão do capital monopolista no início do século XX.

O Estado, portanto, estabelecerá novas relações com as classes sociais devido às exigências que se impõem: subordinação aos interesses da burguesia e reconhecimento da classe operária, através da implementação de leis e políticas que assegurem suas necessidades sociais. Dessa forma, o Estado é tensionado pelas duas classes, porém sua objetividade está em atender o ordenamento do capital, pois ao dar respostas positivas ao proletariado através de leis, políticas e serviços sociais, na verdade estará estimulando que a exploração do capital se dê em

patamares mais aceitáveis, maximizando seu lucro e não provocando nenhuma mudança estrutural, pelo contrário, favorecendo a sua reprodução.

A institucionalização do Serviço Social ocorrerá nesse contexto. Sua demanda está em atender os interesses da classe dominante e não da classe que vive do trabalho:

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição. (IAMAMOTO, 2006, p. 127).

Portanto, a necessidade do profissional se faz mediante o surgimento da questão social, atendendo ao projeto do capital, afirmando-se como uma especialização do trabalho coletivo no contexto do capital monopolista.

O Serviço Social, aos poucos, rompe com a tradicional filantropia e se insere no novo mercado instituído pelo empresariado brasileiro e também pelo Estado na efetivação de políticas sociais.

Assim temos a gênese do Serviço Social brasileiro com sua funcionalidade voltada a atender os interesses do projeto societário do capital. O mesmo caminhará historicamente junto à contradição das classes sociais que disputam no Estado seu poder e legitimidade, se posicionando, o Serviço Social, após construção e embates dentro da categoria, a favor das classes subalternas<sup>19</sup>.

Porém, sendo atravessado por processos de trabalho que conformam o trabalho profissional, fruto das determinações do sistema capitalista que engendram um modo de ser das políticas sociais.

---

<sup>19</sup> A compreensão de classes subalternas nesse trabalho é feita a partir da discussão em Yazbek (2009, p. 26) que retoma o termo em Gramsci e explica: “[...] a categoria subalterno, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação [...]. A subalternidade diz respeito à ausência ‘de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção’ (Almeida, B., 1990:35). A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Neste sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade.”

Assim, é importante ponderarmos o Serviço Social como uma profissão, inserida na produção e reprodução das relações sociais e imbricada por outros processos de trabalho.

Portanto, o assistente social é um profissional que atua e situa-se no processo de relações sociais, as quais se encontram em um determinado período histórico e de produção - o capitalismo -, que possui características específicas na forma como os homens se reproduzem e vivem:

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se reproduzem, encobrindo o antagonismo que as permeia. (IAMAMOTO, 2006, p. 30).

Nesse sentido, na reprodução do capital, há a reprodução de relações sociais - de formas de ser e agir dos indivíduos -, com elementos subjetivos e objetivos determinantes, situando a humanidade em divisões sociais de classe.

O capital, portanto, também irá orquestrar a produção de relações sociais e não somente a produção material – de necessidades materiais humanas de sobrevivência. Reificando nas relações sociais, elementos de um modo de produção. Visto que os homens, pelo valor de troca, vendem sua força de trabalho se igualando a mercadorias.

Em vista disso, quando se pensa no sistema capitalista, há um entendimento maior do que a própria produção material envolvendo os processos de produção e consumo, mas também aspectos referentes à forma como ocorre a reprodução das forças produtivas, “[...] envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social [...]” (IAMAMOTO, 2006, p. 72), que se institucionalizam através de sistemas jurídicos, educativos, das artes, dentre outros.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. (IAMAMOTO, 2006, p. 72).

Por esse constructo histórico que se desenhou na sociedade, também o homem, pela sua razão crítica, se reconhece e processa a realidade na qual se insere, tornando-se muitas vezes sujeito consciente da sua história e engendrando lutas sociais.

Essa natureza do modo de produção capitalista - de reprodução das relações sociais -, também perpassará o trabalho profissional do assistente social, uma vez que inserido nesse sistema, reproduzirá, o profissional, os valores e pensamentos da cultura do capital, especialmente na esfera do cotidiano de trabalho.

Inicialmente na história da profissão, foi visto que o Serviço Social foi um elemento importante de participação e manutenção do processo de produção capitalista, pois auxiliava o capital em parceria com o Estado a conter e a controlar a classe trabalhadora, para que esta estivesse apta, pronta para o mercado de trabalho, satisfeita por ter alguns elementos de luta garantidos. Seguindo a corrente positivista e a ideologia conservadora da época, o assistente social atuava de forma a imprimir na subjetividade da classe trabalhadora, sentimento de responsabilidade pelo seu próprio bem estar social e também de sua família.

Ao analisarmos a profissão hoje, passado o Movimento de Reconceituação<sup>20</sup> da categoria - marcado pela auto-crítica profissional, por uma nova forma de intervir e compreender a realidade e também de se posicionar perante as contradições de classe -, observamos que atualmente o profissional atua de forma objetiva, na produção e reprodução da força de trabalho - auxiliando na sobrevivência da classe trabalhadora -, através de elementos materiais como benefícios e serviços; e também de maneira subjetiva, podendo interferir na forma pensar e ser dos sujeitos sociais, ou seja, crítica ou conservadora.

Nas palavras de Yamamoto (2006, p. 75), o trabalho do assistente social:

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais,

---

<sup>20</sup> Tal movimento, iniciado na década de 60, caracterizou-se pela autocrítica profissional, influenciado pela teoria crítica de Marx na análise da realidade social. Estabelece-se um novo compromisso com as classes subalternas, na defesa de suas necessidades. Portanto, novos valores tornam-se centrais na prática profissional, tendo a liberdade, a autonomia dos sujeitos sociais, a justiça social e a democracia, seus principais elementos. A luta pelos direitos sociais será compreendida como um caminho para se chegar à emancipação humana e a uma nova sociabilidade.

reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas.

Portanto, percebe-se que existe uma dualidade, uma contradição inerente ao trabalho do assistente social, visto que o mesmo está situado no modo de produção capitalista, participando da sua reprodução.

Assim, essa contradição se expressa no fato de que a profissão, historicamente e ainda hoje, é uma atividade socialmente objetivada pelas necessidades do capital, visto que contribui para a sobrevivência da classe trabalhadora; porém o Serviço Social também é objetivado pela síntese histórica profissional que durante sua trajetória na sociedade, elaborou novos elementos que culminaram com o Movimento de Reconceituação profissional e com o projeto ético-político profissional, que visa contribuir com a construção de uma nova sociedade, contrária a do capital.

Após esse processo histórico que redesenhou a profissão na sociedade, compreendemos que o objeto de trabalho do Serviço Social, sua matéria-prima, é a questão social, as expressões surgidas no embate entre capital x trabalho, vivenciadas cotidianamente pelas classes subalternas. Sua objetividade está em dar respostas a essas questões. Tem como instrumento de trabalho, como explica lamamoto (2006), o acervo formativo que instrui sua dimensão técnico-operativa. Também conformam os instrumentos de trabalho dos assistentes sociais, os meio fornecidos pelas instituições nas quais prestam serviços.

Atualmente, tendo como matéria-prima e objeto de estudo a questão social, o Serviço Social visa produzir respostas as suas expressões, seja orientado de forma a manter o status quo e os valores da atual sociedade, ou, tendo como norte o projeto ético-político profissional hegemônico, voltado para uma nova sociabilidade, mesmo estando inserido e ser auto determinado, muitas vezes, pelas contradições da estrutura.

Pois, o profissional, por estar inserido na sociedade do capital, é subordinado pelas determinantes do modo de produção capitalista. Ao vender sua força de trabalho, o mesmo é submetido ao circuito do valor que destitui toda a potencialidade da profissão enquanto trabalho concreto, uma vez que passa a ser

atravessado pelas características do trabalho abstrato, natureza característica do sistema vigente.

Assim, para compreender a profissão em qualquer locus de trabalho, além da importância de compreender sua objetividade, seus instrumentais, é preciso compreender o movimento da sociedade, ou seja, as determinantes externas advindas das relações sociais de classes, e também como o Serviço Social se relaciona e se posiciona perante a essa questão, que é diferente em cada espaço de trabalho e em cada momento histórico e resultará em respostas de trabalhos diferentes, interferindo nas relações sociais que perpassam o trabalho profissional.

Além de pensarmos o Serviço Social como um tipo de trabalho que possui elementos como meio, finalidade e objeto, é preciso pensá-lo em um determinado locus de trabalho que se insere em um contexto maior, de modo de produção capitalista. Sistema esse que possui uma função e finalidade clara nessa sociedade e atribui funções de mesma espécie a todas as relações sociais e processos de trabalho que permeia.

Como salientam os autores:

[...] a pressão estrutural sobre o processo de trabalho do assistente social não decorreria somente daquele interesse burguês por uma camada técnica especializada no trato com a sobrevivência dos subalternizados, mas da própria lógica estruturante do trabalho capitalista, que supõe a conversão de todas as formas de trabalho em trabalho assalariado – mercadoria -, fragmentado e parcelado em diferentes atividades laborativas. (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 114).

Sendo assim, em cada espaço de trabalho, a atuação do assistente social concretiza-se como um processo de trabalho inserido em outros processos de trabalho que necessitam ser desvendados.

Ou seja, as instituições possuem também suas dimensões e especificidades e estão inscritas na sociedade do capital, sendo parte do trabalho coletivo, igualando-se pelas características do trabalho abstrato. Nesse contexto, o trabalho do assistente social, se insere no processo maior do modo de produção capitalista e submete-se, conseqüentemente, às instituições que organizam o seu serviço.

Porém, ao recuperarmos a capacidade teleológica do Serviço Social (sua objetividade), no contexto das contradições do sistema capitalista e sob uma

perspectiva emancipatória, é possível vislumbrar formas de atuação e de enfrentamento que resistam e desconstrua elementos da sociabilidade vigente.

### 1.3.1 A instrumentalidade do Serviço Social

A instrumentalidade tem sido construída historicamente pelo profissional de Serviço Social e não se esgota no conjunto dos instrumentais técnicos operativos, mas como uma capacidade da profissão de se movimentar para o alcance de seus objetivos:

[...] a instrumentalidade como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constitui-se numa condição concreta de reconhecimento social e profissional. (GUERRA, 2000, p. 2).

Guerra (2014) relembra que tal tema está diretamente ligado à categoria trabalho. O homem realiza trabalho como forma de satisfazer as necessidades e aspirações humanas. Para isso, faz mediação direta com a natureza, portando, nessa práxis, de instrumentalidade, como um meio para o alcance de seus objetivos.

No Serviço Social a instrumentalidade será compreendida como uma capacidade profissional e um meio que permite realizar a mediação das demandas imediatas do cotidiano trazidas pelos sujeitos, dando-lhes respostas profissionais, através de uma análise dessa realidade feita pelo profissional subsidiada pelos fundamentos e conhecimentos do Serviço Social:

[...] a instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem de ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Como mediação, a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. (GUERRA, 2000, p. 12).

Está imersa nas contradições das relações sociais do modo de produção capitalista, visto que é nessa esfera que o assistente social intervém e irá construir respostas, diante, portanto, de condições determinadas (objetivas) e também subjetivas, em que o profissional poderá fazer escolha de ações.

Por ela o assistente social cria respostas a realidade que lhe é apresentada, podendo nesse exercício, rever suas ações, alterar a realidade. Nesse

sentido, ao alterar e provocar mudanças que vão ao encontro de seus objetivos profissionais, o assistente social está dando instrumentalidade a suas ações.

Portanto, compreende-se que a instrumentalidade é inerente à categoria trabalho e ao exercício profissional do assistente social. Em relação ao trabalho vem concretizar a capacidade teleológica do homem em relação a necessidade que se coloca a ele/por ele em seus aspectos materiais (relativas à sua sobrevivência) e espirituais (necessidades ligadas às questões da mente). Assim, a capacidade teleológica como uma forma em que o homem exercita sua autonomia e também liberdade dentro de possibilidades:

Se a teleologia, a projeção da intencionalidade, a clareza dos fins é a primeira capacidade, absolutamente indispensável à realização de qualquer projeto, a segunda capacidade, a de mobilizar os meios necessários, dando-lhes uma instrumentalidade, orientá-los para o alcance dos objetivos visados e estabelecidos pelo movimento da consciência no processo, é tão relevante quanto a primeira, ainda que seja uma capacidade sempre subordinada à primeira. (GUERRA, 2014, p. 25).

Sendo assim, a instrumentalidade pode ser definida como:

[...] as propriedades/ capacidades das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho, convertidas em meios/ instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos seus objetivos/ finalidades. Tal capacidade é atribuída pelos homens no processo de produção da sua vida material e espiritual, através do seu pôr teleológico. (GUERRA, 2014, p. 25-26).

Portanto, a instrumentalidade, inerente a categoria trabalho e ligada ao conceito teleológico exposto acima, indica que novas ações e práticas podem ser objetivadas e realizadas, segundo as escolhas feitas pelos homens. Porém carrega em si reflexos e será determinada pelas condições históricas do modo de produção capitalista, produzindo ações que atendam a tal sociedade.

No capitalismo, visto a característica inerente a esse sistema, em que os homens, ao vender sua força de trabalho, são igualados a mercadorias, em razão do trabalho abstrato, o conceito de instrumentalidade é refuncionalizado na relação capital-trabalho, na qual os homens tornam-se instrumentos um dos outros, meios para a realização dos seus objetivos e interesses.

Existe uma respectiva racionalidade que contextualiza esse processo e permeia todas as relações sociais e suas reproduções na sociedade do capital. É a razão instrumental, baseada no pensamento burguês que: “[...] inaugura uma racionalidade que reduz a práxis a um conjunto de regras formais, burocráticas e

manipulatórias, baseado na objetividade econômica-social que desconsidera solenemente o protagonismo dos sujeitos.” (GUERRA, 2014, p. 29).

Paulo Netto (1994) explica que a ordem burguesa opera contra a reflexão racional através de dois componentes: a pseudo-objetividade e a razão analítica. A pseudo-objetividade busca tornar obscuro o processo de socialização que ocorre na sociedade. Esta última - a socialização da sociedade – baseia-se no fato de que o sujeito pode superar e avançar os obstáculos naturais, criando novas realizações objetivadas por eles. Já a razão analítica, visa tratar as relações sociais de forma manipulada, da mesma forma como manipula a natureza.

A razão crítico-dialética evidencia uma nova ontologia, capaz de trazer o real sobre o ser social, diferentemente do que propõe a lógica burguesa. Marx, ao dar visibilidade a ordem burguesa, pode descortiná-la, evidenciando os seus processos. Enquanto isso, a lógica burguesa trabalha para impedir que a razão instrumental seja superada, obscurecendo a forma de se pensar ontologicamente a vida social.

Sobre a razão crítica, fruto da razão moderna, Paulo Netto (1994), explica que a racionalidade não está contida apenas no pensamento dos indivíduos, mas, também na realidade objetiva, ou seja, ela também é dada pelas condições objetivas da realidade. E para compreender essa realidade, o homem pode reconstruir em sua consciência o mundo objetivo. Existe uma unidade entre a racionalidade objetiva (intrínseca a realidade) e a racionalidade subjetiva (quando o homem reconstrói a realidade objetiva). Percebe-se que essa unidade é processual, pois a realidade e o mundo que circunscreve o homem é pensado e idealizado por ele, e a consciência que tem a capacidade de desenhar o mundo ao seu redor, comporta-se por aproximações, pois ela é de alguma forma, também determinada pela realidade objetiva.

O surgimento dessa razão (moderna) se dá no contexto do desenvolvimento do capitalismo sob as características da industrialização e as contradições inerentes a esse sistema. Sob este contexto histórico é possível perceber a especificidade do ser social:

[...] é somente no terreno das formações histórico-sociais embasadas no capitalismo que a produção e reprodução da vida social podem aparecer aos homens como o resultado das suas relações com a natureza e consigo mesmos. [...]. (PAULO NETTO, 1994, p. 31).

É na sociedade burguesa que se desenvolvem dois componentes importantes da razão moderna: o historicismo concreto e a dialética. E esses componentes nos levam a refletir sobre a sociedade burguesa em uma perspectiva histórica: como se origina, suas determinantes históricas e também sua superação. No entanto, pela lógica da ordem burguesa, esta continuará estimulando a razão analítica e também irá criar obstáculos em relação à razão crítica.

Nesse sentido, ao refletir sobre a instrumentalidade do Serviço Social, Guerra (2000) analisa que a mesma precisa ser contextualizada na sociedade capitalista para que possa ficar claro qual racionalidade a profissão está sendo compreendida.

Sendo assim, ao resgatarmos o Serviço Social em sua gênese, inserido na divisão social e técnica do trabalho e ele ainda hoje, compreende-se que a profissão instrumentaliza os interesses da sociedade do capital, pois busca conservar esse sistema e “[...] reproduzir as relações capitalistas de produção” nos espaços de trabalho profissional. (GUERRA, 2000, p. 8).

Isso se traduz ainda hoje por meio de ações profissionais que visam atender as demandas institucionais, seguindo as diretrizes da empresa contratante, em detrimento das demandas dos sujeitos.

Também, muitas vezes, o profissional instrumentaliza respostas às demandas dos sujeitos, de forma fragmentada, descontextualizada do todo e da estrutura, no nível da imediaticidade.

A instrumentalidade nesse sentido segue uma racionalidade burguesa, visto que viabiliza ações que não busquem as causas da desigualdade social. Ao contrário, são operações que buscam resolver os problemas da realidade embasados em soluções isoladas, imediatas, na aparência da realidade. São ações de ordem instrumentais que utilizam e estão preocupadas com os meios e os instrumentais técnico-operativos, longe de qualquer ação que crie mediações, que vá ao encontro dos fundamentos teórico-profissionais e também ético-políticos. Por isso, são ações limitadoras, pois não se aprofundam em uma perspectiva dialética, de razão crítica.

As respostas são requisitadas no nível da imediaticidade e do cotidiano, exigindo-se respostas instrumentais preocupadas com resultados, somente em reproduzir o que está posto.

Assim, tensiona-se para que o assistente social realize um trabalho utilizando sua razão crítica a fim de descortinar as demandas que lhe chegam no dia-a-dia profissional, tanto da instituição, quanto do usuário.

Nessa lógica, Guerra (2000) ressalta outra forma de dar respostas profissionais às expressões da questão social: através da instrumentalidade vista como mediação.

Como mediação, permite que as ações profissionais em relação à demanda que se impõe nos espaços de trabalho, sirvam com um canal de passagem para o arsenal formativo profissional (sua formação teórica-metodológica e ético-política) de forma crítica; permite que se viabilizem ações, planos, e instrumentos técnico-operativos que vão ao encontro dos objetivos profissionais coerentes com seu projeto ético-político profissional:

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico intelectual, ético-política e formativa (Guerra, 1997), e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. (GUERRA, 2000, p. 12).

Por essa instrumentalidade, o assistente social possui condições de construir em sua prática profissional ações orientadas pelos princípios éticos inscritos em seu código de ética, como a cidadania, a liberdade, direitos humanos, democracia, dentre outros, realizando mudanças na forma como opera (meios e instrumentos) visando ao alcance de seus objetivos profissionais.

A instrumentalidade vista como mediação, os assistentes sociais terão a capacidade de identificar onde querem chegar e construir caminhos possíveis para tais planos, evidenciando aí o projeto profissional.

Assim, a instrumentalidade não é o conjunto de instrumentos, mais do que isso, é a capacidade que a profissão tem de se analisar, de identificar quais são os seus engajamentos, e também de buscar e criar meios, técnicas e instrumentos para alcançar seus objetivos. É um canal por onde passam teorias, a cultura profissional, elucidando a análise da realidade, assim como dando respostas profissionais a mesma.

Logo, é preciso haver compreensão e clareza sobre os objetivos que o profissional almeja alcançar em suas ações. Descortinar não só a demanda trazida

pelos sujeitos, mas também as institucionais e desvendar qual a racionalidade que ambas trazem. Compreender também não só os objetivos e fins, mas também os meios, pois estes são dados muitas vezes pela instituição, condicionando o fazer profissional junto aos valores da sociedade que atravessam o cotidiano de trabalho - pelo racionalismo formal -, e a construção do pensamento profissional. Portanto, é importante verificar quais são os valores que estão por trás das respostas profissionais, como as demandas têm sido compreendidas e respondidas pelos assistentes sociais.

Então, falar de instrumentalidade é compreender, através do raciocínio dialético, essa conexão entre fins e meios no trabalho profissional dentre todas as contradições postas no ambiente de trabalho do assistente social. Se o profissional almeja objetivos que sigam as linhas do projeto ético-político profissional e de uma nova ordem societária, é preciso criar meios éticos para que sejam atingidos objetivos direcionados a atender as reais necessidades da classe trabalhadora.

E como as situações postas aos assistentes sociais são complexas e contraditórias, exige-se muito conhecimento e clareza: é preciso conhecer quais são as atribuições profissionais, buscar aprofundamento teórico-metodológico, assim como os fundamentos ético-políticos da profissão, para que haja escolhas coerentes e uma instrumentalidade que possa contemplar as situações encontradas na realidade de trabalho do assistente social, as quais são altamente complexas.

Também é preciso conhecer os instrumentais técnico-operativos da profissão. Os mesmos carregam intencionalidade profissional e objetivam respostas profissionais. São objetivados no processo de instrumentalização das respostas profissionais.

Precisam ser compreendidos não de forma isolada – como os únicos determinantes da ação profissional -, mas no contexto da instrumentalidade do Serviço Social, ou seja, imbuído de razão crítica, na perspectiva da dimensão técnico-operativa da profissão que faz conexão orgânica com as outras dimensões do Serviço Social – a dimensão teórico-metodológica e também ético-política. Uma vez que é pela dimensão técnico-operativa do Serviço Social, que também respostas profissionais são construídas.

A dimensão técnico-operativa, em sua definição, é o modo de ser e aparecer da profissão. É por onde a profissão se expressa. Guerra (2013, p. 46), em referência a essa dimensão, em seus estudos explica:

Dela emana a imagem social da profissão e sua auto-imagem. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da profissão, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo [...].

Ela sozinha não pretende dar respostas às demandas do exercício profissional, mas conjuntamente com as dimensões ético-político e os fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social, cumprem essa função, sendo uma essencial a outra:

Estando em sistemático processo de totalização, as dimensões que conformam a profissão, não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interatuantes, ainda que possa haver, em situações determinadas, na realização de determinada competência e/ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre a outra. Tais dimensões, dado o nível de complexidade da própria realidade social na qual o Assistente Social atua, bem como das sequelas da chamada questão social, as quais fornecem os objetos de intervenção profissional, também se complexificam e se aperfeiçoam, pois é somente assim que a profissão se torna capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam. (GUERRA, 2013, p. 45).

Em sua relação com o todo, a dimensão técnico-operativa, liga-se com outras esferas do cotidiano profissional, como a dimensão formativa, interventiva e investigativa do exercício do Serviço Social, as condições postas no trabalho dos profissionais, a subjetividade profissional, ao projeto político que orienta o assistente social, o meio na qual se insere (sua cultura) entre outros aspectos. Quando o profissional aciona os instrumentais e técnicas do Serviço Social, o faz imbuído de todo o seu conhecimento e fundamentos, em espaços e situações contraditórios, atuando, acredita-se, no trabalho constante da superação dos valores da sociabilidade vigente que permeiam os espaços sócio-ocupacionais e as demandas trazidas pelos sujeitos sociais (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013).

Já em suas particularidades, essa dimensão é composta pelos instrumentais técnico-operativos que são os meios, as ferramentas pelos quais os assistentes sociais realizam determinada ação interventiva. Possui características históricas, intencionalidade e finalidade. Como analisa Trindade (2013, p. 76):

Na consecução dessas ações os profissionais utilizam instrumentos e procedimentos interventivos, materializando a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades aqui denominadas de procedimentos interventivos, constituindo-se elementos intermediários entre as ações e instrumentos.

Através da dimensão técnico-operativa, o assistente social fará escolhas de ações segundo a demanda verificada no processo de mediação profissional. Verificará o instrumental a ser utilizado para efetivar tal ação e utilizará o mesmo através de procedimentos, habilidades e conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos que movimentarão os instrumentos escolhidos para efetivar a ação. Percebe-se que todas as dimensões foram movimentadas para execução das ações da prática profissional.

Importante observar que a dimensão técnico-operativa deve ser considerada em toda sua complexidade, ou seja, em relação às outras dimensões e também em suas particularidades. Valorizá-la somente nos instrumentos e em sua operacionalização é reduzi-la ao pragmatismo e negar a própria essência investigativa da profissão, de análise crítica da realidade. É negar a construção dos instrumentais, sua historicidade, e todas as outras dimensões que lhe dão aporte.

## **CAPÍTULO 2**

### **A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

## 2.1 Considerações sobre a dimensão educativa do Serviço Social

A dimensão educativa do Serviço Social se expressa no exercício profissional atrelada com as outras dimensões da profissão – teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa, evidenciando-se na relação pedagógica estabelecida pelo assistente social junto aos sujeitos destinatários de suas ações. Tal relação assumiu formas e funções contraditórias ao longo da trajetória histórica do Serviço Social, em razão de estar imersa no cenário de luta das classes sociais na sociedade capitalista.

Nessa relação entre assistente social e população usuária dos serviços é evidenciada a função pedagógica que irá influenciar as formas de ser, pensar e vivenciar dos sujeitos envolvidos nas ações profissionais, ou seja, atuações que incidirão na cultura do outro. A cultura<sup>21</sup> compreendida como modo de vida, de ser dos sujeitos.

O fato de o assistente social interferir na objetividade da classe trabalhadora, contribuindo com a reprodução material da sua sobrevivência, e também na subjetividade dos sujeitos (na forma de pensar e agir dos indivíduos e na formação de consenso ou reflexões) demonstra o caráter político e pedagógico da profissão. Portanto, são duas as ações empreendidas pelos Assistentes Sociais:

[...] interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, nesse sentido, um intelectual que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou contra-hegemonia no cenário da vida social. (IAMAMOTO, 2006, p. 69).

Compreende-se, portanto, que a dimensão educativa é inerente ao trabalho do assistente social e a mesma tanto pode contribuir com processos

---

<sup>21</sup> Abreu (2011a, p. 18) nos apresenta a categoria cultura segundo o pensamento em Gramsci, identificando-a como “[...] civilittá (modo de vida, de sentir, de pensar e de agir)”. Em Gramsci, como aponta Simionatto (2011, p. 55), o entendimento de cultura está intimamente ligado com o de hegemonia: “[...] a luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado não se trava só no nível das instâncias econômicas e política (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva neste processo, para que elas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se à condição destas últimas [...]”

emancipatórios<sup>22</sup> e organização de uma nova cultura ou, ao contrário, para a reprodução das situações de subalternidade e manutenção da ordem capitalista vigente:

É inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU, 2002 apud ABREU; CARDOSO, 2009, p. 3).

Posto isso, verifica-se que o assistente social é por si um educador, tendo ele consciência ou não dessa dimensão que perpassa o exercício da sua intervenção. Ele possui uma intencionalidade em sua ação, ou seja, em educar, alguém em relação a algo. Suas ações e instrumentos possuem uma perspectiva, uma intencionalidade. Seja ao informar os sujeitos sobre acesso a um direito social ou ao educar o indivíduo para que este se adeque às normas de um programa social, obedecendo a critérios, por exemplo.

Às vezes, educa de maneira que esse indivíduo seja um depositário de suas informações<sup>23</sup>, evidenciando-se aí uma pedagogia autoritária, de manutenção da subalternidade. Ou pode educar de forma a exercitar reflexões no campo da liberdade e da autonomia dos sujeitos.

Há, portanto, um componente educativo, que se diferencia pela intencionalidade e que evidencia dois sujeitos históricos – assistente social e o sujeito da sua ação -, que se relacionam, estabelecendo trocas e aquisições diante uma relação profissional.

---

<sup>22</sup> Compreende-se em Gramsci que esse processo de ruptura, como indica Luiz (2013), acontece em dois níveis, de forma ampla e processual que seria o fim da ordem burguesa e de forma molecular, através de práticas pedagógicas que rompem com o senso comum. O estudo sobre rupturas moleculares em Gramsci foi aprofundado por Luiz (2013) por meio das obras: GRAMSCI, A. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987; GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1 e v. 6.

<sup>23</sup> Termo utilizado por Freire (1975, p. 67) em sua obra “Pedagogia do Oprimido” para exprimir uma concepção autoritária de pedagogia, designada por ele como “educação bancária”: “Na concepção bancária que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica e nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição.”

Nessa relação, o assistente social dá sentido a suas ações por meio da sua cultura, trajetória de vida, pelos projetos políticos nos quais acredita, também pelos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão; e os sujeitos, na relação com o profissional, legitimam o trabalho do assistente social através de suas necessidades sociais, advindas da relação capital x trabalho. Necessidades essas, que nem sempre são dadas em suas reais concretidades, mas definidas, muitas vezes, nos limites postos pela ideologia do capital (como as necessidades dos mínimos sociais).

São produtos dessa relação profissional processos pedagógicos contraditórios que se desenham na história da profissão, conforme a luta de classes, o posicionamento profissional e as determinantes societárias (vindas do modo de produção) que permeiam o cotidiano de trabalho do profissional. Fazem parte desse processo, aprendizados, redirecionamentos na atuação profissional, lutas por direitos sociais, acessos a políticas públicas, mudanças em trajetórias de vida. Ainda podem ser resultados desse processo, relações alienantes e de subalternidade, de conformidade e naturalização das expressões advindas da questão social.

Na relação pedagógica, os valores que compõem a vida do profissional, a sua dimensão formativa, suas escolhas políticas, direcionamento ético e sua cultura, podem de alguma forma, incidir na subjetividade do outro, na organização da cultura das classes subalternas. Abreu (2011a, p. 9) compreende a função pedagógica do Serviço Social como “[...] parte constitutiva do movimento de organização da cultura – modo ou sistema de vida, maneira de pensar e agir sob a hegemonia de uma classe.”

Percebe-se, pois, na função pedagógica do assistente social que o componente educativo não consiste simplesmente na intencionalidade dada pelo profissional em suas ações, isto é, não é tão somente uma escolha profissional, sendo influenciado também pelas determinantes advindas das contradições da sociedade capitalista que implicarão em direcionamentos políticos no fazer profissional. Sobre o princípio educativo<sup>24</sup>, Abreu (2011a, p. 43) aponta:

---

<sup>24</sup> Tanto Abreu (2011a) quanto Luiz (2013) buscam compreender o princípio educativo em Gramsci, por meio da obra de MANACORDA (1990). Nesse livro, Manacorda (1990, p. 11) busca apreender esse tema em Gramsci, através da compreensão do “[...] americanismo e o conformismo, isto é, o industrialismo e o anti-espontaneísmo (ou como de outra forma possam ser interpretados), assim como o trabalho humano, que é o conceito básico a sustentá-los, constituem o ponto de chegada da busca gramsciana do princípio educativo, expresso, por razões ao mesmo tempo subjetivas e objetivas, de uma forma paradoxal.”

O princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma determinada classe.

Clarear essa relação entre o princípio educativo que constrói e reorganiza determinada cultura com o trabalho profissional do assistente social é imprescindível, pois implica compreender que as ações profissionais são carregadas de qualidade política, implicam em um posicionamento político ideológico em relação a determinado projeto societário. Também implica compreender que o princípio educativo está organicamente ligado a uma concepção de um determinado modo de produção.

Quando esse nexos é ocultado (a relação do princípio educativo nas ações profissionais com o projeto das classes sociais), como foi na história do Serviço Social em sua gênese - com sua funcionalidade apropriada para atender às demandas do capital, corre-se o risco de reprodução de ações alienantes e autoritárias, desrespeitando eticamente a autonomia dos sujeitos e preterindo um projeto societário que atenda aos seus reais interesses.

Vale ressaltar que não foram somente os sujeitos usuários dos serviços assistenciais que tiveram sua subjetividade captada pelo projeto do capital, mas, também, os profissionais da assistência social. Portanto, é preciso ter clareza política sobre o que se quer reproduzir na abordagem e no trato com os sujeitos da assistência. Também é preciso elucidar a forma como o processo de trabalho profissional é atravessado pela ideologia do capital, em seus diversos aspectos, principalmente no resultado da ação profissional com os sujeitos.

Nesse sentido, como aponta Abreu (2011a), a função educativa do Serviço Social esteve e está atrelada a determinado projeto societário, imprimindo diferentes modos de fazer assistência social. A mesma é determinada e construída a partir da organização da cultura pelas classes sociais e do posicionamento político profissional mediante a luta de classes.

Outra reflexão pertinente que perpassa a temática da dimensão educativa do Serviço Social é o papel que o profissional pode assumir como intelectual orgânico, segundo o entendimento da categoria em Gramsci. Em uma reflexão sobre o intelectual orgânico em relação à classe social por ele defendida, Semionatto (2011, p. 65) explica:

[...] o intelectual precisa provocar, no seio da classe a que está vinculado organicamente, uma tomada de consciência dos seus interesses, bem como participar na formação de uma concepção de mundo mais homogênea e autônoma. Pela função que exerce no modo de produção, a concepção de mundo do proletariado está permeada pela ideologia de outras classes sociais e, portanto, não consegue encaminhar o seu próprio projeto de classe. Gramsci marca, portanto, a importância de atuação do intelectual junto à classe na elaboração de uma nova concepção de mundo, no esclarecimento das relações antagônicas e as contradições profundas que perpassam a sociedade, bem como das formas possíveis para a sua superação.

Assim, o intelectual orgânico irá contribuir para a construção da hegemonia de um determinado projeto societário, exercendo uma função educativa nas massas, visando sua elevação cultural, descortinando a ideologia opressora.

Pelo entendimento da função pedagógica do assistente social – por ela pode se contribuir para a organização de determinada cultura (modo de vida ligada a uma força produtiva) -, compreende-se que o assistente social, nesse sentido, ao assumir um compromisso junto às classes subalternas em seu projeto ético-político profissional, é um intelectual que pode contribuir na organização da cultura dessa classe:

O entendimento do assistente social como um intelectual do tipo tradicional pode constituir-se um intelectual orgânico, seja do proletariado, seja da burguesia, considera as possibilidades de as funções intelectuais desempenhadas pelo mesmo expressarem desdobramentos de atividades especiais às referidas classes nos campos econômico, político e social, como organizador e dirigente político. (ABREU, 2011a, p. 51).

Esse entendimento do profissional como intelectual orgânico é fundamental, pois, como sinaliza Giaqueto (2015, cap. 1, p. 23). “[...] amplia, assim, o conceito de prática pedagógica, apreendendo-a no amplo processo de lutas de classes, vinculado a questão de hegemonia.”

Compreende-se também que faz parte da análise da dimensão educativa do Serviço Social - além dos apontamentos trazidos por Abreu sobre a cultura e a reorganização da cultura a partir das classes sociais -, os rebatimentos emergidos da dinâmica do modo de produção capitalista no processo de trabalho do assistente social. Dado que a profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, está submetida às determinações da atual sociabilidade:

[...] o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras. A rigor, “o exercício profissional do assistente social” ao se

vincular à realidade como especialização do trabalho, sofre um processo de organização de suas atividades [...]. (ABESS, 1996:24, apud COSTA, 2000, p. 37).

Por mais que haja clareza profissional em relação ao projeto político orientador de suas ações em seu espaço de trabalho e luta por uma pedagogia emancipatória, ao recuperarmos a categoria processo de trabalho, percebe-se que a ação e o fazer profissional serão cortados e mediados ainda por relações sociais capitalistas e por categorias que são intrínsecas ao modo de produção vigente. O próprio fato de o assistente social ser um profissional assalariado, de vender sua força de trabalho, o coloca no circuito do valor.

Esse entendimento é essencial, pois assim verificamos que a dimensão educativa do Serviço Social sofrerá entraves e impasses do sistema capitalista, mesmo o profissional tendo como norte de suas ações o projeto ético-político-profissional. Pois, é nessa sociedade de classes que se insere o Serviço Social, sendo determinado e ao mesmo tempo, se contrapondo a mesma. E é por essas bases contraditórias que se abstrai uma sociedade mais justa e igualitária.

## **2.2 Funções pedagógicas do assistente social**

A função pedagógica do Serviço Social predominantemente se redefiniu conforme as necessidades da classe hegemônica em controlar o processo produtivo do capital e, para tanto, como parte desse projeto, realizar o domínio e controle social sobre as classes subalternas. Houve um redimensionamento dessa função conforme as crises do capital que influenciaram o componente educativo da prática do assistente social.

Tal função também se modificou na história profissional, não somente pelas crises do capital, mas também, devido às contradições inerentes às relações sociais do modo de produção vigente, resultando em um posicionamento político da profissão, direcionando suas ações a um modelo alternativo de sociedade.

As análises das funções pedagógicas assumidas pelos assistentes sociais na trajetória histórica da profissão são identificadas por Abreu (2011a), sendo elas: pedagogia da ajuda, pedagogia da participação e pedagogia emancipatória.

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação política ideológica sobre o trabalho. Em contraposição a essa tendência, evidencia-se nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 1).

### 2.2.1 Pedagogia da ajuda: a psicologização e cristalização da questão social

A “pedagogia da ajuda”, intervenção que remete à gênese do Serviço Social, como identifica Abreu (2011a), insere-se no contexto de acirramento da questão social emergida no embate capital x trabalho e a necessidade posta ao Serviço Social para o seu enfrentamento. Não para atuar em suas estruturas, mas, como uma profissão que com suas bases técnicas e científicas poderia “controlar” os conflitos sociais, manter e fomentar as forças produtivas do capital.

A pedagogia da ajuda consistia em práticas educativas disciplinadoras e moralizantes, utilizadas como instrumento de poder, que negava os reais interesses das classes subalternas. A questão social era vista de forma naturalizada, o que levava à culpabilização dos indivíduos por suas respectivas condições socioeconômicas e ao tratamento de suas demandas no nível do psicológico. Como observa Paulo Netto (1996, p. 38):

Se assim é, o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento “personalizado” entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas a solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômicos-sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia psicossocial”, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas.

Portanto, o traço psicologizante das práticas assistenciais não só culpabilizava o indivíduo por sua condição material, como também o moldava para que fosse um novo homem, contemplando assim as exigências do modo de

produção capitalista.

Essas práticas profissionais originaram uma forma de intervenção que Abreu (2011a) chamou de “ajuda psicossocial individualizada”, tendo a psicologização das relações sociais como um de seus vetores: “[...] desloca para o campo psicológico o que é expressão dos antagonismos de classes, reforçando o fetiche colaboracionista entre capital e trabalho, cerne da racionalização taylorista.” (ABREU, 2011a, p. 88).

Em relação a essa prática educativa do Serviço Social, de conformação dos sujeitos, Paulo Netto (1996), analisa-a no contexto do projeto capitalista monopolista, como uma manipulação planejada dos aspectos do cotidiano da vida dos sujeitos forjada em uma ferramenta técnica profissional:

A funcionalidade histórico social do Serviço Social aparece definida precisamente enquanto uma tecnologia da organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura do cotidiano – o disciplinamento da família operária, a ordenação dos orçamentos domésticos, a recondução às normas vigentes de comportamentos transgressores, a ocupação de tempo livres, processos compactos de ressocialização assistida – conotando-se a tecnologia de organização do cotidiano como manipulação planejada. (PAULO NETTO, 1996, p. 92).

É nesse sentido que Abreu (2011a, p. 92) aponta outro vetor que conforma a pedagogia da ajuda, que seria a “[...] combinação entre processos persuasivos e coercitivos para obter a adesão e consentimento das classes subalternas ao ‘novo’ reordenamento da sociedade capitalista.” Ou seja, essa manipulação planejada realizada pelo profissional, visava ao inculcamento dos valores burgueses no cotidiano de vida do trabalhador, enquadrando-o na cultura da sociabilidade do capital.

É interessante notar que esse princípio educativo<sup>25</sup> permeava todas as relações sociais, visto que, como aponta Gramsci (1978a: 46 apud ABREU, 2011a, p. 9): “[...] cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica [...]”, situando-a “[...] em toda a sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação a outro indivíduo [...].” Ou seja, o princípio educativo, nexa da cultura dominante e do seu modo de produção, se apresentava de forma ampla,

---

<sup>25</sup> O princípio educativo citado que molda a pedagogia da ajuda é como aponta Abreu (2011a, p. 92), o “[...] conformismo mecanicista, imposto pelas necessidades do padrão fordista/taylorista de produção e de trabalho, em que funções coercitivas são disfarçadas em formas de ações persuasivas sob a aparência humanitária de ‘servir o homem’.”

representando a ideologia do capital monopolista e se expressava nas diversas dimensões da vida do sujeito, em sua relação com a sociedade e suas instituições.

Basta observar, como destaca Paulo Netto (1996, p. 92), que não foi só a institucionalização do Serviço Social que teve sua identidade capturada pelo projeto do capital, mas outras profissões que surgiram na mesma época visavam a atender aos interesses de reprodução do capital nas relações sociais. São as sínteses históricas dos atos sociais elaboradas pelos sujeitos, no caso, de forma alienante e com base em uma razão instrumental, esvaída de razão crítica, que se institucionalizam em profissões, modos de pensar e viver, em uma cultura.

Nesse contexto, surgem as políticas sociais como respostas à questão social. Em sua gênese, farão mediação com os sujeitos de forma pontual e individual, reforçando a visão da questão social fracionada e vista não como resultado de um modo de produção social, em sua totalidade, e sim, com aspectos causais no indivíduo, visando sua reforma moral e sua reintegração na sociedade.

Como salienta Abreu (2011a) em relação aos aspectos individuais dos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses são ressaltados - o indivíduo é responsável por sua condição e possui liberdade individual para realizar escolhas e se autopromover -, também são esvaziados, já que o objetivo não é resgatar a autonomia e os aspectos históricos dos sujeitos, e sim, sua adequação à sociedade e conformação às situações postas, contribuindo para uma identidade de subalternidade dos sujeitos:

Assim a implementação do processo de “ajuda” psicossocial individualizada, no referido contexto, mediatizado historicamente por políticas assistenciais públicas e privadas pontuais, fragmentadas e residuais, concorre para o aprofundamento de elementos ideológico mistificadores subalternizantes no processo de reprodução da força de trabalho. (ABREU, 2011a, p. 96).

### 2.2.2 Pedagogia da Participação: o projeto desenvolvimentista e os rebatimentos no Serviço Social

A pedagogia da participação, designação dada por Abreu (2011a) às práticas educativas dos assistentes sociais a partir da influência da ideologia

desenvolvimentista modernizadora<sup>26</sup> nas décadas de 1940 a 70, tinha como procedimento educativo, dentre outros, a política participacionista e de desenvolvimento (o Desenvolvimento de Comunidade - DC), atuando sob os mesmos vetores<sup>27</sup> da pedagogia da ajuda.

O desenvolvimentismo constituiu-se sob a crise capitalista da época e significou uma nova forma do capitalismo se reordenar para alavancar o seu crescimento econômico e também para a manutenção dos seus valores diante as contradições de classe. Nesse sentido, a função pedagógica do Serviço Social reatualizou mecanismos de controle e persuasão com seu princípio educativo embasado no novo reordenamento do capital - que se reconstruía sobre bases liberais de pleno emprego e ajuda aos países “atrasados”.

Ajuda essa vinda dos países capitalistas centrais, principalmente dos Estados Unidos através de suas agências de auxílio, utilizando-se de estratégias participacionistas e desenvolvimentistas. Porém, o que se objetivava, era a expansão do capital monopolista nos países mais pobres e barrar a influência que os países da América Latina poderiam sofrer diante os regimes de ideologia comunista que se expandiam no mundo<sup>28</sup>.

Sobre essa reorganização da cultura a partir da pedagogia da participação, Abreu (2011a, p. 108) aponta:

[...] um pressuposto básico é o entendimento de que as experiências de DC, implementadas a partir dos anos 50, na América Latina, enfatizam a participação popular nos programas de governos como eixo central de processos de “integração” e “promoção” sociais. Tais programas, de um modo geral, são colocados como formas de “ajuda” face à situação do pauperismo – considerada a principal expressão da questão social no continente -, visando principalmente, conter a ameaça do comunismo nesse contexto, em que condições de pobreza são conhecidas como facilitadoras.

---

<sup>26</sup> A mesma “[...] vincula-se a uma concepção de desenvolvimentismo fundado na chamada teoria da modernização. Esta teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos de polos atrasados e modernos presentes em uma sociedade.” (ABREU, 2011a, p. 106). Essa perspectiva foi implementada nos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, estendendo-se de 1956 a 1964, e depois na ditadura (de 1964 a 1985), juntamente com a ideologia da Segurança Nacional.

<sup>27</sup> “[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao ‘novo’ ordenamento econômico e social sob o domínio do capital.” (ABREU, 2011a, p. 107).

<sup>28</sup> Por exemplo, a Revolução Cubana de 1959.

A prática do Desenvolvimento de Comunidade tinha como característica a “[...] participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar eficazes os programas de ajuda mútua.” (AMAMNN, 1980: 32 apud ABREU, 2011a, p. 110). Portanto, uma pedagogia com estratégia em promover a participação da população mais pobre nos programas do governo, para que juntos, através do desenvolvimento social e de um “compromisso moral” (ABREU, 2011a, p. 111), pudessem combater as situações de pobreza existentes na sociedade, favorecendo assim a integração social.

Há uma função pedagógica que reatualiza as características da pedagogia da ajuda, já que não houve um rompimento com o Serviço Social tradicional e sim uma continuidade: aspectos como desenvolvimento integral do indivíduo (através da autoajuda, ajuda mútua e solidária), processos persuasivos (participação consentida) e de naturalização da questão social, permaneciam na centralidade das intervenções profissionais. Utilizavam-se das mesmas técnicas dos casos individuais na pedagogia da ajuda, porém de forma macro, em grupos e comunidades:

Com efeito, o giro do final da década de 20 não pôde esgotar-se no reconhecimento de um novo papel sócio-profissional para o Serviço Social de caso: ele implica o levantamento dos problemas que se colocam quando a vertente analítica e diagnóstica que então emerge nos Estados Unidos se imbrica com o arcabouço de conhecimentos que se vinha acumulando dos anos “progressistas” às “ideias construtivas” (Leiby, 1978). Por seu turno, o que vem a tona depois de 1945 não pode reduzir-se à sanção de um espaço de alargamento profissional, com o ingresso, nele, do Desenvolvimento de Comunidade: supõe a identificação das questões de compatibilização de uma abordagem tendencialmente compreensiva e macroscópica da dinâmica social com o acervo teórico e de intervenção basicamente atomizado e em microescala. (PAULO NETTO, 1996, p. 87).

Assim, no Serviço Social, a perspectiva do desenvolvimentismo modernizador foi sendo incorporada aos objetivos profissionais, plasmando em perfis e tendências profissionais, como fica claro nos documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Estes documentos vincularam-se a um plano de solucionar o subdesenvolvimento, por meio de:

[...] estratégias político-sociais que assumem o desenvolvimento como processo induzido de mudanças para erradicar, mediante um gradativo aumento dos níveis de bem estar social, o quadro de causalidades potencialmente conversíveis em vetores de alimentação de um caudal revolucionário [...]. (PAULO NETTO, 2008, p. 166).

No período da ditadura militar, a perspectiva desenvolvimentista exaltou a retórica da participação para o desenvolvimento (a participação de todos para o desenvolvimento do país), através de mecanismos de controle e persuasão, repercutindo esse discurso nas ações profissionais que legitimavam e ocultavam as perversidades dos atos antidemocráticos dos governos, através de práticas de integração social do sujeito visando o desenvolvimento de todos. A participação como forma de “[...] eliminação dos obstáculos à implementação de diretrizes governamentais nacionais e para garantir a adesão da população a mesma.” (AMMANN, 1981 apud ABREU, 2011a, p. 117).

Assim, a pedagogia da participação, de forma autoritária e persuasiva, corroborou para o fortalecimento do capitalismo e do seu reordenamento – expansionista e com bases liberais -, reproduzindo através do seu princípio educativo junto à população usuária das políticas sociais, uma cultura de alienação dos sujeitos sociais.

### 2.2.3 Pedagogia emancipatória: as lutas pelas classes subalternas e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social

Nos anos 1960 instaura-se um movimento profissional caracterizado pela busca de identidade e reconstrução do Serviço Social brasileiro, no qual se confrontavam dois projetos profissionais diferentes, baseados na reorganização da cultura pelas classes sociais brasileiras: um projeto conservador, na perspectiva do desenvolvimentismo-modernizador, norteado pelo processo de industrialização do país e pelo discurso do desenvolvimentismo ditado pelos organismos internacionais. E outra perspectiva voltada ao projeto emancipatório dos sujeitos sociais, comprometido com suas reais necessidades, seguindo o movimento progressista e revolucionário de luta das classes subalternas tanto as brasileiras, como as de inspiração internacional (Revolução Russa de 1917, Chinesa em 1949, Cubana de 1959).

Portanto, uma crise profissional que acompanhou o movimento contraditório da realidade e fez emergir reflexões profundas no Serviço Social - em seus aspectos teóricos, formativos e de organização político-profissional.

As bases concretas da pedagogia emancipatória do Serviço Social surgem no processo contraditório da sociedade capitalista, nas experiências da

política participacionista, fazendo com que uma parte da categoria diante o cenário de agravamento da questão social e lutas sociais pelas classes subalternas no processo de reordenamento do capital, pudesse compreender de forma mais crítica o movimento da realidade, passando a apoiar o fortalecimento desses sujeitos:

[...] as preocupações profissionais, visando a adequação da prática às exigências da estratégia desenvolvimentista na América Latina, contribuem também, e contraditoriamente, para a expressão e difusão das inquietações e críticas de um grupo constituído por assistentes sociais oriundos de países como Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, em relação ao projeto profissional do Serviço Social face à realidade social do continente. As ideias desse grupo avançam, culminado com a deflagração de um amplo processo de redimensionamento profissional, o denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. (ABREU, 2011a, p. 111-112).

Em relação aos movimentos sociais no Brasil desse período, estes surgem entre as décadas de 1950 e 1960 e são reprimidos em 1964 com a instauração da ditadura militar. Destacam-se os movimentos progressistas, com bases na educação popular. São experiências desse contexto, as ligas camponesas do Movimento de Educação de Base (MEB).

Em 1970 surgem os movimentos sociais orientados pela Teologia da Libertação, unindo ideias da Igreja Católica com os pensamentos marxistas, defendendo lutas sociais perante as injustiças e exploração sociais, com um viés socialista. Porém, em sua prática permaneciam características moralistas e religiosas. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), como analisam Montaño e Duriguett <sup>29</sup> (2011) efetivaram-se enquanto um importante instrumento de conscientização política das classes subalternas, fortalecendo a organização dos sujeitos pela luta de causas vinculadas aos seus interesses.

Inspirados por esses novos processos, os assistentes sociais, passam a redimensionar sua intervenção social, como uma nova consciência histórica:

Ancorados, predominantemente, no viés marxista da Teologia da Libertação e da articulação desta com as formulações pedagógicas de Paulo Freire – aporte identificado por vários estudos dos processos de luta da América Latina -, setores da categoria dos assistentes sociais conseguem fazer

<sup>29</sup> Sobre a importância e consistência desses movimentos: “Organizados localmente nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), nas Pastorais Populares das Igrejas, nas associações de moradores, os movimentos dos bairros emergiram com o apoio fundamental dos militantes católicos – informados pela Teologia da Libertação - e de militantes de esquerda. É fundamental aqui destacarmos o importante papel que tiveram as CEBs no despertar para a luta política de diversos segmentos das classes trabalhadoras.” (MONTAÑO; DURIGUETTO 2011, p. 275).

avançar os esforços profissionais de vinculação ao movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. (ABREU, 2011a, p. 131).

Sob essa nova perspectiva construída na história brasileira pelas classes subalternas a partir da questão social, coloca-se em cheque as intervenções profissionais no paradigma da participação e da ajuda. Os serviços assistenciais passam a ser ressignificados pelo profissional, desconstruindo o seu cunho ideopolítico ligado à cultura do capital.

As ações profissionais são refuncionalizadas pelos assistentes sociais por meio de uma postura de problematização das situações vivenciadas pelos sujeitos, construindo um novo entendimento sobre a realidade posta, mais crítico e de reais mudanças:

Essa intervenção supõe a construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas no movimento contraditório da sociedade, visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante. (ABREU, 2011a, p. 134).

Nesse sentido, temos um novo princípio educativo se desenhando na história profissional, onde os elementos como mobilização, solidariedade e colaboração intraclasses tornam-se os novos vetores dessa pedagogia do Serviço Social dado o movimento da realidade e a possibilidade de reorganização da cultura na perspectiva das classes subalternas, imprimindo novas formas de viver, de se posicionar e de pensar.

Abreu (2011a) aponta a dicotomia do princípio educativo do conformismo mecanicista – de conformação e racionalização do modo de produção -, para um conformismo que constrói subsídios para uma nova forma de viver e pensar (uma nova leitura histórica de possibilidades diante das contradições do sistema capitalista). Em suas explicações, retoma Manacorda para construir tal pensamento: “[...] não somente adapta o indivíduo ao ambiente, mas o educa para dominá-lo”, como também, “[...] o automatismo converte-se em liberdade, a liberdade converte-se em responsabilidade e personalidade.” (MANACORDA 1990:283 apud ABREU, 2011a, p. 135).

A consubstanciação desse novo princípio educativo se deu pelo movimento da realidade concreta, pelos processos práticos e acontecimentos

históricos que efervesciam diante do contexto da ditadura militar. Tal regime marcado pelo autoritarismo e pela instauração da ideologia dominante viabilizou e potencializou as lutas sociais que estavam reprimidas. Os trabalhadores também voltaram a se organizar nos anos 1970 através de movimentos grevistas e dos sindicatos que reergueram a pauta dos direitos sociais dos trabalhadores.

Influenciou a construção dessa pedagogia, além do movimento concreto da realidade, o acesso à literatura de base marxista, que mudou profundamente as bases teóricas e concepções que o profissional tinha da realidade. Porém, inicialmente, esse entendimento se deu de forma enviesada, sobrepondo os processos práticos aos teóricos, dimensionando a luta e o posicionamento partidário político do assistente social e também dos movimentos sociais em detrimento aos aspectos teóricos da prática profissional.

Assim, numa visão idealista e numa interpretação errônea entre teoria e prática, foi constituído o Método de Belo Horizonte<sup>30</sup>. Representou uma intenção de ruptura com o tradicionalismo e a defesa das classes subalternas. Porém demonstrou uma forma um pouco imatura de compreensão dos pensamentos marxistas:

[...] consideram que o objeto da atuação profissional é “a ação social da classe oprimida”. A ele sincronizam os objetivos profissionais: o objetivo – meta – “a transformação da sociedade e do homem” – e os objetivos meios – “a conscientização, a capacitação e a organização”. (PAULO NETTO, 2008, p. 279).

Apesar dos equívocos, foi a primeira proposta dentro da categoria a romper com o conservadorismo e a defender as lutas sociais das classes subalternas. Nesse processo, emergiu a politização da prática profissional, assim como na sociedade se construía, mediante o fortalecimento dos movimentos sociais, a politização das relações sociais. Esse último – a politização das relações sociais -, consistiu em um dos vetores da nova pedagogia que crescia no Serviço Social, como aponta Abreu (2011a).

---

<sup>30</sup> Paulo Netto (2008, p. 275) analisa sobre a importância desse documento para a história profissional: “Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta alternativa ao tradicionalismo preocupada a atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas [...]”

Nos anos de 1980 assiste-se mais uma crise cíclica do capital iniciada na década de 1970. Para conter a recessão econômica no país, o Estado brasileiro inicia uma política de cortes sociais sob orientação dos organismos internacionais. Na contra mão dessas políticas, verifica-se um processo de redemocratização do país e de abertura política, facilitado também pela crise do sistema ditatorial.

Junto com o desmonte da ditadura, inicia-se uma busca pela legitimação do Estado através de políticas sociais de redistribuição de renda, pela via da participação popular e também de controle sobre a organização das classes subalternas, visando à desmobilização de suas lutas.

Contraditoriamente há o fortalecimento desses espaços de participação visto a politização das relações sociais e a inserção dos assistentes sociais nas políticas públicas. Esse processo contribuiu para o fortalecimento das lutas sociais e também para a qualificação do debate profissional sobre a defesa do projeto social das classes subalternas.

Nesse sentido, em relação à opção profissional pelas classes subalternas, importante destacar o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, um momento histórico da categoria em meio à ditadura militar, que balizou alguns dos fundamentos do projeto ético-político profissional contemporâneo:

[...] assinala o posicionamento ético-político que passa a se configurar como marco decisivo “no compromisso político e coletivo da categoria com os setores populares” (Abramides, 1989:34). A partir desse marco, no contexto da reorganização política da sociedade civil, em defesa da democratização e da ampliação dos direitos civis e sócio-políticos, os valores éticos políticos inscritos no projeto profissional de ruptura adquirem materialidade, o que se evidencia na organização política da categoria, na explicitação de ruptura com o tradicionalismo profissional e no amadurecimento da reflexão de bases marxistas. (BARROCO, 2003, p. 168).

Sobre o amadurecimento teórico em relação às preposições de Marx, destaca-se a obra de Iamamoto de 1982, como analisa Paulo Netto (2008).<sup>31</sup> Esse estudo trouxe subsídios para o Serviço Social, apontado seus objetivos atuais, fundamentando-o “[...] enquanto exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade capitalista.” (IAMAMOTO 1982: 1-2 apud PAULO NETTO, 2008, p. 290).

---

<sup>31</sup> “Ela consiste no primeiro trabalho rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes dessa apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional, qualificando-o teórico e politicamente.” (PAULO NETTO, 2008, p. 301).

Houve um apuramento crítico da profissão, compreendendo sua institucionalização, observando sua funcionalidade e o papel do profissional como intelectual orgânico.

Em 1986, tem-se o Código Ética profissional construído sob bases marxistas e fundamentando-se no compromisso ético-político com as classes subalternas. No entanto, “[...] reduz a ética aos interesses de classe.” (BARROCO, 2003, p. 175) não permitindo mediações da ética com as outras dimensões do sujeito e da sociedade inseridas no modo de produção capitalista, revelando-se, assim, abstrato em relação às reflexões éticas que podem emergir nas contradições da realidade: “[...] em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirmar que tal classe é, a priori, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da alienação.” (BARROCO, 2003, p. 177).

Assim, nesse processo de ruptura com as bases tradicionais e de construção do projeto ético-político profissional, destaca-se a reformulação do código de ética do assistente social em 1993, pautado, agora, por valores éticos como suporte ontológico para o ser social; a Lei de regulamentação da profissão, no mesmo ano; e as diretrizes curriculares de 1996.

Ainda vale ressaltar que essa expansão do Serviço Social nos anos 1980 e 1990, rumo aos objetivos das classes subalternas, ocorreu em meios adversos, já apontados: agudização da questão social; formas de resistência e lutas esvaziadas pelo Estado por meio de programas do governo e institucionalizada por meio de ONGS; e políticas neoliberais.

Em meio a esse processo, como salienta Abreu (2011a), o compromisso profissional com a referida classe, foi-se desenhando na prática profissional em duas tendências: uma na luta por direitos sociais na perspectiva da experiência do Estado de Bem Estar, “[...] muitas vezes tidas com fim último da intervenção profissional.” E outra na perspectiva socialista, que visa a construção de uma nova ordem, “[...] a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, os limites da chamada democracia burguesa.” (ABREU, 2011a, p. 154).

Compreende-se que a perspectiva na visão do Estado de Bem Estar, apesar de apontar para um avanço em relação ao alcance de alguns direitos sociais básicos, ainda se prende ao projeto societário do capital, pois mesmo sendo garantidos direitos iguais às classes, a relação de desigualdade social entre os sujeitos é mantida.

O direito social é imprescindível para que se alcance um nível de sociedade mais democrática, porém sua função é contraditória, uma vez que ao defender direitos sociais iguais e universais não rompe com as condições materiais das classes sociais. Mesmo sendo compreendido a partir do diálogo sobre equidade social (desigualar para poder igualar) – o que é um avanço -, ainda assim não consegue desconstruir a visão de naturalização das relações econômicas e de classes.

Assim as intervenções profissionais necessitam ir além, com o horizonte das ações pautadas na perspectiva da emancipação humana, fortalecendo os processos e espaços de lutas e resistência da classe trabalhadora, qualificando o debate político sobre as necessidades sociais iluminadas pelo conteúdo humano-genérico, em vista de uma nova sociabilidade que ultrapasse a sociedade burguesa.

Nesse sentido, ambas as perspectivas da pedagogia emancipatória se convergem no fato de que fazem parte de uma processualidade histórica, com possibilidades de construção que se dão nos limites determinados pela sociedade do capital, e também com possibilidades que ultrapassam esses limites se reorganizando em uma nova cultura, dado a ontologia e historicidade do ser social.

### **2.3 Tendências atuais da dimensão educativa do Serviço Social frente ao contexto de reordenamento do capital: reatualizações de perfis conservadores e a pedagogia emancipatória**

Após o reestabelecimento da democracia no país e a promulgação da Constituição de 1988, a década de 1990 inicia-se permeada de desafios frente ao reordenamento do capital e a política neoliberal que o acompanhava.

Na contemporaneidade o capitalismo para se expandir além dos seus mecanismos naturais de acumulação, contará com entidades supranacionais que orientarão a política dos Estados mais pobres, numa estratégia de desenvolvimento atrelada à dependência destes para com os países mais avançados.

Dessa forma o Brasil adentra a década de 1990 sob as orientações do capital mundial no qual responsabiliza o Estado pela crise econômica do país, e como enfrentamento para esse quadro direciona o Estado a seguir diretrizes de reformas em suas políticas.

Contemplando o ordenamento internacional, o país realizará reajustes

econômicos e estratégias de austeridades nas políticas sociais, em meio ao desemprego, ao avanço da pobreza e à retração do movimento sindical.

Sobre as estratégias de austeridades nas políticas sociais, destacam-se as reformas realizadas na previdência social atingindo diretamente as conquistas da classe trabalhadora; as terceirizações e privatizações de setores das políticas sociais de educação, saúde e assistência; e a seletividade e focalização das políticas e programas sociais, assegurando uma garantia mínima de renda aos extremamente mais pobres:

[...] a tendência é de privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redimensionamento da intervenção social do Estado. (MOTA, 1995:122 apud BHERING; BOSCHETTI, 2011, p. 160).

Em relação aos movimentos sociais, estes se reconfiguram nos anos 1990 influenciados pela hegemonia neoliberal por meio da ideologia de “satanização do Estado (leia-se, do Estado Democrático e de Direito, do Estado de Intervenção Social)” e uma “santificação da sociedade civil” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 305). Institucionalizam-se em Organizações não Governamentais (ONGs) despolitizando seus espaços de lutas e afirmando acordos entre classes sociais.

Também sofreu rebatimentos em sua forma de ser e pensar, a classe trabalhadora (ANTUNES, 2007). As mudanças vindas da produção toyotista (a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o envolvimento do trabalhador nos círculos de controle e qualidade, a flexibilização da produção), refrataram na composição dessa classe em sua forma (tornou-se heterogênea/fragmentada) e em sua subjetividade, afetando sua consciência de classe.

O reflexo da cooptação da subjetividade da classe trabalhadora pode ser observado no movimento sindical. Acuados pelo projeto do capital, foram cedendo às suas determinações a fim de proteger “[...] o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.” (ANTUNES, 2007, p. 150). Tornou-se assim, um sindicalismo de participação e não mais de classe. Esse processo contribuiu para uma crescente individualização nas relações de trabalho.

Em relação à mudança na materialidade da classe trabalhadora, essa se apresentará de acordo com os novos mecanismos do processo toyotista de

produção que repercutiram na desorganização dos seus direitos e lutas. O trabalho se configurará como trabalho precário, parcial, temporário, exigindo trabalhadores subcontratados, terceirizados, advindos da economia informal. Além da subproletarização e desqualificação do trabalhador, assiste-se a exclusão da força humana de trabalho devido ao aumento do desemprego estrutural.

Assim, o capitalismo contemporâneo, por meio de estratégias de flexibilização, de cooptação e de controle nas diversas áreas nas quais atravessa, “[...] particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras [...]” (PAULO NETTO, 2008, p. 255).

Não diferente foram os rebatimentos da ideologia neoliberal no campo da assistência social. Apesar de alguns avanços - relativos aos marcos jurídicos e políticos conquistados na área da assistência e a constante construção do projeto ético-político profissional -, a política pública de assistência social assim como os outros espaços de trabalho do profissional, também tem sofrido influências diretas dessa lógica, atingindo a atuação profissional e a vida dos sujeitos como um todo.

Os sujeitos das classes subalternas - mediante a questão social brasileira que se intensifica pelo reordenamento do capital e a desproteção por parte das políticas neoliberais -, têm na totalidade de suas vidas, seus direitos violados, cotidianamente. E na mesma medida, expressam suas demandas aos profissionais da assistência social, com a mesma imediaticidade que estas os afligem. Apresentam-nas numa postura de “seres da desigualdade” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 12), com suas vontades humano-genéricas sobrepostas pelas determinações culturais da sociedade capitalista vigente.

Perante esse contexto de crise econômica e de transformação nas relações entre sociedade e Estado, o assistente social é requisitado a dar respostas efetivas às demandas postas pelos usuários, por meio de seus espaços de trabalho inseridos na conjuntura das políticas de cortes sociais e nos valores trazidos pela reorganização da cultura do capital flexível.

Em relação à cultura que se forma a partir do toyotismo, Abreu (2011a) pontua que o reordenamento do capital fez emergir uma nova racionalidade que interferirá não somente no campo da produção em si, mas nas relações sociais como um todo, trazendo novos valores e reconstruindo um princípio educativo que plasmará nas instituições da sociedade contemporânea.

Tais valores que surgem a partir do padrão de acumulação flexível toyotista tornam-se vetores perceptíveis nas relações sociais na atualidade. Tratam-se de “estratégias participacionistas no âmbito da produção e reprodução social e o movimento de autonomação/autoativação do processo produtivo e individualização das relações de trabalho.” (ABREU, 2011a, p. 187-188).

Esses padrões construídos no campo da produção são reproduzidos nas relações sociais em formas de valores, práticas e pensamentos, sendo estes: o individualismo, o tecnicismo, exigência de produtividade, responsabilização e culpabilização dos sujeitos, participação para obtenção de desenvolvimento, dentre outras condutas que permeiam a cultura na atualidade.

De modo subjetivo e nos respectivos contextos, esses vetores são introjetados nas relações sociais a partir das mediações que as instituições e sujeitos estabelecem na atual sociedade. Situando-se assim no:

[...] o aparato ideológico estatal, principalmente, a escola e os tribunais como organizações educativas tradicionais de cunhos persuasivo e coercitivo (Gramsci, 1978<sup>a</sup>), as políticas assistenciais e as organizações policial-militares; [...] os movimentos, processos e organizações da sociedade civil, onde se inserem a igreja, o trabalho e a família, como instâncias privilegiadas de controle social. (ABREU, 2011a, p. 189).

Nesse sentido, a política de assistência social<sup>32</sup>, espaço de trabalho que situa grande parte dos assistentes sociais na atualidade e que ganha evidência na década de 1990 com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e depois em 2004 com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) -, representa também um espaço propagador desses valores. Apesar dos avanços que introduz, pode expressar práticas contraditórias à dimensão educativa na perspectiva de apoio às classes subalternas.

Os Programas de Transferência de Renda, prática de proteção social adotada na política de assistência social no Brasil, além de representarem um mecanismo paliativo àqueles que sofrem com a precarização do trabalho e com o desemprego estrutural, lidará de forma seletiva e focalista com essa demanda. O assistente social ainda se vê obrigado a resolver uma equação impossível entre necessidades sociais e disponibilidade de vagas em programas sociais.

---

<sup>32</sup> A política de assistência social foi trazida como exemplo para análise na qual se pretende, pois a mesma representa o universo da pesquisa de campo do presente trabalho. Essa categoria será devidamente tratada nos capítulos III e IV.

Nesse sentido, em relação ao trabalho social com famílias nessa esfera de trabalho, Sposati (2009, p. 43) pontua:

Por vezes, usa-se no trabalho social com famílias uma agenda do tipo moralista, voltada para regular o comportamento de núcleos de baixa renda e não uma agenda política de construção de direitos sociais. [...] Por vezes, a seleção de famílias para o acesso a benefícios leva a uma redução no seu trato, por parte do seu agente institucional, que passa a enxergá-la sob a noção de renda familiar *per capita*, isto é, como unidade econômica, esquecendo ou tornando secundário o seu exame como unidade de vínculos familiares.

Como aponta Maria Ozanira da Silva e Silva (2014, cap. 3, p. 229), na prática esses programas trabalham somente uma dimensão da pobreza (a perspectiva material, de renda) e não sua forma estrutural, abrindo espaço para responsabilização do indivíduo pela sua própria sobrevivência: “Se a dimensão estrutural da pobreza não é considerada, o indivíduo passa a ser o responsável pelo seu estado de pobreza, havendo fértil espaço para a ideologia da responsabilização e estigmatização.”

Ainda a título de exemplo, Alencar e Almeida (2011, p. 158) analisa algumas características e tendências do trabalho do assistente social na política de assistência social: a subordinação das ações Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) às orientações vindas do governo federal em relação aos programas, benefício e projetos; a interdependência entre as instituições públicas e privadas; a presença significativa de práticas, técnicas burocráticas e de produtividade exigidas pelos programas dos governos e pelos gestores; o aumento de trabalho burocrático em decorrência dos programas federais preterindo “[...] o desenvolvimento de ações pedagógicas.” (ALENCAR; ALMEIDA, 2011, p. 158).

Essas características citadas (de produtividade, de valorização do tecnicismo, de burocratização) além de afetarem as condições de trabalho dos assistentes sociais, remetem ao conteúdo do trabalho profissional com o usuário da assistência social, podendo ser reproduzidos nessa relação aspectos de uma pedagogia tradicional.

De acordo com as tendências apresentadas, as demandas institucionais constituem-se obstáculos que limitam a realização do trabalho profissional comprometido com as demandas das classes subalternas.

Posto isso, verifica-se que há uma complexidade em relação à dimensão educativa e para compreendê-la é preciso uma reflexão sobre as determinantes

capitalistas nos dias atuais, a forma como atravessam a vida dos sujeitos (dos assistentes sociais e usuários dos serviços assistenciais), em sua forma de viver, de se organizar, de se posicionar e de lutar.

Essas determinantes irão influenciar a luta na organização e reorganização da cultura pelas classes sociais. Essas lutas se dão a partir da questão social, da sua intensificação inflexionada pelas crises do capital e seu reordenamento. E pelo desvelamento da realidade e das contradições da sociedade capitalista pelas classes subalternas.

Na atualidade essa reorganização das classes sociais se dá sob o contexto da crise do capital e pelas suas saídas agressivas, provocando o escamoteamento das classes subalternas, cooptadas em suas subjetividades, desmobilizadas em sua organização e formas de luta.

Também, para compreender a dimensão educativa na atualidade é preciso refletir sobre o posicionamento profissional em relação a esse contexto. A categoria dos assistentes sociais tem se orientado por um projeto ético-político hegemônico, na defesa das classes subalternas, com novas reflexões e formas mais qualificadas em responder às demandas postas pela questão social.

No entanto, as respostas profissionais (e os profissionais) inserem-se num contexto mais amplo das relações sociais de modo de produção capitalista, sendo atravessados por sua racionalidade (formal-abstrata), assumindo em seu cotidiano de trabalho posturas de um Serviço Social tradicional. Posturas essas, às vezes alheias ao próprio profissional.

Dado que o assistente social, imerso nas demandas institucionais, também é submetido à precarização do trabalho, vivenciando os mesmos vetores que permeiam sua relação com o usuário. Passa a necessitar também de um olhar mais amplo, que o qualifique para sua intervenção na realidade e o faça perceber a lógica na qual é submetido em seu processo de trabalho.

Assim, é necessário, além do direcionamento político profissional - a favor de uma sociedade justa e emancipada, seguindo o projeto das classes subalternas -, que o profissional consiga suspender-se da cotidianidade do seu trabalho por meio de subsídios teóricos e metodológicos fundamentados numa razão crítico-dialética, a fim de vislumbrar os movimentos da realidade, as novas determinantes reconstruídas pelo capital, sua gênese, seus direcionamentos e a forma como essas rebatem no profissional e na realidade na qual atua.

No momento em que se compreende dialeticamente um fenômeno - sua processualidade, sua negatividade (antítese) -, é possível encontrar novas possibilidades segundo uma perspectiva teleológica do sujeito:

Quando se apreende os fatos, fenômeno, processos e práticas, a partir da função que ocupam na estrutura, conjuntura e contextos histórico-sociais e da inter-relação entre universal-particular-singular, ou seja, do ponto de vista da totalidade, pode-se compreendê-los não apenas na sua objetividade, mas na sua processualidade, ou, ainda, enquanto devir social – atividade de sujeitos conscientes, pôr teleológico dos homens – e as conexões causais como causalidade posta. (GUERRA, 1997, p. 20-21).

Esse movimento de desvelar a realidade é essencial, pois a ordem capitalista se recria o tempo todo nas relações sociais, repondo novas formas de ser e pensar que precisam ser compreendidas, para que o profissional possa se realinhar e operar com mais propriedade na realidade.

Sobre as reatualizações de práticas conservadoras que coexistem com a proposta de uma pedagogia emancipadora, Abreu (2011a, p. 192) problematiza chamando os assistentes sociais para uma organização coletiva:

Estas são questões que se colocam para o enfrentamento coletivo dos assistentes sociais, tendo em vista a criação/avanço/ampliação/difusão de condições teórico-metodológicas e político ideológicas para o redimensionamento profissional face às demandas e condições de trabalho profissional e os desafios da construção de respostas profissionais comprometidas com os interesses das classes subalternas.

Por meio desse realinhamento das bases formativas com o contexto adverso da realidade social na qual se insere o profissional e na articulação coletiva de suas forças,<sup>33</sup> é possível criar ferramentas e práticas pedagógicas que possibilitem um processo político das demandas e necessidades sociais comprometidas com as classes subalternas.

### 2.3.1 Reflexões sobre a pedagogia emancipatória na atualidade

A dimensão educativa do Serviço Social na concepção emancipatória orienta-se por uma perspectiva de atuação que visa ao fortalecimento das lutas das

---

<sup>33</sup> Defende a importância de uma capacitação e formação permanente do profissional, pois o assistente social na contemporaneidade sofre diversas precarizações em relação a sua formação e ao exercício profissional, necessitando desse movimento constante entre teoria e prática para o desvelamento da realidade social.

classes subalternas em relação às suas demandas e a construção de uma nova sociabilidade.

Para realização dessa função Abreu e Cardoso (2009) apontam como elementos constituintes dessa intervenção, a mobilização social e organização da cultura como práticas profissionais potencializadoras de processos emancipatórios, desde que orientadas por uma perspectiva crítica profissional.

Em relação à concretização dessa pedagogia na prática profissional, é preciso antes contextualizar os campos de atuação do assistente social.

Na atualidade os espaços de inserção profissional que mais ganharam projeção – a política pública de assistência social e os programas e projetos vinculados a ela -, têm materializado estratégias do projeto neoliberal, visto que a política de assistência social também pode ser compreendida como uma “[...] estratégia de controle da pobreza, em detrimento do direito à seguridade social.” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 11).

Esse entendimento torna-se contraditório aos anseios do projeto ético-político do assistente social, como analisam Abreu e Cardoso (2009, p. 11), dado que essa concepção da política de assistência social - na perspectiva que tem sido determinada na atualidade -, acaba reforçando ações subsidiárias, compensatórias em detrimento da luta pela classe trabalhadora na garantia de uma política que defenda os direitos relativos ao trabalho.

Essa reflexão sobre as forças que estão ocultas no trabalho do assistente social e os limites e contradições no campo de atuação do profissional, se faz necessária para que o assistente compreenda quais são as reais dimensões e possibilidades de sua atuação em determinado espaço de trabalho. Por outro lado, procura-se compreender que mesmo nesses espaços tradicionais de trabalho do assistente social é possível realizar ações de fortalecimento dos sujeitos rumos aos objetivos do projeto político da profissão, desde que privilegiada uma perspectiva crítica de atuação:

Essa perspectiva pode nortear processos pedagógicos nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais, evidenciando-se, também, nos conselhos de direitos e de políticas, mas por meio de uma inserção crítica e de compromisso político, na perspectiva de inscrição dos interesses imediatos dessas classes na agenda das políticas sociais [...]. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 12).

Nesse sentido, quando se fala em uma pedagogia emancipatória, compreende-se que essa abarca as possibilidades de intervenção profissional nos espaços de luta dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, com vistas à garantia de seus direitos e ao aprofundamento da democracia.<sup>34</sup> E também nos espaços de trabalho tradicionais que precisam ser ressignificados pelo profissional por meio de uma intervenção que possa garantir os direitos sociais e ir além, desconstruindo os valores da atual ordem, os pensamentos enraizados e alienantes.

E essa prática pedagógica se faz gradualmente, na elevação dos pensamentos de senso comum a uma racionalidade mais crítica. Acredita-se que através de ações cotidianas no trabalho profissional, resultados poderão emergir somando novas forças às lutas das reais demandas dos sujeitos, contribuindo para processos emancipatórios.

Nesse sentido, Luiz (2013, p. 107) pontua alguns avanços conquistados coletivamente a partir da sociabilidade vigente, emergidos por meio das lutas diárias dos sujeitos:

Porém se tivermos paulatinamente essa referência à emancipação social como uma proposta de futuro somada as rupturas moleculares, lutas, ações e espaços construídos num processo cotidiano, poderemos visualizar historicamente avanços concretos significativos: as questões de gênero, as conquistas legais em termos de igualdade, diferença e pluralidade de direitos, a adoção e propagação de perspectivas educacionais e pedagógicas críticas, as várias manifestações da sociedade civil os espaços conquistados de gestão social da vida pública considerados inovadores e que acabam contribuindo para construir um pensamento cultural e político diferenciado.

Esse termo utilizado por Luiz (2013) “rupturas moleculares”<sup>35</sup>, traz um grande sentido para as ações diárias do assistente social na perspectiva emancipatória, por compreender que por meio de um trabalho contínuo e com

---

<sup>34</sup> Como analisam Barroco e Terra (2012, p. 59) a democracia juntamente com os outros valores do Código de Ética de 1993, como a liberdade, justiça social e equidade, seriam formas pelas quais se daria a construção da emancipação humana. Em relação à democracia como um dos valores do código de ética do assistente social, afirmam que “[...] foi tratada como valor central e forma política capaz de viabilizar os valores essenciais. Trata-se de uma concepção de democracia que supõe a ultrapassagem da ordem burguesa, ou seja, que difere da concepção liberal burguesa, pois se refere à socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.”

<sup>35</sup> A autora assim define: “[...] consideramos rupturas moleculares aquelas ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimentos. Não tem magnitudes em termos de abrangência total dos processos sociais, mas têm expressão social. Constitui-se como ruptura molecular na instância do grupo, é molecular porque expressa uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade de qual é fonte.” (LUIZ, 2013, p. 120-121).

finalidades mais amplas poderão ser construídos, gradualmente, novos olhares e perspectivas na vida dos indivíduos, rompendo aos poucos com os paradigmas da racionalidade burguesa.

Em relação à categoria emancipação contida como valor humano-genérico central no Código de Ética de 1993 e norteadora das ações profissionais, segundo o projeto político profissional, Barroco e Terra (2012, p. 60) nos faz lembrar que:

Assim, quando se referiu à emancipação, o CE<sup>36</sup> não pretendeu afirmar que seria possível realizar a emancipação humana nos limites do trabalho profissional, pois supõe que existem níveis diferentes de emancipação; que a emancipação sociopolítica não se confunde com a emancipação humana (Marx, 1991), mas que isso não a torna menos importante, como realização relativa de conquistas emancipatórias. Além disso, no CE, a emancipação social e política, realizável em graus diversos nos limites da sociabilidade burguesa, não se desconectam do horizonte da emancipação humana no CE [...].

A partir dos dizeres acima, depreende-se que emancipação humana como valor ético central profissional é compreendida como um novo projeto societário na qual o profissional apoia e luta de forma coletiva junto com outros intelectuais e sujeitos que defendem a luta das classes subalternas. Seu alcance dar-se-á através de níveis de emancipação – político e social -, contextualizados na sociabilidade do capital e também de forma mais ampla, ao romper decisivamente com o modo de produção capitalista.

Desse modo, através de práticas que resgatem a qualidade política dos sujeitos, de ações que proporcionem a socialização dos saberes, a publicização de informações e reflexões críticas contínuas, o profissional poderá efetivar em seu trabalho, ações e resultados que se aproximem da concepção da emancipação na qual se almeja.

Também para compreensão da dimensão educativa do Serviço Social na perspectiva emancipatória, foram considerados os estudos feitos por Oliveira e Elias (2005) nos quais analisam quatro características desta dimensão, sendo elas: a informativa, a reflexiva, a participativa e a organizativa.

Compreende-se que essas características estão presentes no trabalho social feito pelo assistente social e podem aparecer sob várias formas, separadas ou simultâneas, dependendo da maneira como é desenvolvido o seu trabalho. As

---

<sup>36</sup> Leia-se Código de Ética.

autoras ressaltam ainda, que as práticas educativas dos assistentes sociais não têm ultrapassado as esferas informativas e reflexivas:

Pôde-se perceber que a maioria das atividades sócio-educativas dos assistentes sociais não ultrapassam as esferas (in)formativas e reflexivas, sendo esse o grande desafio que se coloca na conjuntura atual: a possibilidade através da participação e da organização popular a ampliação e efetivação dos direitos e cidadania, com vistas a resgatar o potencial transformador das classes subalternas. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 21).

As autoras descrevem a esfera da participação em dois momentos. Em um nível intrínseco nos espaços de trabalho socioeducativo realizado com a população. Nesse processo os sujeitos passam a exercitar a sua capacidade participativa, fortalecendo-a. E um nível extrínseco, quando a participação ganha um sentido mais amplo para os sujeitos que passam a buscar os espaços públicos de direitos.

Em relação à mobilização, descrevem-na como uma consequência da esfera participativa na qual se dá a construção da consciência coletiva dos sujeitos e a luta pelas suas reivindicações enquanto grupo e classe. Pontuam esse processo - de contribuir com formas que culminem com a organização popular - como um grande desafio para o profissional.

Para um trabalho educativo que incite a mobilização social, segundo Abreu e Cardoso (2009), é preciso que haja uma refuncionalização das ações profissionais nos espaços de trabalho mais recorrentes ao profissional, como as políticas sociais e os conselhos de direitos, porém com uma postura diferente do colaboracionismo entre as classes, mas de enfrentamento e resistência aos interesses da classe dominante.

Também para o alcance dessa dimensão da função pedagógica do assistente social, as autoras reforçam a importância de imersão dos assistentes sociais nos espaços de defesa da classe trabalhadora como os sindicatos, movimentos sociais e previdência social. Assim, inseridos nos espaços de luta e organização política da população, facilitam a defesa das demandas vindas dessa classe e dos direitos relativos ao trabalho.

Além desses apontamentos postos, acredita-se que constitui parte essencial desse processo (de organização da cultura pelas classes subalternas), o trabalho de socialização das informações e os exercícios de reflexões críticas

realizadas cotidianamente nos espaços de trabalho do assistente social. Nesse sentido Giaqueto (2015, cap. 1, p. 29) reflete:

O exercício da consciência crítica e a busca coletiva são processos complementares, um leva ao outro: - com o exercício da consciência crítica, o cidadão percebe-se sujeito de sua própria história e busca o coletivo. Por outro lado, é apenas no coletivo que se compreende não existir prática política que se faça de forma solitária e estimula-se a consciência crítica.

Por meio das ações que levem à informação e à reflexão, o profissional estará socializando, por exemplo, saberes relacionados aos direitos sociais e aos valores essenciais de uma democracia. No processo reflexivo, o profissional ressignificará as demandas postas pelos usuários e desvelará junto com eles, as reais determinantes que impedem a realização plena de suas necessidades. Estará desconstruindo pensamentos cristalizados, elementos da razão burguesa, contribuindo com novas perspectivas e reflexões.

Seja de forma sistematizada em algum projeto, seja de forma pontual em plantões sociais e visitas domiciliares. As mediações realizadas pelo profissional - desde que críticas, iluminadas por valores do código de ética, em suma, numa pedagogia emancipatória -, poderão contribuir de alguma forma na vida dos sujeitos, em suas construções individuais e também coletivas.

Através da informação e conseqüente instrumentalização, torna-se possível à classe dominada adquirir condições de se expressar e se relacionar com a classe dominante, quer na correlação de forças, confronto, quer nas negociações e alianças. (GIAQUETO, 2015, cap. 1, p. 26).

Posto isso, verifica-se a importância do profissional em saber medir e avaliar o resultado e alcance do seu trabalho. O seu trabalho molecular ao ser significado por ações que se aproximam dos valores essenciais do código de ética (a emancipação humana, a democracia, a liberdade, a justiça social e a equidade), ganha uma importância fundamental perante às limitações existentes na sociedade do capital.

Essa leitura é essencial para que o assistente social situe junto aos sujeitos as possibilidades de sua práxis enaltecendo a importância das construções e rupturas diárias essenciais para a construção de possibilidades mais profundas junto aos sujeitos.

E para que a ação do assistente social ecoe na vida dos sujeitos, para que o acesso a um direito seja mais que esta ação e provoque um novo sentido nos usuários de seus serviços, é importante que o profissional decodifique com clareza os anseios vindos da população e busque intervir de forma comprometida com suas reais necessidades.

Por esse raciocínio entende-se que a dimensão educativa pode referendar um aspecto importante do exercício profissional: a relação entre assistente social e sujeito, que pode ser transposta para a relação educador e educando.

Nesse sentido, antes de considerar quais são os resultados concretos da ação profissional, é preciso considerar que ali há um sujeito histórico e, assim, refletir como as ações profissionais incidirão sobre estes, como estas serão elaboradas e reproduzidas pelos sujeitos, resultando em aspectos objetivos e subjetivos em suas vidas.

Valoriza-se, desta forma, a perspectiva do sujeito<sup>37</sup> a fim de conhecer melhor a sua realidade e demanda pelo seu ponto de vista, respeitando suas peculiaridades e potencializando as possibilidades verificadas pelo movimento da mediação.

Conhecê-lo é querer saber de suas vivências e experiências cotidianas. Para que se compreenda a forma como este se vê no mundo, como entende seu processo histórico e coletivo, como luta pela sua sobrevivência, como visualiza o seu território e as possibilidades deste.

Considerando que “[...] as representações na mente do sujeito social, derivadas imediatamente do aspecto fenomênico da realidade, divergem da lógica constitutiva do objeto, da sua estrutura, do seu núcleo essencial.” (GUERRA, 2009, p. 5).

Assim, em sua intervenção, o profissional necessita decodificar o conhecimento popular<sup>38</sup>, tanto os seus elementos orgânicos, quanto os elementos

---

<sup>37</sup> A dimensão do sujeito evidenciada não se orienta por uma concepção tradicional que se baseia no trato individualizado e fragmentado da questão social, responsabilizando o sujeito por sua condição social. Mas, com vistas a compreendê-lo como um ser histórico e coletivo, como parte de uma classe social, inserido na totalidade da vida social.

<sup>38</sup> Segundo Machado (2012, p. 168) “[...] o conhecimento popular ou saber popular se diferencia das outras formas de conhecimentos ou saberes não pela questão da veracidade, nem pela natureza do objeto conhecido, mas sim pela forma como procura explicar a realidade. Em geral se afirma que ele é adquirido com o tempo, ou seja, a partir das experiências vivenciadas cotidianamente, e repassado de geração em geração ao longo da história.” Ainda afirma sobre a importância de superar suas características de senso comum em um processo de conscientização.

da cultura imposta – o senso comum -, que acaba prejudicando o indivíduo enquanto ser histórico. Ou seja, é essencial identificar nas singularidades dos sujeitos suas crenças limitantes e cristalizadas pela cultura do capital, reproduzida nos discursos e valores patriarcalistas, individualistas, de subalternidade e deterministas.

Nesse sentido pode auxiliar nesse processo de mediatização, o profissional problematizar a demanda posta a partir das racionalidades que perpassam a vida dos sujeitos e que conformam o seu conhecimento de vida e situações vivenciadas. (GUERRA, 2009).

Ou seja, verificar nos sujeitos os entendimentos que provém da sua intuição (o conhecimento empírico, emergido das experiências), do seu intelecto (o conhecimento formal abstrato formado pela aceitação pacífica das informações) e a capacidade que este possui em desenvolver um conhecimento elaborado pela sua razão crítico-dialética (a negação e elaboração da síntese), potencializando-a.

Lembrando que:

[...] no plano da imediaticidade/aparência x essência, o dado sensível da singularidade já contém elementos de relação com a universalidade e a particularidade (LUKÁCS, 1978). Portanto, enfatizo este ponto para demonstrar que incorre em grave equívoco, aquele profissional que considera como de pouca valia aqueles dados relativos à individualidade, mas especificamente à subjetividade psico-social do sujeito, querendo fazer ver que o que vale, são reflexões que envolvam categorias sociais/coletivas e totalizantes. (PONTES, 2012, p. 9).

Ou seja, a singularidade do sujeito, sua demanda, possui muitos elementos importantes que por si só revelam questões que se correlacionam com as forças societárias. Estas necessitam ser apreendidas pelo profissional de forma coerente para serem particularizadas no campo da mediação.

Esse processo requer por parte do profissional - antes que este acione a dimensão investigativa da profissão e os fundamentos técnico-operativos, teórico-metodológicos do Serviço Social -, um compromisso claro com o projeto societário das classes subalternas.

E, além disso, é fundamental um preparo ético imbuído dos conceitos ontológicos do ser social e dos valores contidos no código de ética profissional, enaltecendo os que remetem ao respeito, a pluralidade, autonomia, diversidade e alteridade, para que a relação construída não tenha resquícios de opressão, imposição e preconceito.

Freire (1975, p. 93) em sua obra “Pedagogia do Oprimido” analisará esse aspecto sob a categoria da dialogicidade, destacando a importância do diálogo respeitoso na relação entre educando e educador, pois permite o surgimento da voz ativa dos sujeitos, e a prática do exercício de ouvir e ser ouvido:

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode se reduzir a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tão pouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Freire (1975) evidenciará o diálogo como forma de criar, de elaborar, de se rebelar. Por essa postura dialógica é possível compreender o conhecimento popular, dá-lo a devida importância e transpô-lo quando este sinalizar ideias do senso comum. E para este processo, Freire ressalta a importância em “ter fé nos homens” (FREIRE, 1975, p. 96). A fé que pode ser compreendida no ato de acreditar nos processos históricos dos sujeitos, em suas mudanças:

O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. (FREIRE, 1975, p. 96).

Assim, durante a intervenção profissional é preciso considerar as possibilidades do ser social, em suas dimensões ontológicas. A ação profissional torna-se comprometida quando se concebe o sujeito totalmente ignorante aos processos históricos e aos conteúdos universais que perpassam a sua vida. É preciso decodificar como as “leis tendenciais históricas” (PONTES, 2012, p. 8) rebatem em suas vidas por meio das demandas imediatas vindas do cotidiano.

Também, para se ter um efetivo diálogo, é necessária uma acolhida respeitosa e cuidadosa, com falas reflexivas, críticas e responsáveis, de escuta solidária, afinal o assistente social se relaciona com o ser humano em todas as suas dimensões, inclusive com o mundo de suas emoções, com sujeitos em sofrimentos.

É preciso saber dar repostas complexas às demandas que também são complexas e valorar as consequências das ações profissionais junto aos sujeitos. Essas são atitudes éticas necessárias para que o sujeito não decodifique mais uma relação de superioridade e subalternidade em sua vida:

De acordo com Freire (1977), para haver um efetivo diálogo entre as partes que dialogam é preciso mais do que troca de ideias; é necessário humildade na troca de ideias, a fim de que não se veja no outro apenas um ignorante. Ademais, para que o diálogo seja verdadeiro, faz-se necessário o pensar crítico; caso contrário, o que parece diálogo ou troca de ideias pode, na verdade, ser uma manipulação de ideias. (MACHADO, 2012, p. 167).

Postas todas essas considerações sobre os desafios e as possibilidades para a realização da função educativa na perspectiva da emancipação humana no atual contexto, procurou-se analisar os desafios macros da sua consubstanciação, apontados por Abreu e Cardoso (2009), Giaqueto (2015, cap. 1), e Oliveira e Elias (2005), que poderia ser resumindo no apoio e compromisso profissional, na efetivação da participação e mobilização social, na organização da cultura pelas classes subalternas e na apropriação pelos assistentes sociais dos espaços de lutas mais férteis para essas conquistas, fortalecendo, assim, a luta das referidas classes.

Também foram apontadas as possibilidades em níveis menores - porém tão importante quanto as mudanças macro -, dessa pedagogia por meio de processos e rupturas moleculares diárias, como salienta os estudos de Luiz (2013). E por meio de ações reflexivas e informativas essenciais à formação do senso crítico como salienta Giaqueto (2015, cap. 1) e Oliveira e Elias (2005), processos esses, que podem apontar possibilidades mais amplas no alcance das demandas dos grupos sociais subalternos.

E por último resgatou-se em Freire (1975) e em Machado (2012) um aspecto que nos fala sobre a importância dos intelectuais orgânicos em estabelecer um compromisso ético-político pedagógico com a população oprimida. Enfatizou-se no caso, a relação entre educando e educador evidenciando a perspectiva do sujeito, no sentido do sujeito histórico/coletivo; e os cuidados éticos que devem permear as atitudes profissionais, imprescindíveis para o estabelecimento do compromisso político junto à população em resposta aos seus anseios.

## **CAPÍTULO 3**

### **A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### 3.1 Recuperações históricas da política pública de assistência social

A assistência social enquanto direito social e dever do Estado ganhará seus primeiros contornos no país ao compor o sistema de seguridade social juntamente com a saúde e previdência social na Carta Constitucional outorgada em 1988 (BRASIL, 1988).

Posteriormente em 1993 com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) ganhará novos elementos essenciais a sua concretização como política pública e será materializada em 2004 através do Sistema Único de Assistência Social.

Seu surgimento remonta a trajetória histórica das políticas sociais brasileiras. Estas emergem no início do século XX, momento no qual a questão social torna-se latente no país devido ao contexto de desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Em relação ao entendimento da política social e da questão social, Behring e Santos (2009, p. 6) explica:

E se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política, a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social e de suas expressões.

Ou seja, a política social e a luta de classes são processos que emergem a partir da questão social. Esta última, analisada em sua totalidade, está imersa na sociedade de modo de produção capitalista, sendo o resultado das contradições advindas da relação entre capital e trabalho.

A subsunção do trabalho ao capital produz desigualdade entre as classes, exploração do trabalhador, pobreza, desemprego, dentre outros fenômenos sociais inerentes ao processo capitalista.

Sob esse contexto do início do século XX, o Estado brasileiro e também as classes sociais se organizaram a fim de enfrentarem as expressões da questão social. A classe trabalhadora brasileira, ao se conscientizar do processo de exploração o qual vivenciava e do potencial da sua força organizativa, passa a reivindicar pelos direitos sociais relativos ao trabalho.

As Ligas Operárias são exemplos de movimentos sociais que surgiram nessa época. Consistiram na organização de trabalhadores de diversas áreas na luta pelas suas necessidades. Mais tarde, essa organização operária dará origem aos sindicatos que se destacarão pela luta crítica aos valores burgueses e pela resistência às perseguições imprimidas pelo Estado (IAMAMOTO, 2006, p. 131).

O Estado burguês buscará conciliar as questões trazidas pela classe trabalhadora por meio das políticas sociais,<sup>39</sup> e também, através da repressão desses movimentos por meio da violência policial. Porém, serão respostas fragmentadas a uma questão social vista também de forma multifacetada, já que são ocultados seus verdadeiros processos. A questão social será compreendida pelo Estado e pelas políticas sociais não em sua totalidade, mas de forma superficial, sem combater suas causas.

Nessa fala de lamamoto (2006, p. 132), fica clara a ideologia do capital e o direcionamento das ações do Estado liberal no início do século XX:

A dominação burguesa implica a organização do proletariado ao mesmo tempo em que implica sua desorganização enquanto classe. A tentativa de controle da organização do proletariado implica que esse seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Implica leis de exceção que rompem a ortodoxia liberal, intervindo abertamente no mercado de trabalho. A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção e controle, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle.

Compreende-se, portanto, que a política social encerra em si vários aspectos e determinantes econômicos e políticos, assim como tensões políticas e societárias que podem ser desveladas ao analisar seu processo histórico.

O Estado liberal brasileiro nessa época caracterizou-se, como explica Behring e Boschetti (2011), por traços vindos de uma elite agrária que permaneceu no poder durante e após o sistema escravocrata, com ideias conservadoras e patriarcalistas.

Misturavam-se a essa realidade novas perspectivas que emergiam com o movimento da industrialização do país e com ela, a urbanização, o surgimento da burguesia brasileira, a mão de obra livre e um sentimento de autonomia nacional.

---

<sup>39</sup> Exemplificando, lamamoto (2006, p. 131) cita que somente em 1919 com o fortalecimento do movimento operário é concretizada uma medida na legislação social obrigando o empresariado a arcar com acidentes de trabalho.

Essas características irão compor a identidade das classes sociais mais elitizadas (de posse do poder econômico e político) e também do Estado numa perspectiva de modernização com resquícios conservadores, além de refletirem na luta das classes sociais e na configuração da proteção social que se inicia no país:

[...] o liberalismo é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular: a equidade configura-se como emancipação das classes dominantes e realização de um certo status desfrutado por elas, ou seja, sem incorporação das massas; [...] o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado[...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 73).

Acompanhando esse movimento de reconfiguração da sociedade brasileira a partir da industrialização, o Serviço Social se especializa na divisão social e técnica do trabalho como uma profissão capaz de intervir no processo das lutas das classes subalternas a fim de garantir a reprodução do capital.

Assim, a institucionalização da profissão está intimamente ligada ao acirramento da questão social no Brasil e com ela, a premência de um profissional – segundo as necessidades do capital e do Estado -, que administrasse os conflitos sociais, assegurando a reprodução da classe trabalhadora.

A título de exemplo, o Centro de Estudos e Formação Profissional de São Paulo (CEAS)<sup>40</sup>, constituiu-se um espaço de formação técnica profissional em São Paulo (SP) e através dos Centros Familiares, os assistente sociais realizavam intervenções junto à classe operária sob a ideologia da Igreja e do capital.

Nesse período de formação técnica dos assistentes sociais, os profissionais vão se alocando e criando espaços nos departamentos do aparelho Estatal, como evidencia Iamamoto (2006), referenciados sob a influência do método de caso. Os interesses e objetivos profissionais seguiam os interesses do Estado burguês que passará a incentivar a formação profissional e a contratar os assistentes sociais na atuação das políticas sociais.

---

<sup>40</sup> Tinha como objetivo “[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais.” (IAMAMOTO, 2006, p. 169). Segundo autora, o sentido dessas ações era de intervir nas situações consideradas subversivas dos trabalhadores. Mais tarde em 1936, o CEAS fundará a primeira Escola de Serviço Social.

Em relação à assistência social enquanto política pública, de um modo geral, esta se caracterizou por ações fragmentadas, setorializadas, assistencialistas e clientelistas. E de uma forma ampla, significou uma forma de controle das classes subalternas, “[...] através da fetichização de direitos e benefícios.” (IAMAMOTO, 2006, p. 242), numa estratégia de refuncionalizar as lutas sociais por meio das ações do Estado, na perspectiva do capital:

As políticas sociais, ao pretenderem atuar sobre as sequelas da exploração capitalista através de benefícios indiretos impostos e organizados burocraticamente através do Estado, atuam como deslocadoras das contradições que se dão no nível das relações de produção, reproduzindo e projetando essas contradições ao nível das instituições assistenciais e previdenciárias, isto é, do próprio aparelho do Estado. (IAMAMOTO, 2006, p. 242)

Em 1942 institui-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada inicialmente para prestar assistência aos familiares dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Essa foi a primeira política de assistência social organizada de forma ampla e nacional. Depois terá seu trabalho diversificado e organizado em diversas cidades. Será o organismo responsável por repasses de verbas aos órgãos de ação social e firmará convênios com entidades filantrópicas.

Nessa época, a racionalidade impressa pelas ações assistenciais, como nos mostra Iamamoto (2006, p. 308), consistiram na reprodução física da classe trabalhadora e na sua manutenção, atuando na “[...] parcela do exército industrial de reserva, e em manter a sobrevivência do segmento da força de trabalho exaurida e mutilada no processo de trabalho.” Acompanhando esse processo, também se dava a reprodução subjetiva da ideologia do capital, através de práticas pedagógicas de inculcamento dos valores burgueses.

As ações assistenciais cortarão as décadas de 1950 e 1960 sob as mesmas bases ideológicas (do capital), reorganizando a metodologia das intervenções assistenciais de acordo com o movimento do capital e do Estado - na forma como estes apreendiam a questão social. O Serviço Social reorganizar-se-á sob a metodologia de Grupo através das iniciativas de Desenvolvimento de Comunidade, num discurso de desenvolvimento humano para integração do indivíduo na sociedade.

Essa prática do Serviço Social acompanhava a ideologia da época sob o discurso do desenvolvimento nacional (apoio às reformas de base no país) somada à ideia desenvolvimentista do capital estrangeiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110 -111).

Práticas alternativas surgirão com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, momento no qual a profissão questionará as contradições da realidade e buscará por novos fundamentos e objetivos profissionais, aliados a uma perspectiva crítica profissional, em defesa da classe subalterna.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social deu-se em toda a América Latina. O questionamento da prática profissional era tensionada pelos movimentos sociais dos países latino americanos que visavam à garantia dos direitos sociais e o retorno dos direitos políticos da população.

Nessa época de ditadura militar, em meio à negação e violação dos direitos civis e políticos, as políticas sociais brasileiras caminharam rumo à modernização dos direitos sociais, porém de forma tecnocrata e conservadora. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Como exemplo, houve a unificação e centralização da previdência (INPS) com a retirada de membros da classe trabalhadora da sua gestão. A previdência foi estendida aos trabalhadores rurais, às empregadas domésticas, e a outros setores dos trabalhadores. Em 1971 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, incorporando a assistência, previdência e saúde. Nos dizeres de Behring e Boschetti (2011, p. 136) “[...] a questão social é tratada num mix de repressão e assistência.”

Sobre o contexto econômico e político na década de 1970, vivia-se o “fordismo à brasileira” (SABÓIA, 1988 e 1999 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 34) iniciado por Kubitscheck em 1955. Esse modo de produção desenvolveu-se juntamente com o processo de internacionalização da economia brasileira.<sup>41</sup>

Em 1974 apareceram os primeiros sinais no país da crise capitalista mundial, desacelerando o crescimento econômico. Paralelamente, inicia-se o processo de abertura política no Brasil. Porém, como ressaltam as autoras Behring e Boschetti (2011), o processo de redemocratização brasileira será intrincado com a

---

<sup>41</sup> Behring e Boschetti (2011) explicam que a internacionalização da economia brasileira foi um projeto do capital mundial que buscava se valorizar, expandindo o modelo fordista nos países com uma economia em potencial, como no caso da economia brasileira.

política neoliberal em curso no mundo todo, numa estratégia de controlar o processo democrático, visto que o Brasil tinha um potencial latente para lutas sociais - expressão do acirramento da questão social brasileira que se intensificou no contexto de repressão da ditadura militar.

A questão social na década de 1980 se radicaliza. São fatores do seu acirramento, a reestruturação produtiva do capital provocando um aumento do desemprego estrutural e da informalidade, a crise econômica do país traduzida no endividamento estatal, pelos juros altos e a alta inflação, e as políticas neoliberais em curso que objetivavam o corte nas políticas sociais.

Assim, o contexto da crise econômica e suas contradições, acabam criando as bases para novas lutas dos movimentos sociais. A presença da classe trabalhadora na construção da Constituição foi decisiva para as pautas dos direitos sociais, sendo estas a:

[...] reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição da ingerência do FMI; direitos trabalhistas e reforma agrária. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 141).

Em relação ao caminho percorrido pela assistência social rumo a sua consolidação como direito na Constituição Federal de 1988, Aldáisa Sposati (2007, p. 30-31) relata que em 1985, no Governo de Sarney – no período de transição democrática, na chamada Nova República -, em seu Plano Nacional de Desenvolvimento “[...] particulariza a assistência social como política pública, reconhece os usuários como sujeitos de direitos, sugere que seja ampliada a ruptura com a leitura caritativa e tutelar com que a assistência era tradicionalmente gerida.”

Além desse apontamento, autora enfatiza vários debates realizados por iniciativas das escolas de Serviço Social e também por setores ligados à LBA, que discutiram a reestruturação da assistência social.

Em 1988, no texto da Constituição, a mesma, nos artigos 203 e 204 reconhece a assistência social como um direito social provido pelo Estado, prestado a quem dela necessitar. O avanço está no fato de que: “[...] a inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal.” (SPOSATI, 2007, p. 42).

Assim, a assistência social torna-se responsabilidade do Estado e busca desvencilhar-se das ações clientelista, fragmentadas, com as superposições de programas e projetos. Configura-se como uma política não contributiva, descentralizada e participativa, com fontes de financiamentos.

Porém como argumentam Behring e Boschetti (2011), permaneceu contraditória a convivência dos princípios da universalidade e seletividade<sup>42</sup> da carta Constitucional, pois são lógicas opostas na questão do acesso aos direitos. Também permanecia contraditória a efetividade da política de assistência, pois necessitava sair do modelo de proteção social e ser sistematizada e implementada como política pública.

A morosidade para a aprovação da Lei Orgânica explica-se pela incursão das políticas neoliberais no Brasil, como relata Couto et al (2011, cap. 2, p. 34):

[...] seu processo de implantação vai ocorrer em uma conjuntura adversa e paradoxal, na qual se evidencia a profunda incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado. Incompatibilidade esta legitimada pelo discurso e pela sociabilidade engendrados no âmbito do ideário neoliberal, que reconhecendo o dever moral do socorro aos pobres não reconhece seus direitos.

Em 1993 tem-se a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, consolidando de forma mais detalhada e complexa a assistência social como um modelo político de proteção social. A LOAS inaugura mecanismos de gestão da política ao determinar a instituição dos Conselhos, dos Fundos e do Plano de Assistência Social nos três níveis da federação.

Na contracorrente dos ideários trazidos pela LOAS - da assistência social enquanto uma política pública de proteção social com um conjunto integrado de ações e de abrangência universal -, o governo implantou o Programa Comunidade Solidária que consistiu em um “[...] grande apelo simbólico, com ênfase em ações pontuais, focalizadas em ‘bolsões de pobreza’, direcionadas apenas aos indigentes, aos mais pobres entre os pobres.” (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 36).

---

<sup>42</sup> Apesar da universalidade ser um princípio abrangente a toda a sociedade, a seletividade vem trazer a ideia sobre a parcela da população que poderá ter acesso a determinado serviço ou direito. Ou seja, por esse princípio ocorre uma “[...] discriminação das situações de desigualdade social para a outorga de benefícios e serviços, mediante a comprovação da necessidade [...] as leis instituidoras das prestações devem priorizar a satisfação das necessidades sociais, também de acordo com os recursos disponíveis [...]” (SIMÕES, 2007, p. 93).

A implementação da LOAS como política pública ocorrerá aos poucos e de forma sistematizada a partir de 2004 com a Política Nacional de Assistência Social, e com ela o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS.

### **3.2 A política pública de assistência social no contexto neoliberal: entre garantia de direitos e contradições**

A política de assistência social estrutura-se no país sob bases neoliberais em tempos de reestruturação produtiva do capital. Sua contextualização se faz essencial para apreendê-la em suas potencialidades e limites, identificando suas tendências neoliberais e seus aspectos que coadunam com a ampliação dos direitos sociais.

A década de 1990 inicia-se com expectativas democráticas orientadas pela nova Constituição brasileira que traz um modelo de proteção social universal.

Junto com a construção da Constituição na década de 1980, sobressaiu a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, porém, logo suas forças se perderam diante do novo reordenamento do capital e as consequentes mudanças no mundo do trabalho.

A classe trabalhadora fragmentou-se por conta da reestruturação do capital que introduziu o modelo toyotista e com ele, a flexibilização no processo de produção e nas relações de trabalho. Os organismos de representação dos trabalhadores também se enfraqueceram, como nos mostra Antunes (2007, p. 154) sobre a perda do caráter defensivo dos sindicatos na virada dos anos 1980 para 1990, tornando-se um sindicato de participação.<sup>43</sup>

Muito dos movimentos sociais, com salvas exceções, se reconfiguraram, como nos mostra Montaño e Duriguetto (2011, p. 304-305), e se institucionalizaram no aparelho Estatal. Outra tendência ocorrida foi o surgimento do terceiro setor (com

---

<sup>43</sup> Sobre esse cenário de resistência e acomodação vivenciado pelo sindicalismo brasileiro na década de 1990, Antunes (2007, p. 154) narra que de um lado encontrava-se a Força Sindical criada em 1991 que representava um sindicato neoliberal, e de outro estava a CUT “que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora.” Diante desse cenário, era necessário que o sindicalismo de esquerda adotasse estratégias de resistência ao ideário do capital. Porém, cedeu espaço às ideias da social democracia. E a Força Sindical, através de uma proposta mais conservadora, se fortaleceu nesse processo.

o crescimento das ONGs no país) e das políticas de parceria entre a rede privada e o Estado.

Essa nova tendência (do terceiro setor), como nos mostram os autores<sup>44</sup>, parte do entendimento da realidade fragmentada em setores, ocultando a compreensão da questão social em sua totalidade. As demandas sociais institucionalizam-se de forma setorializada.

Essas demandas, na verdade, deveriam ser respondidas pelo Estado segundo uma perspectiva de universalidade de direitos. Porém, pela terceirização, ocorrem respostas operacionais e técnicas, segundo os valores e entendimento da sociedade civil “[...] de solidariedade local, voluntariado, autorresponsabilização e individualização.” (MONTAÑO; DUGIGUETTO, 2011, p. 306).

Os autores refletem que o problema não está no fato da sociedade civil se organizar e buscar por respostas pontuais, mas no significado dessa reconfiguração:

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um “setor” em detrimento da crise do outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à “questão social” (típico de Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e auto responsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 306).

A transferência de responsabilidade frente às expressões da questão social demonstra o modelo de proteção social adotado pelo Estado brasileiro na atualidade. Essa opção se fez mediante a crise do capital iniciada no fim dos anos 1970 e se reedita na década de 1990 pela ofensiva neoliberal. Esse processo tem acarretado em novas reconfigurações na relação Estado/sociedade civil.

Em 1990 a América Latina como um todo, adotou a política neoliberal por meio das recomendações do Consenso de Washington. Este conglomerado de ideias neoliberais visava auxiliar os países capitalistas periféricos a enfrentarem suas crises econômicas. Essas ideias consistiram em medidas de “[...] redução do déficit fiscal, política monetária restritiva, exportações como motor de crescimento, liberalização do comércio exterior, desregulamentação, privatização e estabilização de preços.” (SOARES, 199:18 apud SILVA, A. A., 2007, p. 112).

---

<sup>44</sup> Avaliando com criticidade esse movimento, Montaño e Duriguetto (2011, p. 305) observam que se trata de: “1) atividades públicas desenvolvidas por particulares; 2) para tratar de uma função social de resposta às necessidades sociais; 3) orientada por valores de solidariedade local, auto responsabilização, voluntariado e individualização da ajuda.”

O objetivo escuso dessas medidas fundamentou-se na clara subsunção econômica dos países de capitalismo periféricos ao capital mundial. Sobre o resultado progressivo dessa política na América Latina, Ademir Silva (2007, p. 174) aponta:

Em suma, o projeto neoliberal revelou-se inteiramente contrário à perspectiva de ampliação da cidadania social no continente latino-americano. E parece ter se esgotado enquanto estratégia para a pretendida revitalização do sistema econômico, ao bloquear o crescimento e aprofundar a dependência e a vulnerabilidade em face do capital estrangeiro.

No Brasil, o discurso neoliberal consistiu em culpabilizar o Estado brasileiro pela crise econômica e social do país, apontado como solução reformas e cortes de gastos nas gestões das políticas sociais com perspectivas de alavancar o mercado da crise.

As reformas no Estado ficaram evidentes por meio das intervenções realizadas na previdência social e das privatizações feitas nas empresas estatais e também nas políticas sociais. Nesse caso, nas políticas sociais, a privatização ocorreu via terceirização das funções e responsabilidades do Estado - como a educação, assistência social e saúde -, à iniciativa privada e à sociedade civil organizada (organizações sociais, organizações filantrópicas e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS<sup>45</sup>). Esse processo foi possibilitado por meio de legislações formuladas na década de 1990 que instituíram tipos de organizações e formas destas celebrarem convênios e parcerias com o poder público.

Com a política das privatizações, estrategicamente o planejamento e as decisões mais importantes das políticas sociais têm se centralizado no Estado e a execução a cargo do terceiro setor. Esse processo irá repercutir na consolidação da democracia brasileira, tornando as ações de cunho sociais cada vez mais despolitizadas e técnicas.

De uma maneira geral, as reformas empreendidas consistiram “[...] numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 151). A centralidade das funções do Estado volta-se para criar uma expansão no mercado, de forma que este possa

---

<sup>45</sup> Além dessas modalidades que compõem o chamado terceiro setor, que surgiram nas legislações de 1998 e 1999, como mostra Ademir Silva (2007, p. 142), também se enquadram nessa categoria: as “[...] sociedades comerciais, sindicatos, instituições religiosas, partidos e suas fundações, entidades de benefício mútuo, empresas de plano de saúde, hospitais não gratuitos e suas mantenedoras, escolas privadas não gratuitas e suas mantenedoras, cooperativas, fundações públicas e organizações creditícias.”

tornar-se cada vez mais autônomo e livre para realizar as medidas necessárias para obtenção de super lucros.

Assim, observa-se que a tendência do Estado brasileiro na condução da seguridade social tem sido de atender o projeto neoliberal, sucateando a previdência e a saúde e dando ênfase aos programas assistenciais de transferência de renda, reproduzindo a espoliação da classe trabalhadora, como afirma Boschetti (2016, p. 17-18) em sua tese sobre a relação entre assistência social e trabalho:

[...] o fundo público é fortemente disputado em período de crise do capitalismo, o que provoca processos de contra-reforma do Estado social na direção da desregulamentação e destruição dos direitos sociais, sobretudo aqueles vinculados ao trabalho, com conseqüente ampliação de prestações sociais de natureza assistencial, como estratégia de manutenção do consumo e reprodução ampliada do capital.

Por essa concepção compreende-se a tendência de focalização das políticas sociais, se contrapondo ao modelo ideal de política de proteção social universal. Observa-se que as políticas de proteção social têm buscado atender os segmentos mais pobres da população. Seja na assistência, na previdência ou na saúde, essas políticas estão cada vez mais privilegiando demandas pontuais do que abrangendo de forma universal (na perspectiva constitucional)<sup>46</sup> os interesses e necessidades gerais dos sujeitos.

A cada reforma na previdência,<sup>47</sup> esta tem limitado ainda mais sua abrangência, diminuindo o valor do benefício e do teto, aumentando o tempo de permanência no trabalho<sup>48</sup> e a contribuição do trabalhador. Ela em si já é focalizada, pois está restrita aos trabalhadores empregados formais. Porém, vem restringindo ainda mais as concessões e direitos conquistados pela categoria:

---

<sup>46</sup> Pelo princípio da universalidade na Constituição de 1988 compreende-se que a saúde é um direito na qual todos os cidadãos têm acesso, não necessitando de prévia contribuição. Em relação à previdência social, seu acesso supõe filiação obrigatória para todos que trabalhem, por meio de contribuições monetárias. Ela é “relativamente universal” (SIMÕES, 2007, p. 132) já que não é reduzida a determinando segmento da sociedade, porém seu acesso exige que o indivíduo trabalhe contribuindo com esse sistema. Sobre a assistência social, somente tem acesso aqueles que necessitarem da mesma.

<sup>47</sup> Segundo Simões (2007, p. 140) comentando esse assunto: “A desconstitucionalização consistiu em tirar do texto constitucional algumas regras básicas sobre os direitos previdenciários, o que propiciou ao governo, por meio da lei ordinária, a alteração dos índices de reajuste dos benefícios ou mesmo do respectivo cálculo. Além disso, a proposta visou reduzir o teto do valor dos benefícios, o que, segundo especialistas, teve objetivo de incentivar o mercado de previdência complementar.”

<sup>48</sup> O fator previdenciário instituído na reforma da previdência provoca o contribuinte a trabalhar mais para ter um benefício maior, pois o benefício é condicionado ao tempo de contribuição do trabalhador e à sua idade. Ver em Simões (2007, p. 139).

As novas regras vêm representando, com efeito, a imposição de perdas aos segurados, uma vez que o eixo da reforma foi o aumento da idade média de concessão do benefício implicando extensão do período contributivo, redução dos gastos no curto prazo pela postergação da concessão e redução dos gastos no longo prazo pela concessão por menor período. (SILVA, A. A., 2007, p. 192).

Como nos mostra Ademir Silva (2007), as reformas na previdência social vêm atender interesses opostos aos da classe trabalhadora, reproduzindo a desigualdade social no país ao reduzir ainda mais os direitos previdenciários.

A focalização e a seletividade também acompanham a política de assistência social. A seletividade “[...] passou a chamar-se, claramente, de focalização na pobreza, sob a alegação, difundida pelo Banco Mundial, de que essa é a forma mais eficiente e eficaz de alocação de recursos escassos.” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 112, grifo do autor). Essas estratégias são evidenciadas nos programas sociais de transferência de renda os quais focalizam os casos de extrema pobreza.<sup>49</sup> E na saúde, o setor público tem precarizado<sup>50</sup> suas ações, enquanto o setor privado se expandido.

Assim, há uma restrição do acesso universal a bens de consumo coletivo e aos direitos sociais, mas uma articulação entre assistencialismo focalizado, o que não pode ser confundido com assistência social, e mercado livre, este último voltado para o mercado consumidor (MOTA, 1995, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 159).

Ou seja, temos hoje em dia direitos sociais sucateados, especializando-se nos comprovadamente mais pobres e excluídos do mercado de trabalho (ofertados pelos programas assistenciais e pela saúde pública), orientados sob a retórica da racionalidade e eficiência dos recursos públicos. E, por outro lado, direitos sociais oferecidos pela seguridade social (previdência social - INSS) aos trabalhadores formais cada vez mais restritos, e direitos sociais privatizados (da política de saúde,

<sup>49</sup> Pereira e Stein (2010, p. 113) explicam sobre as diretrizes que orientam as políticas focalizadas: “Na visão dos adeptos da focalização ou de um universalismo segmentado, se considera que a atuação pública deva ser seletiva pelas seguintes principais razões: aplicam-se com mais eficácia e moralidade critérios redistributivos e utilitaristas; enfrentam situações de pobreza e de exclusão de forma mais orientada (sem perder o foco) e efetiva; gasta-se menos; e, tecnicamente, atua-se de forma mais eficaz na gerência de programas e projetos a serem desenvolvidos.”

<sup>50</sup> Como nos revela Simões (2007, p. 124): “Em algumas cidades, principalmente nos grandes centros, é longa a fila de espera para consultas, exames e cirurgias. Em muitos locais, é comum não haver vagas para internação, faltando médicos, pessoal, medicamentos e até insumos básicos. Nem sempre os profissionais estão preparados para o bom atendimento da população, sem condições de trabalho, ao menos razoáveis. O atendimento das emergências está longe de ser o adequado. São precários os serviços de reabilitação, o atendimento aos idosos, a assistência mental e os serviços odontológicos.”

educação e previdência) acessíveis às classes mais abastadas da sociedade, que podem comprá-los:

[...] a trajetória recente das políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 194).

Postas essas observações – da reestruturação produtiva do capital e das políticas neoliberais tensionando e reformulando o Estado social -, têm-se como consequência, a intensificação das expressões da questão social, evidenciada pelo desemprego estrutural e fragmentação da classe trabalhadora; pela pobreza que incide em diversos aspectos da vida dos sujeitos; e pela desproteção do Estado em relação aos direitos sociais.

Como evidencia Boschetti (2016, p. 139) o desemprego permanente e a não absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho, tem sido considerada uma “nova” situação frente à crise atual do capital nos dias atuais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantado em 2005 vem atender esse segmento da população excluída do mercado formal de trabalho. O sistema adotado organizará a política de assistência social em todo o território nacional em um comando único, para todos os municípios e estados, de acordo com as peculiaridades dos territórios. Terá a família a base de suas ações. Estas ações serão organizadas em níveis de complexidade segundo a proteção que se quer afiançar (básica e especial)<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Segundo a PNAS a proteção social básica: “[...] tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2005a, p. 33). Já a proteção social especial: “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” (BRASIL, 2005a, p. 37).

Por meio de seus princípios<sup>52</sup> norteadores, a PNAS buscará por novas ações na condução da assistência social no país, na perspectiva da garantia dos direitos sociais. Apesar de ainda hoje as entidades filantrópicas expressivamente fazerem parte da efetivação dessa política, o SUAS enfatiza a centralidade do Estado na condução da assistência social e organizará as ações das entidades de forma a tecer a rede de proteção socioassistencial no território.

Enfim, o SUAS trará uma série de novidades para a política de assistência social que implicará em novas formas de fazer a assistência social, em novas relações com os usuários.

Nesse sentido, o SUAS inaugura ações importantes, traz novos conceitos e uma nova racionalidade na prática da política de assistência social que sempre se caracterizou na história brasileira como moeda de troca nas relações políticas e “[...] renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas.” (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 33).

De forma ampla, a funcionalidade da política de assistência social, em tempos de disputa do fundo público do Estado pelas políticas neoliberais, tem sido de reproduzir as condições de vida material da classe trabalhadora, através de programas e benefícios que trazem uma concepção de mínimos sociais de sobrevivência.

Ter minimamente as necessidades sociais atendidas e providas pelo Estado - em um contexto de manutenção da desigualdade social, insegurança alimentar, violência institucional<sup>53</sup>, desemprego estrutural, informalidade -, tem sido o discurso de cidadania do Estado social neoliberal:

A capitalização da assistência social pelas classes dominantes como estratégia de enfrentamento da pauperização relativa contribui para ampliar o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras. Mesmo que se possa e se deva reconhecer que, contraditoriamente, a assistência social, e tais programas, possam ser assegurados como direito social, não

---

<sup>52</sup> Os princípios da PNAS seguem os princípios dispostos na LOAS: “I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.” (BRASIL, 2005a, p. 32).

<sup>53</sup> Como explica Behring e Boschetti (2011, p. 187), essa violência é “[...] a violência que vem de cima e que é estrutural sobre os pobres [...] é composta de três elementos explosivos combinados: o desemprego, o exílio em bairros decadentes e estigmatizados na vida cotidiana, em geral associado às dimensões étnico-raciais e de gênero.”

se pode esquecer sua histórica função e potencialidade de manter a coesão, a integração e o controle social sobre uma parcela dos pobres, enquanto para outros prevalece a criminalização, repressão e punição. (WACQUANT, 2007 apud BOSCHETTI, 2016, p. 165).

Reflete-se que a função da política de assistência social é histórica e necessária para a sobrevivência da classe trabalhadora e para a manutenção dos interesses do capital. Com a Constituição Federal de 1988, a LOAS de 1993 e o SUAS de 2005, a política de assistência social tornou-se um direito universal e dever do Estado, em face à realidade perversa provocada pela intensificação do capital e seu modo de ser na sociedade e nas relações entre Estado e sociedade civil.

Nesse sentido, concordamos com Yazbek (1995, p. 10 apud COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 33) sobre a importância das regulamentações em torno da assistência social enquanto política pública que compõe o campo da proteção social pública na sociedade do capital:

[...] campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torna-la visível como política pública e direito dos que dela necessitam. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade.

Porém, pondera-se seus limites enquanto política de proteção social, visto que sua existência e funcionalidade estão intrinsecamente ligadas à manutenção da sociedade capitalista.

Por isso a importância da reconfiguração do fundo público do Estado, por meio da ocupação de espaços públicos e de direitos, por meio de lutas sociais e politização dos sujeitos, como forma de alargamento das políticas sociais públicas (educação, habitação, saúde, emprego, assistência, dentre outras), e construção de uma esfera pública não burguesa, que venha atender as reais necessidades das classes subalternas, em uma perspectiva de emancipação política rumo à emancipação humana dos sujeitos.

Por fim, situar o trabalho do assistente social no âmbito das políticas neoliberais, requer um olhar altamente crítico e lúcido, para que o profissional possa, dentro dos limites institucionais da política de assistência social, romper com o que necessita ser rompido, desmistificar o alcance dessa política e trabalhar em suas possibilidades, com perspectivas à ampliação da cidadania.

### 3.2.1 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): configuração e análise crítica

O modelo de gestão do SUAS surge a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em novembro de 2004, após resolução do Conselho Nacional de Assistência Social. Fruto de um processo histórico, a PNAS-2004 coloca em prática os pressupostos da Constituição de 1988 e as normativas contidas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993.

Em 1993, com a LOAS são reafirmados os artigos 203 e 204 da Constituição Federal que tratam dos objetivos e das diretrizes da Assistência Social no país, e cria-se um mecanismo de gestão para a política de assistência, ao determinar nos três níveis da federação a instituição dos Conselhos, do Fundo e do Plano de Assistência Social.

A LOAS também reafirma o caráter não contributivo e universal do direito à assistência social, a centralidade do Estado nas ações da política, a participação da população e da sociedade no controle da gestão (formulação, fiscalização e execução da política de assistência social).

A PNAS de 2004 vem reafirmar os direitos conquistados pela Constituição de 1988 e pela LOAS, e consolida em território nacional a política de Assistência Social através o Sistema Único de Assistência Social.

O SUAS vem regulamentar o campo da proteção social<sup>54</sup> da assistência social. Assim, a política compreende a segurança de acolhida<sup>55</sup>, de renda<sup>56</sup>, de convívio<sup>57</sup>, de desenvolvimento da autonomia<sup>58</sup>, e segurança de benefícios materiais

---

<sup>54</sup> A proteção social pode ser compreendida segundo Jaccoud (2009, p.58 apud COUTO et al. 2011, cap. 2, p. 33): “[...] como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviço e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais.”

<sup>55</sup> A segurança de acolhida, realizada nos espaços públicos da política, visa garantir “ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas.” (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 43) às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. Também objetiva ofertar espaço de permanência a essa população, conforme a necessidade (curta, média ou longa duração);

<sup>56</sup> A segurança social de renda é a concessão de auxílio monetário aos usuários da PNAS por meio dos programas de transferência de renda sob determinadas condicionalidades, e por meio de termos de compromisso com a população. Destinados aos usuários que não são abarcados pela política de previdência social. (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 43).

<sup>57</sup> A segurança de convívio alicerçada pelo SUAS consiste na concessão de “[...] serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculo sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários”. (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 43).

<sup>58</sup> Como explica Couto, são ações profissionais que visam promover a “[...] capacidades e habilidade para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercitar escolhas, conquistar maiores possibilidades de independência pessoal, possam superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político.” (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 44).

ou pecúnia<sup>59</sup>; afirmando, dessa forma, as responsabilidades do Estado frente aos usuários da PNAS.

Problematiza-se aqui a questão da autonomia que a política visa afiançar. Sua aquisição na concepção do projeto ético-político profissional envolve processos emancipatórios como o exercício da prática política dos sujeitos (tomada de consciência, garantia de direitos sociais, participação nas esferas políticas e de direitos), e, sobre tudo, sua aquisição pressupõe liberdade de escolha sem obstáculos e pré-condições para o alcance das necessidades e objetividades humanas. Ou seja, a autonomia expressa no projeto profissional está intimamente ligada à emancipação humana dos sujeitos.

É importante essa clareza para que esta aquisição não se limite no entendimento de uma autonomia ilusória que o sujeito possa ter por meio da garantia de renda provida pelos mínimos sociais ofertados na política de assistência social.

Assim, compreende-se que a segurança de renda garantida pela PNAS poderá proporcionar sobrevivência ao seu usuário, o que está muito longe de ser uma autonomia na perspectiva de um sujeito que escolhe dentre todas as possibilidades que poderiam lhe caber.

Couto et al. (2011, cap. 2, p. 44) reflete da seguinte forma:

[...] O mais adequado seria referir-se a processos de automização, considerando a complexidade e a processualidade das dinâmicas que interferem nas aquisições e conquistas de graus de responsabilidade e liberdade dos cidadãos, que só se concretizam se apoiadas na certeza de provisões estatais, proteção social pública e direitos assegurados.

Ainda sobre o campo de proteção na qual a política visa afiançar, percebe-se que por meio dessa abordagem a PNAS compreende a pobreza de forma multidimensional, em uma perspectiva material (relacionada à questão do trabalho, sua ausência ou sua condição precária) e também em seus aspectos subjetivos que acabam prejudicando outras dimensões da vida do sujeito, que não só a material, mas os relacionais e de pertencimento.

Esses aspectos ficam mais claros ao observarmos a descrição do público-alvo da assistência social, sendo este, grupos que se encontram em situações de

---

<sup>59</sup> São os benefícios eventuais, como o auxílio alimentação, oferecidos em caráter emergencial. (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 44).

risco e vulnerabilidade social:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas, uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2005a, p. 27).

Porém, como ressalta Couto et al. (2011, cap. 2, p. 40-41), há uma ausência em não contemplar a questão de “condição de classe que está na gênese da experiência da pobreza, da exclusão e da subalternidade que marca a vida dos usuários da Assistência Social”. Ou seja, não foi explicitado o fato de que as vulnerabilidades e riscos sociais da sociedade contemporânea advêm da questão social, fruto do embate capital x trabalho. Discussão essa essencial para se compreender a pobreza.

Ainda sobre o público alvo da política, como ressalta Couto et al. (2011, cap. 2) interessante observar que nas ações propostas pelo SUAS foi superada a questão da fragmentação por segmentos (idosos, adolescentes, gestantes, crianças) e foi adotado a perspectiva do atendimento do sujeito/cidadão/grupo em situação de vulnerabilidade social.

A situação de risco e de vulnerabilidade social vivenciada pela população irá nortear quais das proteções sociais serão efetuadas para a sua prevenção (básica ou especial).

A proteção social básica destina-se à população em situação de vulnerabilidade social e almeja prevenir situações de risco, trabalhando, segundo a política, “as potencialidades do indivíduo” e fortalecendo os vínculos familiares. Para a política, vulnerabilidade social consiste em situações advindas da pobreza, privação de renda, precário acesso aos serviços públicos e fragilização dos laços afetivos (relacionais ou de pertencimento social).

Sobre o trabalho de prevenção dessa proteção, a PNAS define serviços, programas e projetos de convivência e socialização dos indivíduos, que deverão ocorrer articulados com outras políticas públicas, entendendo que a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais compete não somente à política de assistência, mas também a outras políticas sociais, numa acepção intersetorial, a fim de promover

uma maior sustentabilidade de suas ações.

A organização e a oferta da Proteção Social Básica serão realizadas diretamente pelos Centros de Referência a Assistência Social – CRAS, unidade pública estatal, localizados em territórios de vulnerabilidade social.

O CRAS, segundo a PNAS, funciona como porta de entrada do SUAS e é o responsável pelo desenvolvimento do “Programa de Atenção Integral às Famílias”<sup>60</sup> (BRASIL, 2005a, p. 36).

O SUAS irá eleger a família como o principal foco de suas ações. Compreende a família como o primeiro lócus de sociabilidade do indivíduo, mediadora desse sujeito com a coletividade e que quando inserida em conjunturas adversas, acaba assumindo diferentes papéis, correndo o risco de se tornar frágil diante as transformações societárias. Tendo em vista a situação de vulnerabilidade que a mesma possa se encontrar, entende que a sua proteção se faz essencial:

Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de Assistência Social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. (BRASIL, 2005a, p. 40-41).

Para efetivação da matricialidade sócio-familiar, a política de assistência traz um novo entendimento sobre o conceito de família, reconhecendo as transformações ocorridas na sociedade que influenciaram mudanças na vida privada das famílias, considerando que estas, inseridas em um contexto de vulnerabilidade, tiveram que promover mudanças para se tornarem minimamente sustentáveis. Em seu texto, a PNAS problematiza tais mudanças:

Pesquisas sobre população e condições de vida nos informa que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionados à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudanças de valores e à liberalização dos hábitos e costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societário, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. Dentre essas mudanças pode-se observar um enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), além dos processos de empobrecimento acelerado e da desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios (BRASIL, 2005a, p. 41-42).

---

<sup>60</sup> Esse programa na atualidade é ofertado em forma de serviço pelo CRAS e se chama Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif).

A política de assistência de 2004 irá compreender a família considerando tais mudanças e superando a visão clássica em torno da mesma: “Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos afetivos, e, ou, de solidariedade.” (BRASIL, 2005a, p. 41).

A política, ainda, reconhece os desafios da efetivação da matricialidade sócio-familiar, uma vez que considera a complexidade das questões que permeiam as relações familiares e a relação que esta estabelece com a sociedade. O que exige por parte do Estado, um trabalho intersetorial com outras políticas públicas. Cita a importância da articulação com as políticas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação e outras, a fim de realizarem um trabalho de qualidade com as famílias:

A efetivação da Política de Assistência Social, caracterizada pela complexidade e contraditoriedade que cerca as relações intrafamiliares e as relações da família com outras esferas da sociedade, especialmente do Estado, colocam desafios tanto em relação a sua proposição e formulação quanto à sua execução. (BRASIL, 2005a, p. 42).

Existe um debate em torno da centralidade da família nas políticas sociais brasileiras. Miotto (2009, p. 136) explica que ao eleger a família centro das ações nas políticas sociais, fica demonstrado o tipo de proteção social que o Estado brasileiro tem optado em suas políticas públicas (principalmente na saúde e assistência social), o modelo do familismo:

O familismo, ao contrário, está presente nos sistemas de proteção social “em que a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (Esping Andersen, 1991, p. 5). Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado.

Essa escolha dá-se em um contexto neoliberal, na qual os organismos internacionais orientam aos países em desenvolvimento adotarem a reedição da “[...] tese liberal do Estado Mínimo e o mercado enquanto instância reguladora da vida social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, apud MIOTTO, 2009, p. 138), como forma da livre expansão do mercado e o aquecimento de suas economias.

Essa perspectiva adotada pelas políticas sociais de valorização do seio

familiar como forma de fortalecimento e autonomia de seus membros é uma escolha estratégica de desresponsabilização do Estado perante as vicissitudes imanentes da sociedade capitalista, que incorrem na família:

Dessa maneira, dilui-se a responsabilidade coletiva da proteção social e recoloca-se em cena a tese da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar, que De Martino (2001) denomina de “neo-liberalismo familiarista”. Ou seja, a crise do Estado de Bem Estar implicou na adoção de uma “solução familiar” para a proteção social, quando se caminhou para a redução da dependência em relação aos serviços públicos e para a “redescoberta” da autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades. (MIOTO, 2009, p. 139)

Como consequência, a família torna-se responsável pelo bem estar-social dos seus sujeitos, em uma conjuntura adversa de desemprego estrutural na qual seus membros tornam-se cada vez mais dependentes do mercado de trabalho para garantir a subsistência de todos.

Também como consequência desse modelo, a família pode se sentir culpada por não cumprir com seu “papel” de protetora e provedora, questão essa que deveria ser remediada pelo Estado social. Esse estigma, muitas vezes, é reforçado por meio das intervenções dos trabalhadores das políticas públicas:

O incremento da ideia da família como centro de proteção e com ela o amplo desenvolvimento do voluntariado, das entidades não-governamentais e do delineamento de “novas profissões” no interior das políticas sociais, inclusive nas públicas, vai favorecer não só a reativação exponencial da ideia liberal da responsabilidade da família em relação a provisão de bem estar, como também a reativação de práticas disciplinadoras tão comuns nos séculos anteriores, principalmente em relação as famílias pobres. (MIOTO, 2009, p. 141).

Além da questão da família, também é importante realizarmos uma reflexão a respeito da intersetorialidade, uma vez que este princípio está posto na PNAS como uma de suas funções.

No entanto, ao refletirmos sobre esta questão, verifica-se que a intersetorialidade deveria ser uma característica presente em toda e qualquer política pública, uma vez que para solucionar uma demanda social e viabilizar um direito social, as políticas necessitam articular-se e estabelecer relações a fim de garantirem proteção aos sujeitos, visto que as demandas vindas da questão social são complexas e multifacetadas:

[...] o sujeito alvo dessas políticas não se fragmenta por suas demandas e necessidades que são muitas e heterogêneas. Estamos tratando das condições de pobreza e vulnerabilidade que afetam múltiplas dimensões de vida e de sobrevivência dos cidadãos e de suas famílias. (YASBECK, 2014, p. 97).

Nesse sentido, Sposati (2009, p. 45) defende:

[...] a intersectorialidade é tão substantiva para a Assistência Social como é para as demais políticas, ao se considerar que nenhuma delas guarda resolutividade para si mesma. Deve ser, então, construída, uma relação de complementariedade entre as políticas.

Outra discussão importante trazida pela PNAS é o conceito de territorialidade, sendo este um dos sub-sistemas do Sistema Único de Assistência Social.

A vertente territorial ganha significado importante na política. Irá direcionar as ações socioassistenciais a partir das particularidades dos municípios. Para análise do território, a PNAS considerará conceitos utilizados por Milton Santos que analisa a cidade a partir dos “atores que dela se utilizam” (BRASIL, 2005a, p. 43). Compreende que para as ações socioassistenciais se realizarem é necessário compreender, juntamente com a densidade populacional da cidade, a dinâmica social do espaço, observando assim, as desigualdades sociais dos territórios:

Considerando a alta densidade populacional e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes entre seus 5.561 municípios, a vertente territorial faz-se urgente e necessária na Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridade de serviço, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (BRASIL, 2005a, p. 43).

Koga citada na PNAS (KOGA, 2003 apud BRASIL, 2005a, p.45) reflete que o termo territorialidade, significa a forma como o homem faz uso e se apropria da terra. Explica que nesta dimensão, do território, tem-se uma perspectiva da totalidade da questão social. Nas relações construídas pelos homens nos territórios em seu cotidiano, encontra-se também a dimensão subjetiva do sujeito (sofrimentos, desejos, expectativas). Portanto, discutir o território é discutir os indivíduos que nele vivem e vivenciam a sua cotidianidade. É discutir inúmeras expressões da questão social sofridas pelos sujeitos.

Em relação aos pobres da cidade, Koga (2011) utiliza os estudos sobre

território do geógrafo Milton Santos que reflete sobre o processo de politização dos sujeitos que se dá a partir das expressões da questão social, vivenciadas e sofridas em sua cotidianidade: “[...] acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro.” (SANTOS, 1997, p.261 apud KOGA, 2011, p. 55). Ainda:

[...] trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência de consumo político, carência de participação e cidadania [...] o consumo imaginado, mas não atendido – essa “carência fundamental” no dizer de Sartre – produz um desconforto criador. O choque entre a cultura objetiva e cultura subjetiva, torna-se instrumento de produção de uma nova consciência (SANTOS, 1997, p.261 apud KOGA, 2011, cap. 2 p. 55).

Porém importante problematizar a perspectiva do território na política para que este princípio não estereotipe territórios de pobreza, reforçando os guetos e as imagens construídas pela sociedade que implicam no relacionamento dos grupos e classes sociais no uso das cidades e dos espaços (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 52):

A participação popular pode assumir um caráter restrito, pontual e instrumental se ficar circunscrita aos territórios de proximidade dos serviços socioassistenciais, podendo levar à despolitização e isolamento dos indivíduos e grupos sociais, distantes da inserção crítica e ativa que devem ter na esfera pública da cidade e nas relações societárias mais amplas.

Também como nos lembra Couto et al. (2011, cap. 2), importante que fique claro que a origem da vulnerabilidade e do risco, vindos de um território, não está na localidade, mas de algo que é estrutural, ou seja, das contradições entre capital e trabalho que produzem a questão social. Sendo assim,

É preciso lembrar que muitas situações de vulnerabilidade e risco social são determinadas pelos processos de produção e reprodução social, sendo uma condição coletiva vivenciada por amplo conjunto de trabalhadores, a partir das clivagens da classe social a que pertencem. (COUTO et al., 2011, cap. 2, p. 53).

Junto com o conceito de território a PNAS traz também o da descentralização política administrativa, conferindo aos municípios autonomia de ação na efetivação da política em seu território, sendo este o responsável por

coordenar, formular e co-financiar os serviços e programas de assistência social:

Descentralização efetiva com transferência de poder de decisão, de competências e de recursos, e com autonomia das administrações dos micros espaços na elaboração de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologias, formulação, implementação, execução, monitoramento, avaliação e sistema de informação das ações definidas, com garantias de canais de participação local. Pois, esse processo ganha consistência quando a população assume papel ativo na reestruturação. (BRASIL, 2005a, p. 44).

Enfatiza o trabalho em rede no território como uma forma de superar a fragmentação e focalização das ações assistenciais que historicamente predominaram no trabalho da assistência. Pauta, portanto, as ações socioassistenciais a partir da articulação em rede com os serviços e as outras políticas, com o olhar para a realidade dos sujeitos no território, o que requer ações integradas, devido à complexidade que se apresenta a questão social nos territórios de vida:

Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. (BRASIL, 2005, p. 44-45).

A PNAS organiza a sua rede socioassistencial de acordo com a realidade do território (suas diversidades e especificidades), com a capacidade de gerenciamento e de arrecadação do município, de acordo com a modalidade de proteção que necessitará afiançar (básica e/ou especial<sup>61</sup>), com o número potencial de usuários que dela irá requerer proteção, entre outros.

Assim, a rede de proteção social básica e especial (os serviços socioassistenciais), será organizada de acordo com o porte do município e com as demandas apresentadas a estes frente a sua realidade territorial.

Em vista do que foi exposto, analisa-se que a PNAS e sua forma de

---

<sup>61</sup> A proteção social especial, segundo a PNAS 2004, são os serviços de atendimento sócio-assistenciais que possuem como público-alvo famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social: “[...] por ocorrência de abandono, maus trato físicos e ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, de trabalho infantil, entre outras.” (BRASIL, 2005a, p. 37).

materialização por meio do SUAS concretiza uma nova perspectiva na política de assistência social brasileira.

Pela análise da política feita nesse estudo, verifica-se que sua efetivação está permeada de possibilidades, desafios e contradições.

Desafios esses que ainda convivem, como revelado por Couto et al. (2011, cap. 2, p. 260) em sua pesquisa sobre a implantação do SUAS no Brasil,<sup>62</sup> “[...] cotidianamente com referenciais da cultura patrimonialista, tecnocrática e clientelista”, sendo esta questão recorrente na política pública de assistência social e que necessita ser desconstruída diariamente pelos trabalhadores do SUAS junto com a população usuária dessa política, tensionando o poder local, questionando as visões arcaicas que ainda insistem em enquadrar a política de assistência social no seu antigo retrato de política da ajuda, do improvisado, relegada a um segundo plano.

### *3.2.1.1 O trabalho do assistente social no SUAS: reflexões frente à função pedagógica emancipatória do Serviço Social*

Para uma reflexão sobre a dimensão educativa do Serviço Social na perspectiva emancipatória no contexto de trabalho do profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), primeiramente é importante pontuarmos uma discussão a respeito do trabalho do assistente social na política de assistência social.

Como já exposto, o Estado nas políticas públicas de um modo geral e na atualidade - com a reestruturação produtiva do capital -, tem exercido um papel de assegurar a manutenção do sistema capitalista através de mecanismos que favoreçam a sua acumulação.

A crise do capital emergida nos anos 1970 reorganizou as funções do fundo público do Estado. As mudanças emergidas nesse processo incidiram no redimensionamento da relação entre sociedade civil e Estado.

Na década de 1990, organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), orientarão a política econômica dos países em desenvolvimento - que mantinham dívidas externas com o capital internacional – a

---

<sup>62</sup> Em seu livro Couto et al. (2011, cap. 2, p. 16) faz um retrato sobre a implantação do SUAS no país. A investigação se dá em sete estados brasileiros, totalizando uma análise em 41 municípios. A pesquisa objetivou “dimensionar possíveis contribuições, entraves e dificuldades para o avanço da Política de Assistência Social no Brasil.”

fim de assegurarem a reprodução do capital nesses espaços, assim como a dependência de suas economias.

As políticas públicas serão estruturadas a partir dessas bases. Assim, o sistema de proteção social do país, apesar dos seus alicerces legais reforçarem uma política social universal com perspectivas à cidadania, terá como pressupostos mecanismos neoliberais: “[...] focalização na pobreza extrema; privatização das políticas sociais; centralidade nos programas de transferência de renda; e regressividade tributária.” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010, p. 212-213).

Submetido à lógica do capital financeiro, o cenário de trabalho do assistente social no SUAS - por mais que esteja sob orientação de uma nova política, com uma nova racionalidade -, será mediado pelo contexto das medidas neoliberais que acarretarão na: desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais postas ao profissional; precarização do trabalho profissional nas diversas áreas de atuação que compõem a política de assistência; fortalecimento e ao mesmo tempo controle por parte do Estado do terceiro setor;<sup>63</sup> seletividade na inclusão das famílias em programas, projetos e serviços; maior responsabilização do indivíduo e da família e desresponsabilização do Estado frente as expressões da questão social; e a priorização de um trabalho técnico e produtivo em detrimento de um trabalho educativo e político (ALMEIDA; ALENCAR, 2011; BEHRING; BOSCHETTI, 2010; PEREIRA; SIQUEIRA, 2010; MIOTO, 2009; COUTO et al., 2011).

É sob esse cenário contraditório que se insere o trabalho do assistente social nas políticas públicas na atualidade: a política de assistência social construída sob bases constitucionais numa perspectiva de garantia de direitos e dever do Estado, porém alicerçada na reedição do liberalismo do Estado em políticas neoliberais.

A política pública de assistência social assumirá nesse cenário uma funcionalidade voltada a atender aos interesses do capital, por meio dos programas compensatórios e residuais (os programas de transferência de renda), numa

---

<sup>63</sup> Sobre esse quadro, Couto et al. (2011, cap. 2, p. 61) em seu trabalho que mapeia a realidade do SUAS em 47 municípios brasileiros, relata que: “as questões que envolvem as condições, relações e gestão do trabalho ganham maior complexidade quando se considera que grande parte dos serviços, programas e projetos é prestada por entidades privadas que integram a rede socioassistencial nos territórios de abrangência do CRAS e CREAS.”

perspectiva de políticas de “ativação para o trabalho” (BOSCHETTI, 2016, p. 171), consistindo em:

[...] reduzidos valores dos benefícios monetários, insuficientes para a reprodução da vida, nas exigências às vezes vexatórias de condicionalidade e contrapartidas, na criação de uma cultura crítica aos direitos, transmutados em “ajuda” e que alimentam as famosas defesas de “porta de saída” dos benefícios, no estabelecimento de critérios burocráticos e restritivos que reduzem o escopo dos beneficiários. [...].(BOSCHETTI, 2016, p. 171).

A reestruturação produtiva do capital implicará também na demanda posta ao assistente social. O profissional atuará sob o contexto de acirramento da questão social e de desmobilização da classe trabalhadora o que resultará em uma complexa demanda social em sua intervenção profissional, frente a um trabalho precarizado oferecido pela proteção social no país.

Ainda problematizando sobre a atuação do assistente social no SUAS, ao vender sua força de trabalho, o mesmo não disporá de todos os meios necessários à realização do seu trabalho e será submetido aos critérios da empresa empregadora. Uma vez que o espaço sócio-ocupacional é quem lhe fornece os meios, recursos e prioridades de trabalho que variará de acordo com o projeto societário defendido pelo Estado.

Ao ser contratado pelo Estado, o assistente social entrará na esfera da alienação, no circuito do valor. Venderá sua força de trabalho ao Estado e dele dependerão suas condições de trabalho.

Por esse contexto podemos compreender as determinações que incorrem no processo de trabalho do assistente social na política pública de assistência, podendo resultar em respostas profissionais, atribuições e competências profissionais.

Uma autonomia, portanto, relativa, configurada pelas condicionantes externas (relativas às forças políticas) e também pelas condicionantes inerentes ao trabalho abstrato.

Diante desse contexto, ressalta-se a importância do profissional em elaborar posicionamentos de enfrentamento à situação posta por meio dos fundamentos teóricos e metodológicos da profissão e através de todo o arsenal que a categoria acumulou e tem construído na perspectiva do projeto ético-político profissional.

Sobre a autonomia profissional, lamamoto (2009, p. 8) problematiza:

A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

Ao ser mediado pelo trabalho assalariado, o assistente social torna-se mercadoria e passa a ser atravessado pelos ditames do valor de troca, na qual reifica as relações de cunho capitalista - de venda da força de trabalho, de precarização do trabalho, baixos salários, submissão a uma forma de trabalho na qual o profissional não coaduna, alta produtividade, exploração, enfim, formas de trabalho que perpassam a profissão do assistente social e também a condição da classe trabalhadora com a qual o profissional atua e defende.

E essa situação – da subsunção do trabalho no seu sentido concreto pelo trabalho abstrato por meio do assalariamento - ocorre em qualquer espaço de trabalho onde estiver atuando, seja no Estado, no terceiro setor ou na esfera empresarial.

Por outro lado, como resgata lamamoto (2009, p. 4), os espaços ocupacionais também possuem uma perspectiva superadora da ordem burguesa, não somente reprodutora dessa sociabilidade: “Em síntese, importa reconhecer o fio contraditório que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho profissional, como lente privilegiada para a leitura dos espaços ocupacionais.”

Esse fio contraditório dos espaços de trabalho ganha perspectivas históricas quando o profissional resgata as qualidades do seu trabalho teleológico, impresso em seu projeto ético-político profissional. É por esse canal, por meio dessa perspectiva que se insere o trabalho do assistente social com vistas a uma pedagogia emancipatória junto à população.

A política de assistência social é reprodutora da classe trabalhadora espoliada que se refaz por meio dos subsídios monetários obtidos não mais por benemerência, mas como um direito à segurança de renda. Porém, a política, por

meio da ação pedagógica do assistente social, infere na subjetividade da classe trabalhadora, que é dotada de razão crítica. E é por meio dessa razão crítica que o profissional poderá estabelecer junto aos sujeitos, mediações e novas concepções.

É por esse fio condutor, pela instrumentalidade profissional – “[...] uma propriedade que a profissão adquire no interior das relações sociais no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.” (GUERRA, 2000, p. 1) - que o assistente social em sua intervenção, embasado por uma razão crítica, poderá estabelecer ações que coadunem com seus objetivos profissionais, questionando junto aos usuários da política as situações vigentes, vislumbrando novas possibilidades e a garantia de direitos.

A política de assistência social consubstancia não somente direitos relativos à renda e à sobrevivência, mas também supõe segurança de acolhida, que pressupõe realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, aquisições sociais e educativas (COUTO et al, 2011, cap. 2, p. 43).

Nesse sentido, a dimensão educativa do Serviço Social numa perspectiva emancipatória, infere na subjetividade do sujeito, podendo provocar pequenas mudanças no sentido de construir novos olhares que sintonizem com o projeto ético-político profissional e com a ampliação da cidadania<sup>64</sup>.

Explorar contradições é disputar espaços e lutar pela hegemonia, é buscar construir a contra-hegemonia; é reconhecer que a realidade é constituída de elos indissociáveis e, que, portanto, embora não apareça no imediato, toda ação terá implicações na totalidade, porque as conexões que existem entre as realidades diferentes criam unidades contraditórias. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 198).

Seja por meio de informações prestadas em uma acolhida ou em um trabalho sistemático em reuniões socioeducativas. Como exposto por Behring e Boschetti (2011), é possível realizar ações e intervenções que visem processos emancipatórios, flexionando sempre as questões individuais dos usuários para o

---

<sup>64</sup> A concepção de cidadania trazida vai ao encontro da concepção compreendida por Behring e Boschetti (2011, p. 196). Uma cidadania que pressupõe a superação de sua compreensão na sociedade burguesa: “[...] universalização do acesso aos direitos [...]; qualificação legal e legitimação das políticas sociais como direito [...]; orçamento redistributivo [...]; de modo a onerar o capital e desonerar os trabalhadores, tornando os direitos sociais redistributivos; estruturação radicalmente democrática, descentralizada e participativa, de modo a socializar a participação política.”

campo da totalidade, na luta coletiva pelos direitos sociais e de fortalecimento da classe trabalhadora.

Nesse sentido, Abreu (2011a), faz uma crítica em relação ao uso da teoria do empowerment<sup>65</sup> do sujeito pelas políticas neoliberais, defendendo que essa deveria ser empregada de modo a fortalecer o sujeito, na busca de sua perspectiva histórica, de forma que o posicione diferentemente na relação de poder com o Estado. Um empoderamento - termo esse muito subutilizado na política pública de assistência social -, que busque por uma cidadania para além da sociedade burguesa:

A referida proposta apresenta-se como articuladora de forças no sentido da mobilização do poder dos usuários face a ação de desresponsabilização do Estado, cuja contextualização deve projetar-se a partir de relações sociais mais gerais e complexas, evitando fragmentações e vitimizações dos dominados, consideradas redutoras de sua “cidadania” e um retorno histórico em relação à própria modernidade. (ABREU, 2011a, p.211).

Também Abreu (2011a, p. 213-214) reflete sobre o processo de publicização que pode ser realizado pelo profissional com vistas a uma pedagogia emancipatória.

Por meio da publicização (divulgação e debate crítico da informação), é possível que se realize uma intervenção profissional objetivando a politização dos sujeitos em vistas à garantia das necessidades sociais e na perspectiva de reconstrução das relações Estado/sociedade civil por meio da disputa do fundo público do Estado.

Isso implica em uma intervenção que contextualize o cenário atual, através de reflexões críticas, visando à mobilização e participação dos sujeitos nas políticas sociais e na apropriação dos espaços públicos, a fim de que o Estado caminhe na defesa das necessidades das classes subalternas frente à questão social.

---

<sup>65</sup> Autora relata que essa perspectiva poderia ser canalizada para uma perspectiva emancipatória: “[...] na medida em que apresenta um possível conduto de politização dos usuários em relação a sua realidade de vida e serviços institucionais e busca alterar a qualidade dos mesmos, mais do que isso, como alternativa de fortalecimento de segmentos das classes subalternas na perspectiva de alteração da correlação de forças a seu favor e de resistência política.” (ABREU, 2011a, p. 212). Entretanto, autora salienta que essa perspectiva tem considerado a autonomia do sujeito rendida a uma perspectiva neoliberal: “[...] a tendência predominante apontada no discurso profissional parece colocar o processo de autonomia e independência do sujeito, circunscritos nos parâmetros materiais e políticos-ideológicos das saídas privatistas e corporativistas impostas pelas políticas sociais do Estado neoliberal.” (ABREU, 2011a, p. 212).

Por fim, reconhece-se que a política de assistência social em uma perspectiva da totalidade, está situada nessa contradição de política de assistência social x trabalho, posta pelas estratégias neoliberais. No entanto, por mais que seja contraditória, ela tem sido necessária historicamente e requisitada pelas classes sociais.

Nela se inserem os assistentes sociais, intelectuais orgânicos, que atuam com a classe mais espoliada da sociedade, capazes - através da dimensão educativa na perspectiva emancipatória -, de desmistificar situações, socializar conhecimentos, articular e trazer novas referências junto aos usuários, com vistas à concretização dos interesses das classes subalternas.

## **CAPÍTULO 4**

### **A EXPRESSÃO DA DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nesse capítulo serão construídas as análises e sínteses feitas a partir das categorias emergidas na pesquisa de campo.

Assim, pretende-se fazer um encontro com a realidade: analisar a compreensão do assistente social acerca da dimensão educativa em seu trabalho realizado nos Centro de Referência de Assistência Social e como está dimensão tem se materializado, sob quais perspectivas.

De acordo com os objetivos específicos desse trabalho será analisado nesse capítulo: a compreensão do assistente social acerca da dimensão educativa no trabalho realizado nos respectivos CRAS do estado de São Paulo; como o assistente social materializa a dimensão educativa em seus trabalhos nos CRAS; e como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta a dimensão educativa do assistente social no CRAS (segundo a perspectiva do sujeito, o assistente social).

Porém antes de aprofundarmos a pesquisa de campo, será compreendido o trabalho do assistente social, segundo a PNAS, no CRAS.

#### **4.1 O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): contextualizando a pesquisa de campo**

O universo da pesquisa de campo escolhido para compreender a materialização da dimensão educativa do Serviço Social no trabalho do assistente social foi o CRAS, unidade estatal situada em territórios de vulnerabilidade social, porta de entrada da política pública de assistência social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social de 2004, o CRAS é a unidade responsável pela proteção social básica do município atuando na gestão da rede dos serviços socioassistenciais, objetivando prevenir situações de vulnerabilidade e risco sociais.

Ainda segundo a PNAS, são responsabilidades da equipe do CRAS:

[...] prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. (BRASIL, 2005a, p. 35).

De acordo com as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o CRAS (BRASIL, 2009)<sup>66</sup>, os princípios que norteiam os trabalhos no CRAS são o da matricialidade sócio-familiar e da territorialidade.

Pelo primeiro, compreende-se que a família e seus membros precisam ser protegidos, sendo promovidas ações que visam à prevenção de situações de risco por meio de informações, acesso a direitos, dentre outras atividades. O documento cita como exemplo da materialização desse princípio, o trabalho de proteção ao idoso realizado através de discussões e reflexões sobre seus direitos e modo de vida:

Um bom exemplo dessa premissa é a realização de uma ação preventiva de negligência e maus-tratos a idosos: promover atividades informativas e de sensibilização sobre os direitos somente dirigidas aos idosos é fundamental para o reconhecimento e acesso a direitos. Todavia, se os cuidadores, filhas (os) e netas (os) dos idosos também não forem contemplados por essa ação preventiva, dificilmente esta terá o êxito esperado. (BRASIL, 2009, p. 12).

Pelo princípio da territorialidade, destaca-se que nos espaços de vida pode ser feita uma leitura sobre as expressões da questão social vivenciada pela população, em relação, por exemplo, aos acessos que estes possuem ou não a determinados serviços essenciais às suas necessidades.

Retomando as funções do CRAS, é sua responsabilidade a gestão territorial da proteção social básica. Sendo assim, segundo o MDS (BRASIL, 2009), esta unidade necessita desenvolver ações que visem à articulação da rede socioassistencial a fim de promover o acesso da população aos serviços, benefícios e programas.

Além de promover a integração dos serviços, o CRAS necessita organizar as funções da rede de proteção conveniada. Os serviços e programas de proteção social básica da rede devem ter o CRAS como referência e estar vinculados e alinhados ao Sistema Único de Assistência Social.

Para tanto, foi pactuado o “Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência

---

<sup>66</sup> Para melhor compreensão das funções do CRAS, além da PNAS de 2004, foram analisados dois documentos construídos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: “Orientações Técnicas: Centro de Referência Assistência Social – CRAS” (BRASIL, 2009) e “Cadernos de Orientações. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Articulação necessária na Proteção Social Básica” (BRASIL, 2016). Ambos disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Social – SUAS” (BRASIL, 2009, p. 24), com a estratégia de integração de benefícios, programas e serviços. Sendo assim, os usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos programas de transferência de renda, podem acessar também os serviços socioassistenciais ofertados no CRAS e na rede de serviços. Desta forma, poderão ser garantidos outros direitos (de convivência) além da renda e sobrevivência:

A gestão integrada é uma estratégia para qualificar e potencializar o impacto dos benefícios assistenciais, transferência de renda e dos serviços do SUAS, pois vincula segurança de renda às seguranças de convívio familiar, comunitário e de desenvolvimento da autonomia previstas na Política Nacional de Assistência Social, de modo a materializar os direitos socioassistenciais. (BRASIL, 2009, p. 24)

Ainda sobre a gestão do CRAS, este é responsável pela articulação intersetorial das políticas públicas e pela busca ativa. A respeito desta última, o MDS define que:

[...] é uma importante ferramenta de proteção social, pois disponibiliza informações sobre o território, essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Básica, por meio da identificação de vulnerabilidades e potencialidades, permitindo assim compreender melhor a realidade social, para nela atuar. (BRASIL, 2009, p. 21).

Além da gestão territorial desenvolvida pelo CRAS, cabe a esta unidade a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Conforme o documento produzido pelo MDS (BRASIL, 2016, p. 12), que consiste:

[...] no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho social continuado do PAIF deve utilizar ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço.

Sobre os termos utilizados pelo PAIF, o “fortalecimento” da família, por exemplo, é no sentido de prevenir e anteceder situações de risco que possam atingi-las.

Em relação à função protetiva da família, a cartilha do MDS explica que a família é um espaço de cuidado e proteção. Lugar de “[...] aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento, mas sem perder

de vista que ela pode também configurar um espaço de reprodução de desigualdade e de violência.” (BRASIL, 2016, p. 12)

Outro tema muito utilizado pelo PAIF e evidenciado na cartilha é que por meio das ações realizadas com as famílias visa-se o “desenvolvimento das potencialidades” das mesmas. O documento explica que o assistente social no PAIF:

[...] atua também no “desenvolvimento de potencialidades”, a partir do reconhecimento de que ninguém está desprovido de tudo: uma família que está sobrevivendo na vulnerabilidade detém ativos importantes. Nessa direção, é preciso identificar e fortalecer os recursos disponíveis das famílias, suas formas de organização, participação social, sociabilidade e redes sociais de apoio, entre outros, bem como dos territórios onde vivem. (BRASIL, 2016, p. 12).

As ações do PAIF podem se materializar de forma individual ou coletiva, através dos seguintes instrumentais técnico-operativos: “[...] acolhida, ações particularizadas, encaminhamentos, oficinas com famílias<sup>67</sup> e ações comunitárias<sup>68</sup>.” (BRASIL, 2016, p. 12).

As práticas em grupo, segundo o trabalho social previsto no PAIF, consistem em realizar um trabalho coletivo com as demandas percebidas nos atendimentos individuais e que possam ser socializadas e trabalhadas em grupo. Uma vez que essas demandas: “[...] são também reflexos de uma vivência coletiva, ou seja, que perpassam aspectos culturais, relacionais, entre outros [...].” (BRASIL, 2016, p. 22).

Além do PAIF, pode ser executado no CRAS<sup>69</sup> o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (CSFV), o qual visa acompanhar as vulnerabilidades em decorrência aos ciclos de vida. O trabalho realizado neste serviço é organizado em formas de grupo a fim de “[...] ampliar as trocas culturais e de vivências entre os

<sup>67</sup> Segundo o documento MDS (BRASIL, 2016, p. 13) “As oficinas com famílias têm por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção a riscos (Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 2)”

<sup>68</sup> Sobre as ações comunitárias, a cartilha do MDS (BRASIL, 2016, p. 13), explica que: “São ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum. (Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 2).”

<sup>69</sup> Segundo MDS (BRASIL, 2016) além de poder ser ofertado no CRAS, o CSFV pode ser ofertado nos Centros de Convivência da administração pública ou nos Centros de Convivência das organizações ou entidade de assistência social.

usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade.” (BRASIL, 2016, p. 12). São grupos de jovens, crianças, idosos e adolescentes.

Dentre a relação de atribuições do assistente social em seu trabalho no CRAS trazido pelo documento do MDS (BRASIL, 2009, p. 63), destaca-se: atendimento a população por meio de acolhida, atendimento particularizados, visitas domiciliares, atividades coletivas, encaminhamentos a rede sociossistencial e intersetorial; implantação do PAIF e trabalho social com as famílias; apoio técnico aos profissionais da rede que desenvolvem o CSFV; desenvolvimento do CSFV; busca ativa; acompanhamento das famílias que estiverem em descumprimento com as condicionalidades dos programas de transferência de renda; e reuniões técnicas com a equipe.

Reflete-se que as competências técnicas do assistente social na política, devem seguir, sobretudo, os direcionamentos do Código de Ética Profissional de 1993, as atribuições colocadas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei N. 8.662/1993), as matrizes teórico-metodológicas do Serviço Social, enfim, os elementos que compõem o projeto ético-político profissional.

Os comandos da política de assistência social através de cartilhas, documentos e orientações vindas dos gestores locais, precisam ser decodificados, peneirados com olhar crítico, para que o profissional não incorra nas armadilhas institucionais e realize um trabalho que remonte à psicologização da questão social e culpabilização das famílias em relação a sua condição.

Em uma leitura rápida desses documentos – somente analisados aqui, de forma breve, o de 2009 e 2016 -, percebe-se como a discussão da questão social fica aquém da sua complexidade. Podendo em uma análise simplista - no contexto da imediatividade do trabalho assistente social no CRAS -, concluir-se que a família é uma das grandes responsáveis pelo bem estar e proteção de seus membros e que esta possui potencialidades para sair das situações de pobreza por seus próprios esforços, com o auxílio de profissionais.

Dado que estes documentos não analisam com profundidade a origem das situações de riscos e vulnerabilidades sociais em uma perspectiva de totalidade - imersa no contexto histórico de luta das classes sociais, reestruturação do capital e de disputa do fundo público do Estado.

Ainda, pelas atribuições postas ao profissional em vista aos objetivos do PAIF e do CSFV, fica a sensação de que o profissional teria condições e capacidade

de romper com os ciclos de vulnerabilidades ou que a política de assistência social possui essa condição. O debate sobre o papel do Estado nessa questão fica muito a desejar.

É importante que o trabalhador do SUAS compreenda realmente o alcance dessa política, assim como a complexidade das expressões da questão social, que requer políticas sociais amplas. É imprescindível ao assistente social orientar-se pelo projeto ético-político profissional e pelos fundamentos teóricos do Serviço Social. Nesse sentido o CFESS em documento que analisa as atribuições dos assistentes sociais no SUAS, reflete:

[...] é fundamental que os/as trabalhadores/as envolvidos/as na implementação do SUAS tenham clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo hercúleo e inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social. Essas são situações que devem ser enfrentadas pelo conjunto das políticas públicas, a começar pela política econômica, que deve se comprometer com a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza .(CFESS, 2011, p. 8).

## **4.2A expressão da dimensão educativa no CRAS**

Durante as entrevistas e o grupo focal, foi utilizado um roteiro com perguntas orientadoras que nortearam toda a discussão. Foi utilizado um gravador para melhor coletar os dados. As conversas foram transcritas e depois tratadas.

Buscou-se na análise das mesmas, expor as discussões de acordo com as perguntas orientadoras, sendo agrupadas pelas categorias inerentes a essas perguntas, apresentando o desenvolvimento da reflexão dos participantes da pesquisa de campo, relacionando ao que se pretendeu investigar nesse trabalho, numa reconstrução do real embasado em uma síntese teórica.

### **4.2.1 Compreensão do tema pelos participantes da pesquisa**

Para compreender como a dimensão educativa tem se materializado no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais do CRAS, inicialmente foi analisado o significado da temática junto aos participantes da pesquisa, verificando os seus primeiros pensamentos quando se reflete o significado da dimensão educativa do Serviço Social.

Considerou-se importante antes de ser analisado como essa se manifesta nos CRAS, compreender o significado dessa categoria para os profissionais, visto a pouca produção teórica e debate a respeito da mesma e por se confundir os trabalhos socioeducativos realizados com procedimentos coletivos, como reuniões e grupos socioeducativos, com a dimensão educativa do Serviço Social que é muito mais ampla e complexa.

Assim, a participante A reflete:

Me vem coisas muito amplas [...] eu vejo o assistente social como educador que vai orientar sobre uma documentação, sobre um direito, sobre um dever [...] É explicar sobre o benefício do INSS, sobre bolsa família, programa de transferência de renda, então assim, é bem amplo. (Assistente Social A, CRAS 1).

Já o participante B pondera:

É o trabalho que a gente faz em nossa intervenção, nas expressões da questão social que recebemos no dia-a-dia do nosso serviço. Conforme a situação da expressão da questão social, a gente vai intervir ajudando a solucionar, dando orientação, atendendo no que for possível. (Assistente Social B, CRAS 2).

Assim, os participantes A e B analisaram que essa dimensão se realiza no trabalho do assistente social em diversas intervenções realizadas pelo profissional, ressaltando principalmente a questão da orientação, como instrumento utilizado para viabilizar essa função do assistente social.

A Assistente Social C<sup>70</sup> apontou que o primeiro pensamento que lhe ocorre é o Código de Ética profissional, como um norte que orienta suas ações:

[...] me vem sempre o Código de Ética, porque eu acho que o Código Ética do Serviço Social é uma forma de educação. Ele é o nosso norte para que a gente possa conduzir o trabalho, no tratamento com o usuário. [...]. (Assistente Social C, CRAS 2).

As assistentes Sociais do CRAS de médio porte associaram de imediato a dimensão educativa com as técnicas de trabalho coletivos realizados nos CRAS:

[...] me vem em mente primeiramente, o grupo. No meu caso eu trabalho com o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos [...] Então a primeira coisa que eu entendo quando eu escuto essa frase é o grupo de fortalecimento de vínculos. (Assistente Social D, CRAS 3).

---

<sup>70</sup> O artigo “a” que acompanha “assistente social” está sendo empregado porque todos os participantes entrevistados na pesquisa de campo são mulheres assistentes sociais.

Para mim o trabalho socioeducativo mesmo. A dimensão educativa para mim também é uma coisa nova, em relação ao termo, mas me vem o trabalho socioeducativo pensando nos grupos também. (Assistente Social E, CRAS 3).

Problematizando com as profissionais como essa dimensão se expressa em seu dia-a-dia de trabalho, citaram alguns exemplos demonstrando a forma como esta tem se materializado.

Assim, a profissional A indica que esta dimensão se revela ao orientar sobre um direito, ao facilitar um grupo com os sujeitos da política. A mesma pontua o momento da atuação em que o profissional é chamado a intervir nas necessidades materiais do sujeito (de sobrevivência) e também o momento no qual é necessário realizar uma intervenção mais subjetiva, de orientação:

Numa visita, você acha que a família tá passando por dificuldades, no sentido mais assistencialista [...] aí você vê que a pessoa precisa de uma orientação, sobre um direito, de como ela deve correr atrás de um benefício [...].

Por meio de várias práticas: é num grupo do Ação Jovem, num grupo do Renda Cidadã, num grupo do mutirão, é constantemente. (Assistente Social A).

A profissional B, em uma reflexão sobre a materialização dessa dimensão em sua prática, fez um contra ponto entre as demandas que chegam ao CRAS de forma espontânea e os casos que ela consegue ter uma maior proximidade por meio dos grupos socioeducativos (dos programas de transferência de renda), em que, segundo a mesma, consegue realizar um trabalho preventivo:

[...] esses programas sociais são de suma importância. O governo precisa manter esse trabalho p/ realizarmos o trabalho com os jovens.<sup>71</sup> Na verdade por esses programas sociais a gente consegue fazer um acompanhamento (visita domiciliar, as entrevistas), vai conhecendo mais a situação da família, o que acontece com a estrutura familiar. Aí tem como você fazer um trabalho de prevenção. Se não, fica difícil. A gente tá aqui no atendimento, atendemos uma demanda aberta. Se não tiver esses programas, fica difícil dimensionar toda a situação. (Assistente Social B).

Nesse depoimento a assistente social C reflete que a dimensão educativa se expressa a partir da acolhida do usuário. Momento este, segundo a profissional, crucial para se estabelecer um vínculo com o sujeito. A partir daí cria-se uma relação

---

<sup>71</sup> Anterior a essa fala, a assistente social explicou que o Programa de Transferência de Renda Ação Jovem (do governo do estado de São Paulo) havia sido cortado do seu município de atuação e acreditava que o grupo socioeducativo atrelado a esse programa era um importante espaço (estratégico) para se aproximar dos adolescentes e realizar um trabalho preventivo em relação, por exemplo, ao uso abusivo de drogas.

de confiança onde o trabalho flui naturalmente. Também analisa que a forma como se faz esse acolhimento, ou seja, a postura ética profissional é decisiva para o trabalho que se queira desenvolver. Importante considerar uma tênue linha entre a questão do vínculo estabelecido com o usuário e o perigo de se incorrer em uma postura profissional a qual subalternize o sujeito de sua ação, pois dependendo da intenção profissional, a questão da “confiança” mencionada pode ser subentendida em negação de direito, em uma relação de autoridade e antiética. Porém, no caso, a profissional mencionou que essa confiança construída com o usuário está vinculada aos princípios do Código de Ética profissional:

Eu acho que a gente consegue colocar isso em prática a partir da acolhida, que é o primeiro passo que você tem com o usuário [...] a visita domiciliar, atendimento, relatório, esse convívio todo que o CRAS tem (com o usuário, com o fórum, etc) tudo isso materializa sim, mas, através da acolhida, em primeiro lugar, porque ali se estabelece um vínculo e principalmente a confiança que o usuário vai ter ou não, dependendo da forma que você o atende (de você se colocar no lugar do usuário). E você só consegue se colocar no lugar dele se você der acolhida. A partir daí a dimensão educativa flui naturalmente, porque o usuário começa a criar aquele vínculo de confiança e começa a se abrir com você. (Assistente Social C).

A assistente social D analisa que a dimensão educativa se manifesta principalmente nos grupos socioeducativos. E que seu sentido se amplia na relação de troca de conhecimentos entre os sujeitos do grupo, postura essa que faz emergir compromisso e maior participação entre os membros, visto o respeito que se estabelece e a relação de igualdade. Resultando, como demonstra a profissional, em uma maior aderência nos grupos:

O trabalho de convivência e fortalecimento de vínculos vai muito nessa direção: não só transmitimos alguma coisa, mas também recebemos. Entende-se aqui que as pessoas não são como as caixinhas que vamos jogando tudo lá dentro [...] entendemos que transmitimos, mas eles também passam muita coisa para gente [...] Eu noto que às vezes, eu aprendo mais, do que eu transmito.

[...] percebi que o grupo ficou muito mais rico quando eu passei a fazer uso do que eles me traziam durante os encontros. Então, noto a questão educativa mais nesse sentido: se você não entender que vai haver uma troca, não dará certo (grifo nosso).

[...] acho que o grupo só teve esse avanço - de pessoas que aderiram ao grupo -, por perceberem que aqui eles fazem parte e tudo o que eles trazem é absorvido e é utilizado para eles mesmos. (Assistente Social D, CRAS 3).

Já a assistente social E, em um contraponto com a colega do mesmo CRAS (a assistente social D que atua como facilitadora do grupo socioeducativo

relatado acima, aberto a todos os idosos referenciados no CRAS), explica sobre o grupo pelo qual é responsável, do programa transferência de renda Ação Jovem.

Relata que somente participam deste grupo os beneficiários do programa (adolescentes que comprovarem as vulnerabilidades aceitas pelo programa, de acordo com o limite de vagas disponíveis no município), o que nos revela a questão da seletividade, que impõe barreiras para promoção da proteção social dessa população.

Além da seletividade, a profissional reflete sobre a questão das condicionalidades impostas pelo programa, sendo a participação no grupo, uma delas (mais de três faltas nos encontros, os adolescentes correm o risco de perder o benefício).

Assim, analisamos que a condicionalidade se coloca como outro fator limitante que prejudica a função educativa numa perspectiva emancipatória, pois vincula a questão da participação - que em si é algo que supõe protagonismo, escolha, autonomia -, com o sentimento de condição, punição e perda de direito, resultando em uma relação contraditória com os sujeitos - visto que estes deveriam ser protegidos.

Também a profissional revela a limitação colocada na própria metodologia desse programa. Segundo a mesma, é preciso seguir o cronograma das atividades, enrijecendo a construção de algo mais orgânico que tenha a identidade dos adolescentes participantes, prejudicando um trabalho de comprometimento com as reais necessidades do grupo:

[...] o Ação Jovem é um grupo socioeducativo realizado uma vez ao mês, mas é um grupo muito fechado. O plano de ação é o mesmo para todos os bairros [...] não tem tanta abertura nesse grupo. Para entrar tem limitação das vagas pelo governo, tem o critério de renda. Então isso já limita um pouco. [...] para esse trabalho eu ainda não me sinto a vontade (de uma coisa que flua naturalmente). Eu tenho que seguir um roteiro, acaba fugindo um pouquinho, mas tem que seguir o roteiro que foi determinando para todo mundo [...].

[...] enfim, é uma coisa mais pronta. Foi pensando junto, eu acompanhei de fora o que foi discutido, o que seria melhor p/ trabalhar com eles, mas não flui tanto como eu gostaria. (Assistente Social E).

Limita né. Isso não acontece no grupo de idosos, porque o serviço de convivência vem como um norte. Existe toda uma teoria que vem do MDS, como um norte, mas em momento nenhum se diz "aquilo é o que deve ser trabalhado". Então eu junto com o grupo, decidimos o que vai ser trabalhado [...]. Eu atribuo o sucesso do grupo a essa abertura. Ele não é fechado, eu trabalho o que o grupo traz p/ mim [...]. (Assistente Social D).

Eu acredito mais nessa forma. Para dar certo, tem que ter essa relação de troca [...].

[..] O do Ação Jovem é obrigatório. Se eles faltam mais de três vezes, eles podem perder o benefício. É vinculado à frequência escolar, se tem a baixa frequência, provavelmente vai perder o benefício também. (Assistente Social E).

O grupo com idoso é convite. Qualquer idoso que chegar aqui no CRAS é convidado a participar do grupo. Eles vêm porque querem, de livre e espontânea vontade e porque desejam estar aqui, não é trocado nada. (Assistente Social D).

Ainda no CRAS 3, refletindo sobre a materialização dessa dimensão, as profissionais analisaram que através dos grupos socioeducativos, conseguem realizar uma mediação mais adequada com os usuários. Relatam que no atendimento da acolhida, as demandas chegam ao CRAS no nível da imediatividade e muitas vezes sentem dificuldades em ressignificar as demandas trazidas:

[...] no momento que você está fazendo um atendimento existe tanto a acolhida como a orientação. Eu acho que é no momento da orientação que nós estamos fazendo um trabalho educativo. Mas, a pessoa quando ela chega aqui no CRAS, ela tem uma demanda, e uma demanda imediata que ela deseja que seja atendida naquele momento. Nem sempre a pessoa vai te dar abertura p/ fazer uma orientação, um acolhimento adequado [...].

[...] Então no grupo a gente tem mais oportunidade de fazer esse trabalho, mais do que no individual [...]. (Assistente Social D).

É que a maioria vem em busca de inclusão no Bolsa Família através do cadastro único e tem uma limitação [...] tudo esbarra na renda, no critério de renda. E nem sempre dá para a gente atender essa demanda. (Assistente Social E).

E mais uma vez na fala da profissional, evidencia-se a preocupação da seletividade x demanda atendida no CRAS, questão essa que promove estigmas na população inserida em programas (os comprovadamente mais pobres), o não acesso a todos que buscam a garantia de renda, e põe em debate o sistema de proteção social brasileiro que focaliza suas ações nos mais pobres.

No conjunto das reflexões trazidas pelas profissionais, verifica-se que todas afirmaram que essa dimensão do Serviço Social se manifesta em seus trabalhos no CRAS. Cada qual com sua compreensão. O entendimento variou entre formas coletivas, como os trabalhos sociais em grupo, com diversas outras formas realizadas pelos profissionais como orientações, acolhidas, visitas domiciliares.

Não houve uma apreciação profunda quando esta é compreendida como uma esfera que atua na formação ídeo-política-cultural dos sujeitos, de mobilização e organização dos mesmos, nos termos de Abreu e Cardoso (2009, p. 3):

Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação subjetiva e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade.

Ou seja, não houve uma compreensão de que as ações profissionais podem incorrer na subjetividade dos usuários, em suas formas de pensar e agir, podendo contribuir com a organização ídeo-cultural de uma determinada classe e sociabilidade. Ou seja, a função pedagógica pode atender não somente as necessidades dos usuários, mas, pode contribuir com a cultura vigente.

Porém, as análises revelaram entendimentos que levam à afirmação pelos participantes da pesquisa de que há uma função pedagógica no exercício profissional. Apontaram essa questão na relação estabelecida entre ele, o profissional e os sujeitos de suas ações, nas diversas intervenções realizadas nos CRAS.

E antes mesmo de analisar as perspectivas da dimensão educativa expressas nos CRAS, revelaram algumas tendências pelas falas: “garantir direitos sociais”; “a importância do Código de Ética e a construção de vínculo com o usuário” na realização do trabalho no CRAS; “a intervenção nas expressões da questão social”. Evidenciam, nesse primeiro momento, uma compreensão da dimensão educativa que foge do entendimento conservador e aproxima-se do projeto ético-político profissional.

#### 4.2.2 Demanda Institucional e a dimensão educativa do Serviço Social

Sabendo que a autonomia profissional muitas vezes é tensionada por demandas institucionais<sup>72</sup> - que incidem na dimensão educativa inerente a intervenção do assistente social -, procurou-se compreender se havia algum direcionamento institucional (vindos da coordenação, da instituição CRAS, do poder

---

<sup>72</sup> Segundo Pontes (2012, p. 9) são demandas institucionais aquelas que aparecem para o profissional como um fim em si mesma. Ou melhor: “[...] requisição de resultados esperados dentro de objetivos organizacionais, em consonância com o perfil ideológico organizacional.”

local) que orientasse a forma como a dimensão educativa deveria ser realizada no CRAS, em seus trabalhos e práticas.<sup>73</sup>

Compreende-se por demandas institucionais que condicionam o trabalho profissional, as determinantes externas forjadas em orientações e direcionamentos conservadores de razão instrumental - vindos da coordenação/chefia do CRAS ou da própria diretriz da política<sup>74</sup> -, que impedem um trabalho na perspectiva crítica e do projeto profissional do assistente social.

Orientações que resultam no fazer técnico e burocrático em detrimento de um trabalho político-educativo. Ou seja, determinações decorrentes tanto do trabalho abstrato que se dá a partir do assalariamento dos assistentes sociais no CRAS, quanto da correlação de forças externas que incidem nesse espaço, sobrepondo às objetivações do trabalho concreto do Serviço Social.

Buscou-se assim compreender, como a instituição CRAS inflexiona o trabalho do assistente social, contrariando as demandas profissionais. No sentido de verificar obstáculos no fazer profissional e traços de funções pedagógicas conservadoras que por muito tempo e ainda hoje perpassam a atuação do profissional.

Problematizando a autonomia relativa do profissional, Iamamoto (2009, p. 8-9) reflete:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

Nesse sentido, ao problematizar tal questão com as profissionais, essas, em sua maioria, refletiram que não há um direcionamento em relação as suas práticas:

Não, eu que realizo esse tipo de direcionamento [...] o CRAS em si não me orienta enquanto a isso (Assistente Social A).

---

<sup>73</sup> A categoria demanda institucional atravessa todas as perguntas orientadoras. Em todos os debates ela aparece de alguma forma. Ora tensionada pelo poder local, ora pela PNAS, porém, nesse caso (da PNAS), sem o profissional se dar conta de suas determinações, como será mais adiante.

<sup>74</sup> Especificamente sobre a política, será tratado no item 4.2.7 desse capítulo.

A assistente social B refletiu que a intervenção profissional depende da organização de cada profissional. Não há direcionamento institucional. Pode-se compreender, pela fala da mesma, que não há algo pronto (no sentido de metodologia), porque cada demanda social é uma situação específica e requer uma ação própria para o caso.

Não, não existe. O que existe vai da gente, da nossa experiência, do nosso trabalho do dia-a-dia. Vai depender de cada profissional, do seu agir, do seu saber, para intervir nas situações e demandas. Porque as expressões são várias, não existe uma coisa certa. Aí vai depender de cada profissional tentar intervir e solucionar [...] A organização é nossa, a estrutura de organizar os serviços, de pensar é nossa [...] temos os casos de auxílio alimentação que atende famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica. Fazemos o acompanhamento dessas famílias e o trabalho depende da nossa organização: organizamos o acompanhamento com essas famílias, as visitas, o nosso parecer em relação a cada família que necessita desse auxílio alimentação. Depende da gente [...] não tem uma coisa pronta, feita, não existe isso. (Assistente Social B).

A participante C também afirmou a questão da independência profissional em relação ao direcionamento do seu trabalho no CRAS e fez uma crítica à instituição sobre a importância e necessidade dos profissionais serem capacitados.

O Serviço Social aqui no CRAS sempre deu autonomia de trabalho. Eu tracei meu perfil baseado no estágio de quatro anos junto com outros profissionais, sempre direcionado pelo código de ética. Hoje, um dos maiores problemas enfrentados na instituição e que deveria ser de suma importância, é a falta de capacitação profissional. Quando o profissional chega para trabalhar, ele meio que pega tudo: “faça isso faça aquilo”. Mas você não tem uma capacitação. [...]. (Assistente Social C, grifo nosso).

No CRAS 3, as assistentes sociais refletiram que possuem independência para os direcionamentos dos trabalhos. Informaram que realizam semanalmente reuniões em equipe na qual discutem as questões do CRAS. Também relataram que recebem apoio da coordenadora do CRAS:

No nosso caso não tem nada assim obrigatório. (Assistente Social D).

Na reunião de equipe a gente discute todas as possibilidades e questões. (Assistente Social E).

No nosso caso, a gente tem a coordenadora que tem 28 anos de experiência. Então assim, a gente sempre busca a orientação dela, porque ela tem experiência. As orientações que ela costuma nos dar é sempre muito pertinente. (Assistente Social D).

Apesar da pergunta orientadora apontar para a problematização de uma autonomia profissional relativa, de acordo com o resultado das respostas das participantes da pesquisa estas compreenderam que há independência em suas ações. O único destaque para os impedimentos para a expressão da dimensão educativa – dada pela participante C -, é a capacitação profissional que o CRAS deveria prover aos seus trabalhadores. Relato esse muito pertinente, visto que a capacitação profissional é um elemento essencial para práxis profissional e para a reflexão do processo de trabalho que ocorre no CRAS.

Em relação ao fato dos depoimentos encontrados na pesquisa de campo contrariarem a hipótese da pergunta orientadora, pode-se pressupor que o entendimento pelas participantes da pesquisa se deu no nível da imediatez da pergunta orientadora e não em sua complexidade. Ou também que a pergunta orientadora (“Existe algum direcionamento institucional que oriente a forma como a dimensão educativa deva ser realizada no CRAS, em seus trabalhos e práticas?”), de alguma forma, não provocou esse tipo de reflexão.

Também, pode deduzir-se que o projeto ético-político-profissional tem se confundido com o projeto político da instituição, ou com a própria perspectiva da política de assistência social, uma vez que não foi problematizado pelas participantes da pesquisa obstáculos institucionais para a realização dos seus trabalhos no CRAS. E a estranheza vem no fato de que os elementos do projeto ético-político-profissional que visam à construção de novos valores, são tensionados constantemente pelas contradições do sistema capitalista, nos quais se encontram as políticas sociais e os espaços de trabalho.

Mais adiante a questão da autonomia profissional e das barreiras institucionais serão problematizadas pelas profissionais, visto que as demais questões orientadoras abordaram também a temática do fazer profissional relacionado à dimensão educativa profissional. Por enquanto, pode-se compreender que os profissionais, mediante o questionamento levantado, compreenderam que os CRAS “não orientam” o trabalho profissional, “não obrigam”, “dão autonomia” (termos surgidos nas respostas dos participantes) no fazer profissional, o que nos leva a deduzir que nesse primeiro momento não há por parte do CRAS obstáculos para a realização das práticas e ações dos profissionais, de acordo com os seus objetivos e entendimentos.

#### 4.2.3 Subsídios teóricos orientadores da dimensão educativa no trabalho profissional

Para uma significativa compreensão da expressão da dimensão educativa no CRAS, achou-se pertinente verificar com as participantes da pesquisa as concepções teóricas que têm embasado a materialização da dimensão educativa do Serviço Social nas intervenções e práticas no CRAS.

Compreende-se que o alicerce teórico é essencial e inerente aos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social e também para construção da perspectiva ético-política profissional. E a dimensão educativa perpassa por todas essas dimensões do Serviço Social.

Além do que a teoria é: “[...] o que possibilita explicar, interpretar, examinar o objeto. É dessa forma que se pode inferir a relação de unidade entre um movimento de apropriação do mundo pelo ideal e a intervenção material.” (SANTOS, C. M., 2013, p. 93).

A investigação dos referenciais teóricos por meio da pergunta orientadora realizada com os participantes da pesquisa fundamenta-se na importância e necessidade de uma concepção teórico-crítica que embase a ação profissional e a instrumentalidade do Serviço Social.

Visto que somente por esse viés de matriz marxista - que direciona o projeto ético-político profissional -, é possível compreender a realidade, no sentido de olhar para os fragmentos do cotidiano e ressignificá-los na totalidade histórica da sociedade, projetando e reconstruindo novos rumos.

Sendo assim, a participante A em relação aos subsídios teóricos que orientam a dimensão educativa em seus trabalhos no CRAS, refletiu que não há modelos prontos em vista da complexidade da realidade. Assim, sua intervenção é construída de acordo com a realidade vivenciada pelo usuário e na imersão do profissional nesse contexto:

Eu não consigo ter uma questão teórico-metodológica, porque existem diversas pessoas aqui, eu preciso analisar a pessoa para saber como vou conversar [...] eu tenho que ver se a pessoa que está chegando aqui para mim é uma pessoa que tem o curso superior, ou que não, que não tem o curso superior, mas que tem um certo entendimento...o jeito que eu vou conversar...do que o senhorzinho que mora lá na zona rural, que “malemá” tem o conhecimento de letras, de lei, de tudo. O meu instrumental é assim, é ser mais próxima do usuário [...] Chegar na realidade dele, ter o olhar dele. (Assistente Social A, grifo nosso).

A assistente social B reflete que a teoria do Serviço Social embasa sua intervenção profissional, citando autores do Serviço Social como referência. E que são as situações da realidade que trazem elementos para definição dos instrumentais de intervenção.

Nós temos a teoria que nos orienta a realizar uma visita domiciliar, estudo social, a situação socioeconômica [...]. A forma como a gente vai intervir em cada caso, o instrumental que você vai utilizar, depende de cada caso: as vezes necessita da visita, ai você vai lá fazer um levantamento da realidade daquela família, depois um estudo social [...]

Eu me embaso muito na Marilda Yamamoto e no José Paulo Netto. Não tem como não se embasar nesses autores do Serviço Social [...]. (Assistente Social B).

Interessante que ambas as profissionais, quando é pedido que reflitam sobre a teoria que guia seus trabalhos, ressaltam a realidade social como algo importante e que embasa suas intervenções.

A profissional B apesar de não aprofundar a perspectiva teórica na qual atua, cita pensadores críticos do Serviço Social e busca, aparentemente, o movimento da práxis profissional.

Já no primeiro caso, percebe-se que há um afastamento entre teoria e prática, pois a profissional A, realiza sua prática profissional sem a necessidade de uma teoria que a embasa, segundo afirmação.

Refletindo sobre o exposto pela profissional A, pondera-se que a realidade sem a leitura teórica, não lhe dará o conhecimento metodológico para a ação. Compreender a realidade, como a mesma considera, é muito importante, pois ela traz diversos elementos sobre uma determinada situação, apontando os caminhos a seguir em uma intervenção. Porém, a realidade em si não se explica, é preciso olhá-la sob o olhar investigativo da profissão, que apreende a realidade embasada teoricamente e assim, consegue projetar a intervenção necessária.

Visto que a teoria e o método em Marx provocam o processo de conhecimento crítico sobre a realidade e também a perspectiva de mudança sobre essa:

[...] a teoria em Marx se distingue das demais por intencionar a transformação social, por possibilitar a prática, conforme ele afirma: “os filósofos só interpretaram o mundo de diversas maneiras; do que se trata é de transformá-la”. (MARX, 2001, p. 103, apud SANTOS, C. M., 2013, p. 36).

Assim, analisar a realidade sem conhecimento teórico crítico pode esvair o campo da instrumentalidade do Serviço Social no sentido do alcance dos objetivos profissionais. Também importante destacar que nessa situação ganha sentido o pragmatismo - a prática pela prática, a técnica sem o devido embasamento teórico - situação essa revelada comumente no campo do cotidiano em que as ações ocorrem no nível da imediaticidade e exigem respostas com êxito, eficácia e irrefletidas. Sobre o pragmatismo no campo do cotidiano, Paulo Netto (2000 apud GUERRA, 2013, p. 53) reflete:

[...] requisita dos indivíduos respostas funcionais as situações que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes – o que conta não é a produção veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o desfecho em si.

Também interessante destacar nesse sentido que a prática pela prática sem a necessária reflexão teórica, na esfera do cotidiano de trabalho, pode levar ao entendimento de que as ações no campo da assistência social podem ser desenvolvidas por qualquer pessoa ou profissional, sem a devida capacitação formal, pois o que importa é sua efetividade:

Neste contexto, a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disto resultando um conjunto de respostas profissionais rápidas, ligeiras, irrefletidas, instrumentais, baseadas em analogias, experiências, senso comum, desespecializadas, formais, modelares, em obediência as leis e superiores, sem a qualificação necessária para distingui-las de respostas atribuídas por leigos. (GUERRA, 2013, p. 52).

A assistente social C refletiu que seu aporte teórico é embasado pelas orientações técnicas do PAIF e do SUAS. Também pelo Código de Ética profissional e os teóricos do Serviço Social. Relata sobre a importância de se manter atualizada por meio de capacitações, estudos e leituras:

Eu me oriento pelo PAIF. Fiz curso de capacitação sobre. Há cursinhos online que eu uso bastante para fazer reciclagem. Ler também acho fundamental. Eu gosto muito de trocar informações com outros profissionais que não sejam do trabalho. Hoje a gente tem essa ferramenta que é a tecnologia. No facebook a gente acaba trocando informações que norteia o serviço de forma bem positiva.

O trabalho no CRAS se embasa muito no SUAS, no PAIF, são os norteadores dos nossos serviços (teórico e metodológico). E não dá para esquecer o Código de Ética. Sempre estou lendo e reciclando, porque o Serviço Social não dá para parar. Gosto muito da lamamoto, eu acho que ela tem uma simplicidade na escrita muito boa, o Netto também [...] Acho que a capacitação, a leitura, o reciclar é o que me embasa. Não dá para

parar o Serviço Social. O Serviço Social não é parado, se movimenta como o ser humano se movimenta [...]. (Assistente Social C).

No diálogo abaixo as participantes D e E, assim como a profissional C, refletem que seus subsídios teóricos vêm da própria política de assistência social (cartilhas e orientações) e que, diferente das participantes B e C, não baseiam a dimensão educativa - em suas intervenções e práticas -, pelos teóricos do Serviço Social.

Por mim, eu posso dizer que 90% de material teórico que leio hoje para fazer o grupo vêm do MDS, são as orientações, as cartilhas [...]. Tem muita coisa boa. Eles despejam materiais anualmente, vários manuais, várias cartilhas, resoluções, isso é o que me orienta no grupo. (Assistente Social D, grifo nosso).

Eu também [...]. (Assistente Social E).

A gente aqui tem oportunidade de fazer bastante capacitação [...] Então sempre que tem alguma coisa que a gente possa ir, a diretora disponibiliza e nós vamos. [...] tem uma empresa que a prefeitura contrata, ela faz capacitação contínua. A gente aproveita isso mais as orientações do MDS (as cartilhas e os manuais). (Assistente Social D).

De autor do Serviço Social para esse trabalho socioeducativo por enquanto não. (Assistente Social E).

O que eu tenho de teoria foi da época da faculdade, saindo dali eu não voltei a ler nada que seja dos teóricos do Serviço Social [...]. (Assistente Social D).

Nesse diálogo verifica-se que as profissionais concordam que suas orientações teóricas partem da perspectiva da própria política e do MDS, o que nos leva, novamente, à análise sobre a confusão entre os objetivos profissionais e os objetivos institucionais, podendo resultar em ações que não coadunem com a perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social.

A partir do momento que a Política de Assistência Social torna-se o principal referencial das ações profissionais, vários são os riscos e as análises. Em primeiro lugar, importante compreender qual a lógica que está por trás desse pensamento até recorrente no Serviço Social, sobre a clivagem entre teoria e prática,<sup>75</sup> de que “na prática a teoria é outra” (SANTOS, C. M., 2013). E depois compreender quais são suas consequências.

---

<sup>75</sup> Esse assunto é levantado, pois, percebe-se que as profissionais se distanciaram da teoria do Serviço Social em suas práticas de trabalho.

Quando a teoria, de alguma forma, não é apreendida em suas reais possibilidades, abre-se espaço para a razão instrumental e para posturas conservadoras, que permeiam as relações e a ideologia de modo de produção capitalista. Essa discussão é trazida por Guerra (2013) e também por Santos (2013), que apontam sobre essa apropriação insuficiente do materialismo histórico dialético (do método em Marx) e da teoria social marxista,<sup>76</sup> por motivos que as autoras desenvolvem em suas obras.

Sobre a clivagem entre teoria e prática, existe uma reflexão, como explica Santos (2013), de que, a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, o referencial teórico marxista avançou, porém os instrumentais técnico-operativos que acompanham a prática profissional de acordo com a teoria Marxista, não da mesma forma.

A reprodução dessa afirmativa, acredita a autora, vem também do fato de que apesar das dimensões do exercício profissional andarem coladas (teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa) e formarem uma unidade<sup>77</sup>, estas precisam ser exploradas em suas identidades nas pesquisas, produções bibliográficas e na dimensão formativa do profissional. E isso ocorre, porém de forma insuficiente com a dimensão técnico-operativa da profissão, por motivos, por exemplo, do próprio incômodo<sup>78</sup> existente na categoria no trato da prática do Serviço Social, dentre outras questões:

[...] em síntese, ocupar-se dos instrumentos na formação profissional, não significa, necessariamente, um retrocesso, uma razão manipulatória, ao instrumentalismo da razão abstrata. Um caminho para não se cair no tecnicismo passa pelo esclarecimento da relação teoria/prática e por um nivelamento das interconexões entre as três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (SANTOS, C. M., 2013, p. 5).

<sup>76</sup> Sobre essa defasagem, Claudia Santos (2013, p. 96-97) reflete sobre a necessidade de um intercâmbio e troca constante entre a universidade, formadora por excelência do conhecimento teórico, com os profissionais e as instituições de Serviço Social. Em vista das lógicas que perpassam as demandas institucionais no processo de trabalho profissional e da própria defasagem que ocorre na formação profissional.

<sup>77</sup> Como explica a autora essa unidade entre teoria e prática é compreendida no materialismo histórico-dialético em que ambas as esferas compõem “[...] uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira, o da ‘possibilidade’ e o da segunda o da ‘efetividade’”. Transmutar da possibilidade à efetividade requer mediações objetivas e subjetivas que se relacionam. Os instrumentos e técnicas da intervenção pertencem ao âmbito da efetividade, os quais, a partir das mediações, potencializam as ações dos homens e, portanto, merecem atenção.” (SANTOS, C. M., 2013, p. 5).

<sup>78</sup> Claudia Santos (2013, p. 3) explica que essa questão no Serviço Social sempre foi problemática: “No início de sua profissionalização, a ênfase era dada a instrumentos moralizantes de viés cristão/humanista. Após sua consolidação, aglutinou-se um viés tecnicista amparado em uma concepção positivista e, a partir de 1970, um viés teorista.”

A não apropriação adequada das dimensões do exercício profissional pode acarretar em problemas na práxis profissional. No caso dos profissionais em análise, deveria anteceder a pergunta do “como fazer” relativo à prática profissional e aos instrumentais técnico-operativos, o “por que fazer” e “para que fazer” (SANTOS, C. M., 2013).

A questão do “como fazer” ficará evidente no próximo diálogo dos participantes da pesquisa, quando as profissionais D e E manifestarem que esse tem sido um dos grandes problemas enfrentado por elas: “Como fazer com que a população participe das reuniões socioeducativas promovidas pelo CRAS 3 ?”

Se a própria teoria que embasa o exercício profissional não está sendo utilizada – teoria que possui competência em olhar a realidade, decifrá-la e lançar novas perspectivas -, o “para que” e o “por que” tão essenciais que deveriam nortear os objetivos da prática profissional, estão sendo substituídos, pelos “porquês” da política, que se distanciam dos objetivos profissionais, podendo causar muita frustração, confusão e pressão sob os profissionais (como será visto mais adiante).

Ou seja, é preciso haver o debate teórico, político e ético para que haja uma profícua intervenção profissional (SANTOS, C. M., 2013), para que perguntas como essas – “Qual é o alcance da política de assistência social? Qual é o alcance do meu trabalho? Qual é a raiz da vulnerabilidade social observada e como posso trabalhá-la? O que é autonomia dos usuários segundo o projeto profissional e segundo a política?” - sejam feitas criticamente e respondidas embasadas no conhecimento teórico acumulado pelo Serviço Social e pelo olhar investigativo da profissão.

Portanto, como abordado nos capítulos um e três desse trabalho, é importante verificar as determinantes que atravessam os espaços de trabalho profissional e as condicionantes que moldam a política de assistência social.

Guerra (2014, p. 187) nos lembra que perpassam pelas políticas sociais, lógicas conflitantes que buscam conter a questão social. Explica que:

[...] as chamadas “políticas sociais” constituem-se da síntese de elementos contraditórios que envolvem interesses antagônicos, mediados pelo Estado. Seu espaço de atuação extrapola o âmbito restrito da legitimidade política do Estado junto às classes trabalhadoras, via instituições sociais, para se constituir em instrumentos minimizadores das formas selvagens e violentas de exploração que caracterizam o nosso processo de trabalho. Seus objetivos se dissolvem pelas fragmentações produzidas no/pelo processo de trabalho e pelas ambiguidades que compõem nas funções e estratégias

adotadas pelo Estado, conformando ao atendimento às questões sociais uma racionalidade que, ao mesmo tempo em que põe a necessidade das políticas sociais, permite uma aproximação à sua lógica de constituição [...].

Estruturadas na sociedade do capital, as políticas sociais reproduzem a mesma ideologia operante nessa sociedade - do trabalho abstrato -, acarretando na fragmentação do processo de trabalho, previsão e controle racionais, especializações e tecnoburocracia (GUERRA, 2014, p. 188).

Sobre a ideologia das políticas sociais, reflete:

[...] no plano ideológico, as políticas sociais devem “aparecer” aos trabalhadores apartadas de interesses de classe. E de fato aparecem, à medida que o aspecto místico que recobre as políticas sociais sustenta-se no discurso da neutralidade do Estado, na primazia dos aspectos técnicos sobre o econômico e nas transformações dos antagonismos das classes sociais em meras contingências do progresso. Por alcançar este grau de complexidade, as questões políticas necessitam ser convertidas em problemas técnicos ou de desintegração social. (GUERRA, 2014, p. 188).

Portanto, as políticas sociais, encerram em si lógicas e valores que precisam ser estudados e desvelados. A própria política de assistência social discute vulnerabilidade social sem discutir questão social, limitando-se a contextualizar as ações profissionais nos marcos da emancipação política dos sujeitos.

Assim, concordamos com o CFESS em documento sobre as atribuições do assistente social na PNAS, na qual orienta o trabalho do assistente social respaldado pelos aspectos teóricos que fundamentam a ação profissional:

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes sócioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. (CFESS, 2011, p. 18).

Em continuidade ao diálogo com as profissionais do CRAS 3, estas ainda refletiram – em relação aos subsídios teóricos da dimensão educativa - sobre as capacitações do CRAS onde buscam o “como fazer”, como mobilizar e trazer a

aderência da população para os trabalhos do CRAS, sendo esta uma de suas preocupações:

[...] surgem dúvidas a todo o momento, especialmente essa questão da adesão. A gente já foi em várias capacitações sobre como trabalhar a adesão das pessoas sem o vínculo com os programas, como fazer com que eles queiram estar aqui, sem troca. Nós já fizemos várias capacitações, e ainda não conseguimos. A gente sai da capacitação e continuamos no mesmo lugar. [...] a gente tem a teoria, tem a intenção. A gente vai lá, monta e prepara, mas chega na hora, a gente convida, convida, convida, não vem ninguém [...] então é uma angústia essa questão. (Assistente Social D, grifo nosso).

<sup>79</sup>A gente pensou como um atrativo a mais, além do grupo, inserir uma atividade de artesanato que não será feita por nós. Terá uma pessoa junto com a gente e nós vamos aproveitar o momento do artesanato, mas não será um grupo de artesanato, vai ser um grupo de família com essas atividades rolando. (Assistente Social E).

Tanto que a divulgação não foi feita “grupo de artesanato”, porque não é uma oficina não [...]. Ninguém vai vir aqui p/ aprender artesanato. Foi divulgado como um trabalho, um grupo de família: “família com arte”. É o momento em que a arte vai trazer uma oportunidade de integração, socialização e convivência [...] foi um meio que a gente encontrou de despertar o interesse da pessoa vir aqui. Porque se não vier, não terá oportunidade. (Assistente Social D).

Seria uma forma de fazermos um acompanhamento com essas famílias, porque nos atendimentos, eles são mais pontuais, é a demanda que eles trazem. É aquilo e se encerra ali. Agora os grupos, estaríamos mais perto das famílias, poderíamos trabalhar melhor além da demanda que eles nos trazem. Eles estariam mais próximos dos técnicos e nós deles. (Assistente Social E).

Importante fazer uma análise cuidadosa e crítica sobre essa questão da participação dos usuários nos espaços oferecidos pela PNAS, pois uma vez compreendendo esses espaços como lócus de interesse da população, eles deveriam ser ocupados e legitimados pelos usuários. Porém, como verbalizam as próprias profissionais, estes espaços não estão sendo ocupados, por mais que se convide.

Então, pode-se refletir até que ponto os profissionais estão conseguindo fazer uma leitura da demanda trazida pela população e promovendo ações que sejam de real interesse dos sujeitos? E será que essa problemática (da participação) não seria da razão instrumental, objetivada pela própria política de assistência social (o que remete a resquícios de uma pedagogia da ajuda e da participação)?

---

<sup>79</sup> Nesse momento da fala, a profissional E está se referindo a um grupo com famílias do PAIF que ela, juntamente com a psicóloga do CRAS, está tentando efetivar.

O que difere de uma problemática orientada pela razão crítica que buscaria compreender, por exemplo, o que de fato querem esses sujeitos, e a partir daí, mobilizar ações de participação.

Nesse sentido, seria interessante um questionamento que avaliasse a necessidade das reuniões e oficinas com famílias postas pela PNAS. Porque essa necessidade? Possui qual objetivo? Coaduna com o objetivo profissional e com a demanda posta pelo sujeito?

No estudo realizado por Eiras (2013, p. 132) sobre a intervenção do Serviço Social no CRAS, esta relata que no trabalho socioeducativo em grupo, uma das maiores dificuldades encontradas pelos profissionais está justamente nessa questão da adesão da população ao trabalho desenvolvido pelos grupos socioeducativos. Pondera:

Embora o problema da adesão seja interpretado como “incompetência técnica”, ele expressa uma problemática concreta: até que ponto a organização/instituição quer comprometer-se com as necessidades reais dos seus usuários? Até que ponto é permitido identificar tais necessidades? Até que ponto torna-se um tabu ou torna-se um fardo lidar com as expressões concretas dos problemas que vêm à tona no âmbito sócio-organizacional, principalmente através das atividades socioeducativas?

A intenção não é culpabilizar o profissional, pois sabemos das determinantes e pressões que incorrem em seu espaço de trabalho: vindas da política com suas novas exigências (técnicas, burocráticas); da precarização do seu trabalho (falta de capacitação, vínculos empregatícios precários, baixos salários); das falhas da formação acadêmica; das demandas imediatas dos sujeitos; enfim, as forças atreladas ao modo de produção vigente que tensionam os objetivos profissionais.

O objetivo é trazer novamente para o debate a questão das demandas institucionais x demandas profissionais; a relação teoria-prática que nos revela a importância de se apropriar da teoria social crítica, para que possam ser instrumentalizadas ações que retomem as necessidades da população; e também problematizar a lógica que afeta a política de assistência social.

Também importante pontuarmos a angústia profissional em querer que a população participe de forma espontânea sem querer algo em “troca”. Sobre a “troca”, no caso, está significando o direito à renda, ao auxílio alimentação, ou seja, o direito à subsistência, que além de passar pelo crivo da seletividade x

universalidade, muitas vezes esse direito é condicionado a diversas atividades que são cobradas das famílias (frequência escolar, participação de reuniões no CRAS, pesagem das crianças) e que deveriam ter sido providas e fornecidas pelo Estado de forma ampla, com qualidade, para que não fosse necessário serem cobradas mais tarde da família via assistência social.

Essas são armadilhas da política de assistência social que precisam ser revistas, enfrentadas e compreendidas pelos profissionais do SUAS, para não correrem o risco de reproduzirem funções pedagógicas de viés conservador (moralizante, de manipulação e coerção objetivando o projeto societário vigente).

A partir do momento que a lógica da política é apreendida, assim como todas as condicionantes do trabalho, pode-se criar estratégias de enfrentamento junto à população para que os reais interesses desses sejam escutados e providos.

Aqui não se faz uma crítica pontual na ação que pretende ser promovida pelas profissionais - a tentativa em querer realizar reuniões com as famílias. Até porque essa ação tem um sentido e objetivo importante para as profissionais (as mesmas apontam que por meio dos grupos, pode-se realizar um trabalho mais rico, de aproximação dos sujeitos, diferente do que ocorre em uma demanda espontânea que chega ao CRAS).

Mas levanta-se uma crítica sobre a lógica que possa existir por de trás das orientações institucionais (vindas da PNAS/PAIF). E que pode inverter todo um trabalho em potencial do assistente social, frustrar seus profissionais e não atingir os interesses dos usuários.

Retomando o diálogo dos participantes da pesquisa, as assistentes sociais refletem sobre a importância de se trabalhar em grupo com as famílias:

[...] quando você atende uma família em situação de vulnerabilidade social no CRAS, você não atende uma família que tem um problema, uma situação, mas ela tem “n” problemas. Só que ela vem com aquela única demanda. A gente não tem a oportunidade de trabalhar o restante, e dessa forma a gente nunca vai superar. Vai vir essa demanda hoje, outro dia vai ser outra, e essas famílias se arrastam. Vem a avó (que tem um histórico no prontuário que já foi atendida), a mãe que já foi atendida e tem histórico no prontuário. E hoje é a filha [...]. E assim por diante. Então a gente percebe que não tem efetividade o trabalho, que não está havendo superação da situação, não está quebrando esse ciclo [...]. Nós entendemos que o trabalho precisa mudar. Porque quando a gente nota que foi a avó, depois a mãe, depois foi a filha, a gente percebe o que, não que as pessoas que estavam aqui não estavam trabalhando, elas estavam tentando, mas não houve mudanças. Porque se houvesse alguma mudança, essas pessoas estavam empoderadas, inseridas no mercado de trabalho, não estariam

passando por tantas outras questões. A gente percebe que vai se arrastando, vai se arrastando. Então é o caminho que não deveria estar sendo feito. O caminho deve ser outro [...]. (Assistente Social D, grifo nosso).

As profissionais acreditam que por meio da prática de grupo, pode-se realizar um trabalho que consiga investigar e atender melhor as demandas trazidas pelos usuários. De fato, o grupo é uma forma muito interessante e rica de socializar informações, realizar reflexões, de coletivizar demandas e gerar sentimento de pertencimento tão essencial aos sujeitos sociais. Também, podendo provocar pequenas e significativas mudanças como os resultados obtidos no grupo dos idosos (narrado mais adiante pela Profissional D).

No grupo<sup>80</sup>, diferente de um trabalho individual, consegue-se empregar técnicas e instrumentos que, dependendo do objetivo do profissional, podem provocar a qualidade participativa e política dos sujeitos.

No entanto, o que nos chama a atenção, é a forma como o ciclo da pobreza é visto pela profissional da assistência social. Como a assistência poderá sozinha, romper com algo que é estrutural, que advém das contradições do modo de produção capitalista?

A pobreza que é multifacetada, determinada por tantas condições, só poderá ser combatida plenamente no processo de consolidação de uma nova sociabilidade. Enquanto existir o sistema capitalista, haverá a produção incessante de riqueza e de pobreza, e assim, haverá política de assistência social.

E como o profissional poderá ele mesmo proporcionar essa mudança? O que remete ao que a Lamamoto (2006, p. 20) refletiu sobre o caráter messiânico da profissão: “[...] uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social.”

E também fatalista, visto que ao não se compreender as dinâmicas da pobreza (sua estrutura e as devidas possibilidades e graus de

---

<sup>80</sup> Trindade (2013, p. 93) num ensaio sobre ações, procedimento e instrumento de caráter coletivo, assim define o grupo: “Dentre os procedimentos de caráter coletivo, os grupais são aqueles que envolvem o atendimento dos usuários em agrupamentos organizados pelos assistentes sociais, geralmente tomando como critério a existência de situações comuns, de necessidades comuns. Os grupos assumem características bem diferenciadas e o seu desenvolvimento faz parte de um esforço profissional voltado à ampliação das possibilidades de compreensão e reflexão dos usuários, através de convivência entre pessoas que possuem necessidades e situações de vida semelhantes.”

superação/rompimento), essa lógica pode levar o profissional a ter visões pessimistas em relação aos processos de mudanças e não visualizar possibilidades de ações nas contradições da realidade.

Por esse raciocínio, torna-se compreensível o sentimento de impotência do trabalhador do SUAS que preso ao cotidiano de trabalho, lidando com demandas da questão social cada vez mais intensa e submetido a uma lógica irreal, está fadado a considerar o seu trabalho não efetivo.

E novamente a reflexão se volta para a política de assistência social que nos seus manuais e cartilhas de orientações cria jargões e termos diferentes daqueles estudados no Serviço Social, como: “superar vulnerabilidades sociais”, “evitar os riscos sociais”, “potencializar a autonomia dos usuários e a função protetiva das famílias”, “empoderamento dos sujeitos”, etc. São termos carregados de significados e objetivos que necessitam ser desvendados e ponderados pelo profissional, numa perspectiva da razão crítica.

Precisam ser contextualizados na dinâmica da questão social, nos fundamentos teóricos do Serviço Social, na reflexão do papel do Estado nas políticas de proteção social, pois, ao analisá-los de forma separada e sem embasamento teórico, podem retomar a aspectos individuais e subjetivos dos sujeitos, correndo o risco de responsabilizá-los. Como evidencia Santos (2011) no Seminário Nacional sobre o trabalho do assistente social no SUAS promovido pelo CFESS:

[...] existe uma tendência teórica, no âmbito dos próprios fundamentos da Política Social, que individualiza o trato das expressões da questão social e atribui aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Nas produções de Ulrich Beck, Amartya Sen e nas redações dos relatórios do Banco Mundial, o foco analítico sobre a pobreza está centrado no indivíduo. Nos trabalhos da Amartya Sen, estudados pela professora Ana Paula Mauriel, por exemplo, “pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de baixo nível de renda, que é co-critério tradicional de identificação da pobreza.” (2000: 109). Nesta perspectiva, a pobreza não estaria mais ligada à base material, à apropriação privada das riquezas socialmente produzidas, mas a uma “disfunção do indivíduo”. (SANTOS, F. H. C., 2011, p. 160).

#### 4.2.4 Objetivos e perspectivas da dimensão educativa materializados nos trabalhos do CRAS

Foi refletido com as participantes da pesquisa de campo como a função pedagógica tem se expressado no CRAS, sob quais perspectivas e com quais objetivos, buscando verificar se as ações com a população usuária do CRAS ocorriam em uma perspectiva emancipatória ou não.

A assistente social A do CRAS 1, refere que tem buscado trabalhar o protagonismo dos usuários da política:

No caso da Maria<sup>81</sup>, a perspectiva que me move, é que ela saia da figura de coitadinha e passe a ser protagonista da vida dela [...]. (Assistente Social A).

Na fala acima, reflete-se também a tênue linha entre o sujeito como protagonista histórico de sua vida e a culpabilização por sua condição social, uma vez que o termo “coitadinha” pode levar ao entendimento de uma visão profissional na qual o próprio usuário escolhe vivenciar as vicissitudes de sua vida, quando na verdade ele, além do fato de ser um sujeito histórico, é também oprimido pelas violências institucionais.

Sobre outro caso citado pela mesma profissional, revela uma postura de proteção e prevenção através de visita domiciliar e reflexões com os usuários sobre a questão do uso do álcool e outras drogas. Refletiu sobre a importância, em algumas situações mais complicadas, de manter uma presença mais constante, como forma de apoio:

[...] e pelo fato de estarmos indo sempre na casa [...] parece que está sendo muito melhor que um tratamento, que uma internação intensiva. Estão sendo vistas como seres humanos [...].  
É um trabalho de formiguinha. Podemos mudar não as filhas, mas as netas, fazendo esse trabalho de conscientização, do estado de saúde, da melhor qualidade de vida a partir do não uso da droga e do álcool. (Assistente Social A).

Já a assistente social B, realizou a seguinte reflexão sobre a perspectiva que a orienta:

[...] a gente busca fortalecer a autonomia deles [...] todo mês, passamos vídeos sobre a Maria da Penha, o problema das drogas. A gente sempre menciona um tema e eles mesmos escolhem para a gente abordar. Isso é

---

<sup>81</sup> Nome fictício.

bacana [...] na verdade o auxílio alimentação que a gente fornece não é uma coisa permanente, é provisório, não é definitivo. A gente atender por 6 meses. São fornecidos para as famílias que têm ausência de renda, que esteja passando por um momento difícil, de vulnerabilidade. Mas têm muitas famílias que a gente dá por 6 meses, aí eles voltam para uma nova avaliação, aí eles querem receber mais 6, depois se deixar, querem receber sempre. Aí eu vejo assim, “gente, nessas famílias que eu estou atendendo aqui tem demanda nova, pessoas com 30 anos, 20 e poucos anos. Vocês não podem ficar numa situação dessa, dependendo do auxílio alimentação. Vocês têm que buscar a autonomia de vocês, precisam buscar atitude. Precisam fazer um curso de capacitação que a gente está oferecendo de manicure”. Eles pediram corte-costura, salgado, panificação. Então através desses cursos dá para gerar renda para eles [...]. (Assistente Social C).

Nesse instante foi refletido com a profissional: “E é fácil para você dizer isso para o usuário, visto que existe uma sociedade que barra esse processo de autonomia e busca por emprego?” (fala da Pesquisadora). A participante B respondeu:

Sim, existe. Na situação que nós vivemos hoje, na situação de crise econômica, a crise política, há o desemprego. Mas, existe outras coisas que podem ser feitas, no sentido: se fizer um curso de capacitação de manicure ela pode ganhar um dinheirinho também, se a família está sem renda, ela pode fazer unha, ou corte-costura, um conserto de roupa. Então eu bato muito nessa tecla com as famílias em poder ajudá-las a buscar um caminho, porque na verdade se deixar têm pessoas que são um pouco acomodadas, no sentido assim, que quer ficar sobrevivendo somente com os programas sociais. E não é isso. A intenção nossa é que elas busquem empoderamento, busquem a sua autonomia. (Assistente Social B).

Sobre essa reflexão feita pela profissional, primeiramente, depreende-se da fala acima, o agravamento da questão social e suas expressões refletidas nos atendimentos do CRAS por meio do auxílio alimentação, demanda essa, que ainda se depara com a questão da seletividade em vista dos poucos recursos oferecidos pelo CRAS. Equação desumana que recai sobre o profissional que necessita de forma estratégica e com criatividade, enfrentá-la.

Portanto, reconhece-se aqui a pressão que existe sobre o trabalhador da assistência social que atua nas situações gravíssimas de violação de direitos - como a fome e outros direitos essenciais à reprodução da vida dos sujeitos -, pressão essa reforçada pela autonomia relativa do profissional e pelos recursos mínimos gestados na política de assistência.

Por outro lado, é muito preocupante essa perspectiva de que o usuário se torna “acomodado” com tal situação, afinal o auxílio alimentação se trata de um

direito e ao pleiteá-lo, não significa que o usuário não vislumbre por trabalho e uma vida plena.

Essa concepção faz com que a profissional afaste-se da perspectiva de garantia de direito e da análise crítica que essa situação toda revela (desemprego estrutural, o não acesso às políticas públicas e aos direitos sociais), e refuncionalize traços de uma pedagogia conservadora, moralizante, de responsabilização do sujeito por uma questão (o trabalho) que é estrutural.

Na intervenção profissional o assistente social decodifica as demandas que lhe são postas, digere-as teoricamente e instrumentaliza respostas de acordo com os interesses de respectivo projeto societário. Ao culpabilizar o indivíduo por não ter “atitude” em querer trabalhar, por se “acomodar” com sua situação de miséria, acaba-se não realizando o processo de mediação pela razão crítica. A realidade acaba sendo analisada de forma fragmentada, sem nexos (de forma invertida). Considera-se pertinente o questionamento da assistente social em querer apontar o trabalho como objetivo final dos usuários, afinal este está na centralidade da vida dos sujeitos; porém a causalidade do não trabalho, não é culpa do usuário.

A racionalidade formal abstrata (GUERRA, 2014, p. 190-191), faz parte da sociedade hegemônica capitalista que entrecorta as políticas sociais, atingindo os profissionais. Por meio dessa razão, o profissional é ocupado com burocracias, posiciona-se nos terminais das políticas, executando-a tecnicamente. Ela faz com que o profissional abstraia as mediações necessárias com a totalidade da vida social, levando-o a compreender os fatos desconectados com suas causas na sociedade. Por isso a importância da razão crítica e a imersão na teoria social de Marx.

Ao buscar a solução para esse problema (do desemprego) com cursos de geração de renda, compreende-se essa estratégia como uma solução paliativa que a PNAS oferece diante de um problema complexo, e que nem sempre vai ao encontro dos interesses dos sujeitos.

Retomando a pesquisa de campo, o assistente social C analisa que suas ações no CRAS buscam a garantia de direitos sociais. Orienta-se pelo Código de Ética profissional e pelos direitos constitucionais:

Eu sempre falo, eu sou insistente social mesmo. Quando alguém me fala que aquilo é impossível eu faço acontecer, eu tenho que fazer acontecer. Então eu acho assim: como eu prismo pelo Código de Ética, eu tenho esse

olhar para o outro, para os direitos, garantia de direitos. Se ele tem o direito, vamos fazer valer. Aí a gente vai usar a constituição e vai em busca dos direitos dos usuários sim. (Assistente Social C).

Ou seja, uma atuação que na relação com o sujeito, visa defender seus interesses, pautada numa perspectiva crítica, direcionada à emancipação política dos sujeitos.

As assistentes sociais D e E refletiram que em suas intervenções buscam a superação de vulnerabilidades sociais e o fortalecimento de vínculo:

O objetivo é a superação das vulnerabilidades. (Assistente Social D).

É o fortalecimento dos vínculos. (Assistente Social E).

Que é uma das vulnerabilidades deles [...]. Em sua maioria, o público que vem ao CRAS tem dificuldade de convivência tanto familiar, como comunitária. (Assistente Social D).

Ainda sobre o alcance de suas práticas no CRAS, a profissional exemplifica relatando sobre a experiência do trabalho coletivo desenvolvido com os idosos:

Eu visualizo o alcance, no grupo de idosos [...] Não só em termos de empoderamento do idoso, mas nas relações com as famílias, nas relações com a sociedade, na questão dos direitos [...]. A gente está notando varias questões nesse sentido, vários resultados [...] e que é sempre questão que acontece no dia-a-dia: “o rapaz da circular, falou para ir rápido que a circular já ia andando que se não eu ia cair, aí eu falei assim, se eu cair a responsabilidade é sua, sou idoso, eu tenho direito. O Sr. nunca foi idoso, você não sabe que idoso caminha mais devagar, eu tenho dificuldade de caminhar. O Sr. me respeite. E eu coloquei ele no lugar dele. Eu coloquei para ele que era meu direito e quais são as limitações do idoso”[...] E eles vão colocando momentos. Outro exemplo: tem uma idosa que tinha uma filha que explorava a aposentadoria dessa idosa e em nenhum momento eu trabalhei especificamente com essa idosa. O trabalho é sempre coletivo. Mas teve um momento que ela disse: “não porque eu conversei bem com ela, e disse que se ela não fosse trabalhar para ela tomar rumo. E ela tomou, ela foi embora e eu tô achando é bom. Porque onde já se viu, estava sustentando ela mais os dois netos. Desse jeito eu não estava dando conta”. (Assistente Social D).

Portanto, percebe-se que por meio de um trabalho coletivo de socialização de situações e informações relativas aos direitos dos idosos, a profissional buscou atingir alguns objetivos, os quais são compreendidos como fortalecimento de vínculos e que resultaram em aquisições positivas aos idosos.

#### 4.2.5 Perspectiva profissional e a dimensão educativa do Serviço Social

Nesse momento da pesquisa de campo, procurou-se compreender se a materialização da dimensão educativa do Serviço Social nos trabalhos realizados com os usuários da política corresponde à perspectiva profissional, ou seja, se está de acordo com a orientação política dos assistentes sociais, com objetivo de compreender a perspectiva profissional, as barreiras institucionais impeditivas e as forças externas que barram o trabalho de acordo com o posicionamento ético-político do profissional.

A assistente social A explica sobre as dificuldades institucionais (a falta de recursos) que muitas vezes a impedem de realizar um trabalho na qual acredita. Também relata sobre as demandas imediatas dos usuários que chegam ao CRAS e que precisam ser supridas também de forma imediata:

Às vezes sim, às vezes não. Dependemos muito do órgão público, de recursos públicos (de carro). E tem situações que a princípio você tem que ser assistencialista, chegar e apagar o fogo, e depois você continua com a ação. É um município pequeno, temos pessoas que moram na zona rural, isso dificulta um pouco, e a gente precisa do carro. Essas pessoas não tem disponibilidade de chegar ao CRAS, então, às vezes eu não consigo. Aquelas que moram aqui, eu já consigo um trabalho melhor. (Assistente Social A).

Percebe-se que a mesma refere-se ao termo assistencialista conotando as situações emergenciais que impelem o trabalho do cotidiano profissional, exigindo respostas efetivas para uma situação por vezes complexa. O que nos faz ponderar sobre as ações emergenciais ainda tão comuns na área da política pública de assistência social, e que podem culminar em ações irrefletidas, generalizadas, sem análise crítica, na ênfase ao técnico-operativo, na efetividade e resoluções de problemas, prejudicando um trabalho político e educativo, em sua perspectiva crítica e de emancipação dos sujeitos.

A assistente social B relata que procura projetar em suas ações o que acredita - a ética profissional. E reflete sobre um episódio em seu trabalho na qual a questão ética foi tensionada, se posicionando, a profissional, a favor dos preceitos do código de ética profissional:

Tudo depende de cada profissional. Eu procuro projetar o que eu acredito. Temos que ter muita ética, tanto no trabalho em equipe, quanto no trabalho com a demanda que nos chega. Tem que haver essa ética profissional: de ter abertura e uma boa construção, no sentido de discussões em equipe [...].

Um dia aconteceu assim, da minha coordenadora falar que havia chegado uma denuncia que a família tinha vendido a cesta para comprar drogas “vai verificar se isso aconteceu”. Eu não sou assistente social p/ verificar esse tipo de coisa, para ir lá e fiscalizar. Eu vou sim fazer a visita domiciliar, ver a situação, o que acontece com a família, entendeu? Fazer um estudo social, mas não nesse sentido, de fiscalizar, eu não sou fiscal [...] A gente tem que ter uma ética profissional. (Assistente Social B).

Aqui também a profissional C relata sobre as dificuldades em realizar um trabalho, segundo a perspectiva na qual acredita (garantia de direitos) devido a realidade do trabalho profissional, mas afirma que não é impossível. Relata que é preciso ser um profissional estrategista, e traz a ideia sobre o trabalho realizado de forma processual/contínuo, para que se viabilize uma objetivação:

Nem sempre. Como cita a lamamoto: “às vezes a gente acaba fazendo alguns malabarismos p/ atingir metas”. Isso realmente acontece em nosso cotidiano. Citando lamamoto de novo: “nem sempre a gente volta p/ casa feliz da vida por ter conseguido”. Mas isso não vai fazer com que desistamos. A gente vai lá novamente amanhã e depois e depois. É um trabalho de fortalecimento de vínculos, é um trabalho contínuo e que a gente sabe que fácil não é, mas que não posso dizer 100%, mas que 60 % a gente consegue sim materializar, por meio do Código de Ética e da Constituição, atingir o nosso objetivo: os direitos do usuário. (Assistente Social C).

No diálogo a seguir, as profissionais relatam que buscam seguir os princípios éticos, mas que muitas vezes esses entram em conflitos com os valores morais do profissional e do usuário. Nesses momentos, relatam que é preciso haver reflexão pautada na ética profissional:

Sim. (Assistente Social D).

É, dentro dos princípios. (Assistente Social E).

Com certeza. A gente passa por situações onde isso é colocado em teste né. Têm momentos que a gente passa por situações em que é preciso respirar e pensar. São momentos onde há um confronto do ideal, da questão ética com a questão dos princípios morais. Porque quando a gente vem para cá a gente não se desfaz do que a gente é e torna-se profissional. Mas a gente não pode querer que o outro siga uma direção moral que foi ensinada a nós, porque existe a questão do respeito e da individualidade da pessoa, da sua particularidade, do histórico daquela pessoa, da vivência. (Assistente Social D).

Verifica-se assim, por esse levantamento, que as profissionais possuem perspectivas políticas e éticas que se expressam em uma função pedagógica que se aproxima com os elementos do projeto ético-político da profissão: pautam-se pelo

código de ética profissional, na garantia de direitos sociais, e na defesa dos usuários da PNAS.

Na materialização dessa perspectiva, relatam alguns entraves enfrentados no seu cotidiano de trabalho: a falta de recursos públicos e a falta de vontade política do poder local, que por sua vez, sabemos que se relacionam com forças de nível macro de tendências neoliberais impregnadas na política de assistência social; e as demandas institucionais representadas pelas determinações organizacionais da chefia.

Importante observar que convivem com essa perspectiva de defesa dos usuários da assistência social elementos da razão instrumental representados por determinantes institucionais e lógicas (ideologias) que atravessam tanto a política de assistência social, quanto o profissional e o espaço de trabalho - CRAS.

Essas determinantes, por sua vez, acarretam problemas na práxis profissional (na relação entre teoria e prática) e o afastamento do profissional ao projeto ético-político da categoria, resultando em refuncionalizações de funções pedagógicas conservadoras (moralista, punitiva), lógicas invertidas no fazer profissional, frustração profissional, dentre outras questões já pontuadas.

#### 4.2.6 Dificuldades na materialização da dimensão educativa e aspectos positivos em sua expressão nos trabalhos do CRAS

Nesse item procurou-se refletir com as participantes da pesquisa, as dificuldades e as facilidades para a materialização da dimensão educativa e qual o potencial desta dimensão nos trabalhos com os usuários da política de assistência social.

A profissional A mencionou que a dificuldade, muitas vezes, encontra-se no próprio usuário:

O que dificulta muitas vezes que eu vejo, é que o usuário é acomodado, não todos, mas alguns. Ele espera que o milagre venha do céu ou que você leve na mão dele. A gente não dá conta de fazer isso, de correr atrás de todo mundo, de sentar, de falar e explicar. Mas aí a gente vê que alguns sobressaem. Você dá o norte, você fala o caminho é esse [...] só que ele vai. Aí ele vem aqui para você e fala: "deu certo, eu consegui, eu fui". Isso é uma coisa muito boa. (Assistente Social A, grifo nosso).

Essa perspectiva profissional revela a necessidade de mediação e apropriação dos problemas enfrentados pelos usuários com as questões de âmbito macro e estruturais que afetam e condicionam suas vidas, (por meio dos fundamentos da teoria crítica do Serviço Social).

Da forma posta acima, pode-se compreender que o usuário é responsabilizado pela sua condição, por não conseguir dar prosseguimento em sua vida, situação essa que precisa ser compreendida pela análise crítica do Serviço Social na qual busca revelar a questão da alienação e da subalternidade tão entranhadas na vida dos usuários.

O depoimento da participante A também revela o desgaste profissional diante de tantas situações complicadas enfrentadas no seu cotidiano de trabalho, como a demanda imediata posta pelo usuário da assistência social, a falta de recursos para atender a todos, precarização do seu trabalho e a própria lógica embutida na política que não visa desenvolver perspectivas mais amplas e críticas em seus profissionais e usuários, podendo reforçar posturas como essas.

Como analisa Abreu (2011b, p. 242, grifo nosso) sobre a lógica que permeia a PNAS:

[...] a pedagogia embutida na política de assistência tende à despolitização e cooptação dos/as usuários/as e contribui para a debilitação e inibição de formas de resistência e pressão em torno de seus interesses imediatos e históricos. Contribui para reforçar a responsabilização individual do/a trabalhador/a por sua própria sobrevivência, ao mesmo tempo em que se inscrevem nas estratégias de legitimação das formas de autofinanciamento dos benefícios recebidos – “que se traduz numa regra de ouro das políticas sociais: os usuários devem pagar pelo que recebem”, como assinalou Kameyama (2000,p.202). Equivale dizer que os/as usuários/as tendem a pagar mais pelo pouco que lhes é restituído, em que se incluem as diversas formas de contrapartidas inclusive o apelo ao trabalho voluntário.

Em seguida a mesma profissional (A) analisa as potencialidades que a dimensão educativa pode desencadear (de mudanças nos sujeitos). Também reflete que essa perspectiva ainda convive com a visão distorcida do poder local sobre a política de assistência social, entendida como um espaço para práticas clientelistas.

A dimensão educativa pode trazer mudanças. Mas como o assistente social é visto? É visto como a mocinha que o governo paga para ter dó dos pobres. A gente não tem que ter dó. Temos que fornecer subsídios para que a pessoa se emancipe. Porém até o próprio governo tem essa visão ainda. Vemos vereadores, prefeitos. Até eles tem essa visão, do assistencialismo. Época de política você recebe muita ligação: “ó você tem que dar porque é parceiro, companheiro, votou, não votou”. Na assistência não existe

parceiro, companheiro, quem votou, quem não votou, parente. Não existe. Existe aquele que dela necessita. (Assistente Social A).

A profissional a seguir (Profissional B) reflete que uma das dificuldades é a falta de investimento do seu município em políticas sociais de efetivação dos direitos dos usuários. No caso, relata a omissão do poder local em fazer valer certos direitos sociais previstos na própria lei orgânica da cidade:

A gente quer fazer nosso trabalho [...] e aí a gente se depara com as políticas públicas que às vezes não tem investimento. Um exemplo. Mora na favelinha a mãe e a filha. A filha está fazendo engenharia [...]. A mãe trabalha na faxina [...] e a filha está com dificuldade de pagar o transporte para ir à faculdade (200 reais). A faculdade conseguiu através do Enem. [...] Existe uma lei no município, que o município tem que ajudar com o transporte, principalmente quando vai para fora. Fiz um relatório, encaminhei para prefeitura, porque existe, está na lei orgânica que o município teria que ajudar com o transporte [...]. E a gente fica triste porque você quer, mas eles (a prefeitura) teriam que fazer esse investimento, e de repente a menina vai parar de estudar [...]. Eu fico triste, pé de vida com uma coisa dessas [...]. Precisa ter ações nesse sentido, para que eles (os usuários) conquistem os direitos sociais. (Assistente Social B).

A Assistente Social C, do mesmo CRAS (CRAS 2) também relatou situação que esbarra no poder local para a materialização das necessidades sociais dos usuários da assistência social. E que apesar das barreiras, busca persistir até que consiga viabilizar esses direitos:

Eu acho que uma grande dificuldade é na própria instituição que você trabalha. Muitas vezes você depende do poder público para fazer uma ação. Às vezes você consegue fazer a ação, mas não consegue o apoio do poder público. Então acaba afetando o direito do usuário [...]. Exemplo, às vezes você precisa de um determinado leite. E é a saúde que precisa comprar. Eles querem fazer um processo que vai demorar, mas só que a criança preciso do leite agora. Eu preciso que a prefeitura libere, então eu entro na contra mão, porque o leite às vezes é caro, e eu dependo da prefeitura, aí eu tenho que bater de frente, como já aconteceu. Isso é um entreve p/ mim. É algo que desanima muito [...] Por outro lado, eu vou citar a Constituição Federal, eu vou citar o ECA no meu relatório e se negado eu vou fazer que seja assinado todos os responsáveis e ainda deixo o seguinte recado: “eu vou dormir tranquila e espero que você faça o mesmo”. Mas eu não deixei de brigar pela criança. Eu vou de volta para minha diretora, eu vou cobrar hoje, vou cobrar amanhã, eu vou cobrar até que se resolva, mas que eu vou garantir o direito dessa criança [...]. Faço esse sujeito de direito acontecer através da Constituição, através das leis do SUAS, do ECA, através do Estatuto do Idoso, todas as leis que eu poder usar, que seja p/ fortalecer, favorecer, proteger e garantir direitos, eu vou fazer. (Assistente Social C).

Sobre as potencialidades da dimensão educativa, no sentido do que pode ser viabilizado por meio dela, a profissional C reflete sobre o papel de educador

desempenhado pelo assistente social que através do seu trabalho, pode promover ações educativas que incidam no usuário. Sobre os parâmetros dessa dimensão educativa, a profissional faz alusão ao Código de Ética:

[...] a dimensão educativa me remete muito ao Código de Ética, esse código que tudo segue [...] e quando a gente fala de dimensão educativa, acho que falamos daquilo que podemos levar ao usuário. Eu relaciono com a educação, e eu acredito muito na educação, como um pilar para qualquer pessoa [...]. (Assistente Social C, grifo nosso).

As assistentes sociais D e E, em relação às dificuldades para a materialização da dimensão educativa, relataram sobre a questão da adesão dos usuários aos grupos, o “como fazer” com que a população participe das ações coletivas promovidas pelo CRAS:

[...] dificuldades do como fazer. Estamos buscando novas estratégias e tentativas, para ter essa aproximação deles com a gente. (Assistente Social E).

Sobre a preocupação do “como fazer” discutiu-se anteriormente que esse questionamento remete aos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social que necessitam estar ligados aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social em uma relação dialética<sup>82</sup>(SANTOS, C. M., 2013).

A práxis, ao ser fortalecida por meio do aprofundamento das dimensões do exercício profissional (teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa), poderá fazer com que o profissional lance um olhar diferenciado para a política de assistência social, assim como para as reais necessidades dos usuários e também para os procedimentos metodológicos e instrumentos técnico-operativos necessários para o alcance dos objetivos profissionais na PNAS.

Com esse fortalecimento da práxis, a instrumentalidade do Serviço Social poderá servir como um campo de mediação das reais necessidades dos usuários

---

<sup>82</sup> Encontramos nessa relação dialética o conceito de práxis entendida como “[...] uma atividade teórico-prática, nem somente teórica, nem somente prática. Isso significa que a práxis possui um lado ideal – teórico – e um lado material – propriamente prático -, que só se separam por um processo de abstração, conforme apontada o método em Marx.” (SANTOS, C. M., 2013, p. 36). A partir do momento que o assistente social se distancia das matrizes teóricas da profissão, dos objetivos profissionais e do projeto ético-político da profissão, corre-se o risco de se ter uma prática esvaziada, um trabalho atravessado por lógicas recorrentes à razão formal.

com as respostas possíveis<sup>83</sup> que a PNAS poderá dar e que atenda aos interesses da população.

Assim, por essa razão mais crítica, o profissional poderá apropriar-se dos elementos do projeto ético-político profissional, estará à defesa do usuário da política e compreenderá as contradições da PNAS, percebendo algumas de suas funções na sociedade do capital, como essa apontada por Abreu, sobre a questão da participação:

O apelo à participação nos espaços da assistência responde a demandas do sistema de controle do capital em crise, que rearranja a função educativa constitutiva da política de assistência no movimento de legitimação e recomposição das bases político culturais de sua hegemonia e tende a incorporar e subsumir as demandas participativas e de controle dessa política pela classe trabalhadora. Nesse quadro de tensões, coloca-se a necessidade de confrontar o debate sobre a mobilização e educação popular como instrumentos pedagógicos retomados e revigorados atualmente em processos de resistência e lutas emancipatórias da classe trabalhadora, e pensar as possibilidades desses processos na luta no âmbito da assistência (ABREU, 2011b, p. 232).

Por isso a importância da mediação crítica do profissional na reconstrução de espaços participativos na PNAS, para que sejam atendidas as necessidades dos usuários e não as do capital, para que as ações profissionais busquem mobilizar as capacidades políticas dos sujeitos.

Outra questão importante a ser considerada, é que esse processo de construção de processos participativos e políticos, de mobilização social, precisa ser compreendido em meio à fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora, do enfraquecimento de suas representações e da desmobilização dos movimentos sociais, processos esses que estão subjacentes à crise do capital e a sua reestruturação produtiva.

Ou seja, tensionar a dimensão política e participativa dos sujeitos nas ações do CRAS, retoma a algo muito complexo, ligado a processos de organização e reprodução da cultura do capital em nossa sociedade, na qual conformam razões, ideologias, instituições e processos de lutas.

---

<sup>83</sup> Respostas possíveis e que tencionem respostas mais amplas, alargando os horizontes da PNAS em novas possibilidades, articulando-a com as outras políticas sociais de proteção. Respostas que mobilizem profissionais e usuários a se apropriarem de outros espaços possíveis e necessários de fortalecimento da classe trabalhadora, espaços de viabilização dos direitos sociais, de discussão e luta do fundo público do Estado.

Retomando as análises da entrevista, a profissional E, em relação às potencialidades, refletiu que por meio das ações de cunho educativo, acredita-se que possa atingir “mais setores” da vida usuário:

Então, a gente acredita que com esse trabalho em grupo, a gente possa atingir mais setores da vida deles, indiretamente, sem a gente tá falando faz isso, faz aquilo, porque esse não é o nosso objetivo, mas é aos pouquinhos mesmo, nas indiretas, no processo mesmo. (Assistente Social E).

Interessante observar que até então, a dimensão educativa foi vista pelas participantes da entrevista de forma mais genérica, afirmando sua existência em diversas práticas. Nesse momento da pesquisa de campo, passam a analisar o fato de que a mesma possa incidir em aspectos da vida dos sujeitos, como pontua a profissional E que menciona que por meio dessa dimensão pode-se “atingir mais setores da vida” dos sujeitos. E a profissional C analisa-a como um canal: “[...] é aquilo que podemos levar até aos usuários.”

#### 4.2.7 A dimensão educativa e a PNAS

Nessa questão, procurou-se problematizar com as profissionais da pesquisa de campo, como a Política Nacional de Assistência Social, suas orientações, incidem na função pedagógica do assistente social no CRAS, com qual intencionalidade.

A profissional A, considera a política muito complexa, e que esta perde um pouco a perspectiva do sujeito:

Eu acho aquela cartilha do PAIF muito complexa [...] é muito técnica, deveria ser mais específica, como lidar com as famílias, como abordar essas famílias.

[...] a política de assistência [...] a relação com o usuário ela é muito falha, a dimensão do sujeito se perde. A política fala do usuário como um todo, mas a gente tem vários usuários. Então temos que analisar um por um e acho que a política não dá essa base, nem a fase acadêmica dá isso para gente. É a prática. Eu fui entender um pouco disso quando fiz psicopedagogia, uma especialização que eu fiz. Que eu fui começar a entender o indivíduo, seres humanos, sujeitos. Acho que isso a política não dá. (Assistente Social A).

Atualmente a política busca compreender os usuários de forma que suas demandas sejam coletivizadas em vulnerabilidades e riscos, a fim de suprimir um resquício histórico de ações fragmentadas em tipos de sujeitos (idosos,

adolescentes, gestantes, crianças). Para a profissional, no entanto, perdeu-se um pouco da perspectiva do sujeito.

Interessante essa pontuação, pois, apesar de concordarmos com a PNAS, é importante compreendermos quem é o adolescente, a criança, o idoso e a gestante, usuários da PNAS, já que esses são os públicos a serem trabalhados e atendidos pelos profissionais. Porém, importante compreendê-los numa perspectiva histórica, contextualizando-os na totalidade da vida social. Conhecendo suas lutas, direitos e suas particularidades imersas no contexto da universalidade.

A assistente social B relata que o SUAS orienta a realização dos seus trabalhos, porém é preciso haver vontade política (do poder local) para que os direitos da população sejam garantidos. Também relata sobre a importância dos técnicos do SUAS serem capacitados:

Orienta né, mas tudo depende da chefia, do nosso poder executivo. Têm tantos projetos sociais que poderíamos conquistar através de verbas e das políticas. Mas a equipe, os setores estão muito despreparados. No meu município vejo que não tem um preparo de capacitação, de organização ou de interesse. Poderia se conquistar muita coisa (os direitos sociais) [...]. Existe o SUAS, mas se o município também não fizer os projetos sociais e encaminhar, não vêm às verbas. É a mesma coisa a gente aqui, profissionais. Poxa vida, nessa administração a gente não faz um curso de capacitação. Eu gosto de participar dos cursos. Na verdade existe verba (IGD) que era para participarmos de cursos, mas só que eles não investem na gente [...]. (Assistente Social B).

A Assistente Social C acredita que a política norteia suas ações, mas sua prática interventiva depende da realidade e das questões vivenciadas pelo sujeito.

Olha, ela até orienta. Ela norteia. Mas nem sempre aquilo que está de forma teórica, na realidade você consegue usar. Porque as pessoas têm perfis diferentes. Então você só tem um norte. Mas na hora de aplicar, você vai dentro da realidade do usuário, respeitando a autonomia, tendo o olhar para ele de sujeito [...]. (Assistente Social C).

As profissionais do CRAS 3 acreditam que nas entrelinhas, a PNAS orienta a dimensão educativa do Serviço Social quando esta dá orientações sobre superação de vulnerabilidades sociais, garantia de direitos e “empoderamento” dos sujeitos na busca de sua autonomia:

Eu acho que dessa forma que você traz para gente de dimensão educativa não. Traz, a política dentro das cartilhas, as coisas do PAIF. Também como a gente deve trabalhar no serviço de fortalecimento de vínculos comunitários, essas questões. (Assistente Social E).

Eu acho que quando a política coloca a questão do empoderamento, do trabalho da família, da questão da autonomia, da superação das vulnerabilidades. Acho que nesse sentido [...]. O fato de atender a demanda, não supera a vulnerabilidade. Então é necessário a dimensão/questão educativa para isso: para orientação [...], para a questão dos direitos, acho que nessa direção, de superação das vulnerabilidades. Então eu acho que nas entrelinhas ela traz [...]. (Assistente Social D).

É bem nas entrelinhas. (Assistente Social E).

Interessante perceber que todos os profissionais entrevistados, ao analisar como a PNAS orienta suas práticas e ações relacionadas à dimensão educativa do Serviço Social, sob quais intenções, não consideraram nenhum tipo de entendimento ou formas de orientações, vindos da PNAS ou do MDS, que firmam os elementos do projeto ético-político do Serviço Social e os objetivos profissionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa se propôs compreender como a dimensão educativa do Serviço Social tem se materializado na política de assistência social – no CRAS, levando em consideração a instrumentalidade do Serviço Social.

Para tanto, foi analisado teoricamente a temática dimensão educativa e também as categorias necessárias para o aprofundamento desse trabalho, segundo os objetivos propostos da pesquisa.

Compreendeu-se que a função pedagógica que compõe essa dimensão, como nos mostra Abreu (2011a) carrega em si um princípio educativo que se liga a uma cultura - as forças de um modo de produção.

O princípio educativo consubstanciado nas ações profissionais revelará a qual sociabilidade o profissional estará defendendo e reproduzindo em suas ações com os sujeitos da política, devendo esse nexos educativo ser apreendido e desvelado pelo profissional.

Por essa função pedagógica, a ação profissional infere na subjetividade dos sujeitos, acarretando em resultados na vida dos mesmos e contribuindo para a organização e reprodução de determinada cultura.

Sobre a instrumentalidade do Serviço Social, ela é entendida como um campo de mediações entre os objetivos profissionais e as necessidades dos sujeitos. Por ela, o profissional expressa a sua ação que se materializará em resultados na vida do indivíduo.

Assim, a instrumentalidade está fundamentalmente ligada à dimensão educativa do Serviço Social, pois, por ela o profissional instrumentaliza ações pedagógicas que refletirão na vida dos sujeitos.

Como a instrumentalidade é um campo de mediação entre o profissional e o sujeito de suas ações, ela encerra em si racionalidades e ideologias, podendo, portanto, possuir perspectivas e orientações diversas.

A política de assistência social, como visto, através do SUAS, busca consolidar o direito à assistência social e organiza em território nacional ações de proteção social por meio de novas diretrizes inauguradas pela PNAS. Porém, essa política também possui uma funcionalidade na sociedade do capital de reprodução e manutenção da classe trabalhadora.

As determinações do modo de produção capitalista, reproduzidas por políticas neoliberais, irão perpassar a política de assistência social, por meio de

princípios (como o da seletividade), diretrizes (como a do familismo), técnicas e formas de trabalho.

Além dessas determinações, compõem a realidade das políticas sociais, traços da razão formal abstrata - como o tecnicismo, burocracia, pensamentos fragmentados e imediatos -, vindos da cultura do capital, e que repercutem em contradições nos espaços de trabalho do assistente social e no fazer profissional.

Porém pontuou-se nessa pesquisa que a função pedagógica do assistente social em uma perspectiva emancipatória constrói-se a partir das contradições impressas na realidade, em práticas orientadas por uma concepção teórico-crítica. E para sua viabilização, é importante que o assistente social compreenda as determinantes que permeiam o seu espaço de trabalho, assim como as que condicionam a vida dos usuários da política de assistência social.

Assim, afirma-se a importância de apreensão pelos profissionais dos elementos que compõem o projeto ético-político profissional, e também que este se aproprie dos processos de mediações necessárias para se alcançar as reais demandas dos sujeitos.

Com essa clareza, buscou-se na pesquisa de campo compreender como a dimensão educativa tem se expressado no cotidiano de trabalho do assistente social no CRAS. Como o profissional compreende essa dimensão? Com quais práticas e ações a viabiliza? Sob quais perspectivas? Quais são os desafios? Como a PNAS o orienta?

Sendo assim, primeiramente, percebeu-se que os profissionais não possuem um conhecimento profundo sobre o tema, porém ao refletirem sobre, possuem certa ideia a respeito de como essa dimensão se manifesta em seus trabalhos no CRAS.

Ao refletirem sobre o tema, citaram a relação pedagógica estabelecida com o usuário da política de assistência, por meio de técnicas, instrumentos e procedimentos que buscam atender suas demandas.

Depreendeu-se das falas das participantes da pesquisa de campo, que o grupo socioeducativo foi o meio mais recorrente para sua manifestação. Quando citado, as profissionais refletem que este permite uma maior aproximação com as reais demandas trazidas pelos usuários da política.

Também revelaram essa dimensão por meio de outros instrumentos e técnicas como visita domiciliar, acompanhamento, por meio da acolhida, na qual

realizam orientações e prestam informações acerca dos direitos dos usuários e de suas necessidades.

Assim, constatou-se que as profissionais não demonstraram um conhecimento profundo sobre o tema. Não houve uma reflexão quando esta é compreendida como uma esfera que atua na formação ídeo-política-cultural dos sujeitos, na mobilização e organização dos mesmos, nos termos de Abreu e Cardoso (2009).

Ou seja, não houve um entendimento de que as ações profissionais influenciam a subjetividade dos usuários, em suas formas de pensar e agir, podendo contribuir com a organização ídeo-cultural de uma determinada classe, sociabilidade, na construção de valores de uma cultura. Isto é, que a função pedagógica pode atender as necessidades dos usuários ou pode contribuir com a cultura vigente.

Em relação às demandas institucionais que impedem a manifestação e concretização da dimensão educativa, segundo a concepção das participantes da pesquisa, num primeiro momento, estas refletiram que não há obstáculos para a realização de suas ações em relação à equipe técnica do CRAS (coordenadores e outros profissionais).

No entanto, em relação à política local, apontaram alguns entraves para a concretização da dimensão educativa: crítica aos gestores municipais que não possuem uma compreensão profunda sobre os direitos sociais nos quais o profissional da assistência social visa garantir junto aos sujeitos; a recorrência ainda de práticas clientelistas; falta de recursos para capacitação profissional e para estruturação adequada dos CRAS; discordância de modelos prontos de trabalhos sociais (como no caso do Programa de Transferência de Renda - Ação Jovem) que acabam dificultando uma abordagem mais crítica na realização do trabalho socioeducativo com os adolescentes.

Sobre as perspectivas referentes como esses trabalhos têm se fundamentado nos CRAS, percebeu-se que há traços de uma pedagogia que visa à defesa dos usuários e seus direitos - como o grupo de fortalecimento de vínculos dos idosos e outras diversas intervenções citadas pelas participantes da pesquisa - mas, também, traços de uma pedagogia mais conservadora.

No caso da perspectiva que aponta a garantia de direitos, percebe-se que os objetivos profissionais encontram-se nos limites da defesa dos direitos sociais postos em leis, em outros termos, uma perspectiva que visa à emancipação política

dos sujeitos. Não há saltos para um pensamento mais profundo e crítico que questione a sociedade de classes e sua superação. Portanto, uma visão legalista, presa em leis e na política pública de assistência social e não em uma nova sociabilidade.

Assim, em relação à pedagogia emancipatória que visa, entre outras questões, a construção dos elementos que norteiam o projeto ético-político profissional, as participantes da pesquisa buscam-na segundo uma concepção do alcance de uma emancipação política, tendo como referência em suas práticas, fundamentos da PNAS e de algumas leis que asseguram direitos de segunda dimensão (sociais), sem uma devida reflexão crítica sobre o alargamento desses. Por exemplo, orientam-se pelo Estatuto do Idoso, o ECA, a Constituição, pela lei orgânica do município e dos elementos que estão dispostos na PNAS.

Pondera-se que por um lado, essa perspectiva tem sua devida importância, pois visa consolidar os direitos sociais, porém os profissionais não realizaram uma reflexão sobre as reais necessidades do público no qual atendem. Necessidades essas que ultrapassam o que está garantido em lei. Assim, não há reflexão sobre os valores dessa sociedade e a construção de novos caminhos que remetam a uma nova cultura.

Portanto, analisou-se que ações pedagógicas voltadas à pedagogia emancipatória são instrumentalizadas por uma perspectiva mais legalista ou pelos objetivos da PNAS. Essa problemática tornou-se clara ao ser verificado junto as participantes da pesquisa, quais eram os subsídios teóricos que norteavam suas ações. A PNAS ganhou grande destaque como norte das intervenções profissionais no CRAS. Também constatou-se que não há um devido aprofundamento dos fundamentos teóricos do Serviço Social, ficando as ações profissionais aquém de uma intervenção orientada por uma razão crítica em conformidade com o projeto ético-político profissional. Assim, os objetivos profissionais se submetem às orientações do MDS e aos objetivos da PNAS.

Como já problematizado nesse trabalho no capítulo três (sobre a lógica que incorre a política de assistência social - de reprodução das relações capitalistas de produção), muitas vezes os objetivos da PNAS não coadunam com as necessidades dos usuários e também com os objetivos profissionais.

Isso acarreta, como observado na pesquisa de campo, em um esvaziamento da prática profissional que deveria instrumentalizar os reais interesses

e demandas dos usuários. Presos nas orientações e matrizes da PNAS o profissional, suas ações, ficam absorvidos na razão instrumental (formal), preocupando-se nos porquês da política, em “como realizar” a proteção social básica, “como fazer” com que a população participe das ações do CRAS, ao invés de questionarem os reais interesses dessa política e as verdadeiras necessidades da população.

As cartilhas que orientam o PAIF e os grupos de fortalecimento de vínculo têm um apelo muito grande na participação e vinculação dos usuários no CRAS - em grupos socioeducativos e em acompanhamento familiar. Apontam a participação da população nas atividades do CRAS a fim de que o profissional por meio da sua intervenção em grupos socioeducativos, consiga “romper vulnerabilidades” e “ciclos de pobreza”, “potencializar as famílias e sujeitos”, etc, remetendo aquilo que Abreu (2011) chamou de pedagogia participacionista.

E isso se dá, pois os profissionais realizam suas atividades sob as orientações da lógica instrumental, uma vez que não utilizam, como visto, os fundamentos da razão crítica, de base teórica marxista, na qual busca questionar tudo o que está posto, desvelar as raízes da questão social e como suas expressões rebatem nos usuários da política e na própria política. Sabe-se que os usuários buscam a política de assistência por interesses de sobrevivência. Então, é preciso desvendar essa questão assim como os limites e possibilidades da política de assistência social, para que o profissional possa atuar devidamente nesse processo, e não forçar uma participação que promova os objetivos e interesses da política, reproduzindo valores da sociabilidade atual e os vetores dessa pedagogia, mas sim ações que mobilizem e provoquem reflexões críticas na população.

Também pode-se verificar que, como isso não é desvendado e compreendido pelos profissionais, acaba ocorrendo uma certa frustração profissional com práticas messiânicas e fatalistas.

O profissional se sente frustrado por não conseguir quebrar o ciclo da pobreza, por não conseguir fazer com que o usuário participe das suas intervenções nos grupos socioeducativos. Ao não compreender as possibilidades de mudanças na realidade em que atua, o profissional vai sentir que sua ação fracassou.

Também percebeu-se no trabalho com o usuário, a reiteração de elementos da pedagogia da ajuda, sob a temática da individualização das expressões da questão social. A partir do momento no qual não se compreende as

demandas trazidas pelos usuários da assistência social - e isso se dá pela razão instrumental que não visa compreender as causas e sim a realidade em fragmentos - , corre-se o risco de culpabilizar os sujeitos pela sua condição social, conduta essa percebida nas falas e reflexões das participantes da pesquisa, nas quais enfatizam práticas moralistas e de psicologização da questão social, reatualizando uma perspectiva mais conservadora,

Ainda assim, apesar das questões acima verificadas, compreende-se que estas considerações estão longe de abarcar a totalidade da dimensão educativa expressa nos trabalhos dos CRAS, sendo apenas, uma amostra qualitativa dessa realidade.

Amostragem essa que nos revelou que práticas com vistas à perspectiva emancipatória, de defesa das necessidades dos usuários da política, se mesclam com práticas tradicionais em conformidade as determinantes do projeto societário vigente.

Porém, ressalta-se que as indagações e resistências dos profissionais – apreendidas na pesquisa de campo – em relação à expressão da dimensão educativa em seus trabalhos nos CRAS, fazem dessa realidade de trabalho não um ponto de chegada, mas de partida, pois se há contradições, há possibilidades de ações e aproximações cada vez mais coerentes com o projeto ético-político profissional e com uma pedagogia emancipatória.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. Assistência Social, mobilização, educação popular. In: CFESS. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional**. Brasília, DF, 2011b.

\_\_\_\_\_.; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

ALENCAR, Mônica Maria T. De; ALMEIDA, Ney L. T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria 'processo de trabalho' e o trabalho do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 58, p. 109-130, nov. 1998.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_.; TERRA, Sílvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jun.1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005b.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Desenvolvimento Social, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **Articulação necessária na proteção social básica**. Brasília, DF, 2016. (Caderno de orientações).

CFESS. **Parâmetro para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, DF, 2011. (Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

\_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e inserção do(as) assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 35-72, mar. 2000.

COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX Sheila; GUERRA Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2012.

GIAQUETO, Adriana (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social: exercício de reflexão**. Jundiaí: Paco, 2015.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UNB, 1999.

GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 18, n. 54, p. 9-25, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. A dimensão técnico-operativa no exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sergio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 7-26, dez. 1996.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. [Curitiba, fev. 2009]. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/bases\\_ontologicas\\_pensamento\\_atividade\\_homem\\_lukacs.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2016.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MANACORDA, Mário Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. L. 1. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. L. 2. v. 2.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classes e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 5).

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da; ELIAS, Witanaia de Freitas. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 14, n. 1, p. 41-62, jun. 2005.

PAULO NETTO, José. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 44, p. 62-42, abr. 1994.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria mediação em Serviço Social: caminho para enfrentar o dilema da relação teoria-prática. In: ENPESS, 13., 2012, Juiz de Fora. **Anais....** Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

RUBIN, Isaak Illiche. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1980.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilema na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas do Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

\_\_\_\_\_.; SOUZA FILHO, Rodrigo de; GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. O trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: CFESS (Org.). **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional. Brasília, DF, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social, v. 3).

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. In: CONCEPÇÃO e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, DF: MDS : UNESCO, 2009

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 22, n. 65, p. 5-53, mar. 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Sistemas de proteção social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, Giselle Levinas; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçaves de. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - Perguntas orientadoras da Pesquisa de Campo**

- 1 - Quando é dito: a dimensão educativa do serviço social, o que te vem em mente? O que você entende sobre esse tema?
- 2 - A dimensão educativa se manifesta no seu dia-a-dia de trabalho do CRAS?
- 3 - Se sim, através de que práticas, ações e intervenções? Que práticas são essas?
- 4 - Existe algum direcionamento institucional (da equipe ou da coordenação) que oriente a forma como a dimensão educativa deva ser realizada no CRAS, em seus trabalhos e práticas?
- 5 - Quais subsídios teóricos têm fundamentado o seu trabalho no CRAS na realização de práticas que materializam a dimensão educativa do Serviço Social?
- 6 - Na materialização da dimensão educativa no CRAS, ela procura atingir alguma perspectiva ou objetivo? Como você analisa o alcance dela? Qual a intencionalidade dessas práticas e ações?
- 7 - A dimensão educativa do Serviço Social materializada no trabalho com os usuários, representa (vai na direção do/ ou, avalia que está na perspectiva) a perspectiva ético-política do profissional?
- 8 - Quais são as dificuldades (desafios) para a realização e materialização dessas práticas e quais são suas potencialidades (facilidades)?
- 9 - A Política Nacional de Assistência Social orienta essa dimensão-educativa? De que forma? Com qual intencionalidade?

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_/\_\_/\_\_. IDADE: \_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **“A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social”**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Helena de Paiva Ligabue**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Adriana Giaqueto**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **A pesquisa visa investigar a expressão da dimensão educativa na instrumentalidade do trabalho do assistente social no CRAS. Para tanto, será realizada uma pesquisa de campo com os assistentes sociais inseridos em 3 CRAS da região da Mogiana (estado de São Paulo)**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de 2016 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Pesquisador Responsável  
Nome: Helena de Paiva Ligabue

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

Orientador  
Prof. (ª) Dr. (ª) Adriana Giaqueto

**ANEXOS**

UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social

**Pesquisador:** Helena de Paiva Ligabue

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 54929916.2.0000.5408

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.524.134

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma pesquisa sobre a efetivação da dimensão pedagógica do Serviço Social no espaço dos CRAS.

**Objetivo da Pesquisa:**

Investigar a expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social no CRAS, estudando os aspectos teóricos que têm fundamentado a efetivação desta dimensão neste espaço, a compreensão do assistente social acerca da dimensão educativa no trabalho realizado, a forma como o assistente social materializa esta dimensão no trabalho profissional nestes espaços, e como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta o trabalho educativo do assistente social na perspectiva do sujeito.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Não há riscos. Quanto aos benefícios, um estudo sobre a efetivação da dimensão pedagógica na atividade profissional do Serviço Social pode contribuir para que esta prática seja melhor conhecida, compreendida e avaliada (uma vez que a própria pesquisadora refere-se ao fato de que a bibliografia sobre o tema é bastante reduzida), além de aperfeiçoada afim de que realize adequadamente seu sentido emancipatório.

**Endereço:** Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

**Bairro:** Jd. Antonio Petraglia

**UF:** SP

**Município:** FRANCA

**CEP:** 14.409-160

**Telefone:** (16)3706-8723

**Fax:** (16)3706-8724

**E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa sobre uma dimensão da atividade profissional dos assistentes sociais que é frequentemente apontada como muito importante, mas a respeito da qual, como aponta a pesquisadora, há poucos estudos, sendo necessário o desenvolvimento de mais pesquisas para a obtenção de um melhor conhecimento a respeito.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Estão de acordo com a Resolução 196/96

**Recomendações:****Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O colegiado acata o parecer do relator.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_683184.pdf	30/03/2016 18:38:31		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	30/03/2016 18:35:57	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	30/03/2016 16:33:06	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_CRAS_Divinolandia.pdf	30/03/2016 16:14:43	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_CRAS_Casa_Branca.pdf	30/03/2016 16:10:37	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_CRAS_Sao_Joao.pdf	30/03/2016 16:05:56	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	30/03/2016 16:02:38	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
Outros	questionario_pesquisa_campo.pdf	30/03/2016 15:57:32	Helena de Paiva Ligabue	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	30/03/2016	Helena de Paiva	Aceito

Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	15:37:27	Ligabue	Aceito
----------------	-----------------	----------	---------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FRANCA, 02 de  
Maio de 2016

---

**Assinado por:**  
**Helen Barbosa**  
**Raiz Engler**  
**(Coordenador)**